



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011
AÇÕES E PROJETOS





FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011
AÇÕES E PROJETOS

Prezado Leitor,

O Fundo Amazônia é considerado uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Nesse contexto, o relato de seu histórico, do processo de aprendizagem e de seus resultados são aspectos relevantes a serem compartilhados.

Desse modo, a publicação de relatórios anuais, além de instrumento de prestação de contas e de transparência de informações, é uma oportunidade de compartilhar histórias e experiências. No caso específico do Fundo Amazônia, é também uma forma de registrar e de divulgar para a sociedade como está sendo construída e consolidada uma estratégia inovadora e participativa de promoção de um modelo sustentável de desenvolvimento socioambiental da região.

O Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia de 2011 está dividido em dois cadernos, complementares entre si. No primeiro caderno, de caráter mais conceitual, são apresentadas as seguintes informações:

- Floresta Amazônica e os principais fatores de desmatamento;
- Objetivos do Fundo Amazônia e sua correlação com os planos de prevenção e combate ao desmatamento do governo federal e dos estados da Amazônia Legal;
- Regras para captação de recursos;
- Atribuições vinculadas a sua governança;
- Estrutura operacional, os critérios de elegibilidade e a tramitação dos projetos no BNDES, gestor do Fundo Amazônia; e
- Instrumentos de diálogo e de divulgação de informações com os diversos públicos e parceiros do Fundo Amazônia.

Este caderno, mais descritivo, mostra as ações desenvolvidas durante o ano de 2011 e os resultados alcançados até agora pelo Fundo Amazônia, sendo dividido nos seguintes tópicos:

- Mensagem da Ministra do Meio Ambiente;
- Mensagem do Presidente do BNDES;
- Evolução, perspectivas e desafios do Fundo Amazônia;
- Dados sobre o desmatamento na Amazônia em 2011;
- Doações formalizadas;
- Reuniões realizadas pelo Comitê Orientador e pelo Comitê Técnico do Fundo Amazônia;
- Desempenho operacional e financeiro do fundo, prestação de contas e auditorias;
- Metodologia de monitoramento e avaliação de resultados;
- Descrição detalhada dos projetos apoiados;
- Cooperação técnica, ações de comunicação, divulgação e participação em eventos.

Boa leitura.

FUNDO AMAZÔNIA. O BRASIL CUIDA. O MUNDO APOIA. TODOS GANHAM.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE.....	6
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO BNDES	8
EVOLUÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	13
Evolução do Fundo Amazônia	13
Desafios e perspectivas.....	19
DADOS SOBRE O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL.....	25
DOAÇÕES FORMALIZADAS	29
Primeiro doador: governo da Noruega.....	30
Segundo doador: governo da Alemanha.....	31
Terceiro doador: Petrobras	32
GOVERNANÇA EM 2011.....	35
Reunião do Comitê Técnico do Fundo Amazônia	35
Reuniões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia.....	36
Apresentação do trabalho da Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos –	
Apoio a projetos produtivos sustentáveis.....	38
Diretrizes e critérios para aplicação do Fundo Amazônia em 2011	39
DESEMPENHO OPERACIONAL	51
Carteira de projetos.....	51
Desempenho financeiro	58
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA	63
COMUNICAÇÃO.....	67
Ações de comunicação em 2011	67
Interlocução com o público.....	69
QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA	73
Inserção de projetos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.....	74

PROJETOS 81

 Projetos 201181

 Projetos 2010132

 Projetos 2009175

ANEXOS 207

 Anexo 1: Membros e suplentes do COFA em 2011207

 Anexo 2: Equipe BNDES/Fundo Amazônia210

 Anexo 3: Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....211

 Anexo 4: Regras aplicáveis à utilização e solicitação, pelo BNDES,
 dos recursos financeiros oriundos das doações destinadas ao Fundo Amazônia.....225



MENSAGEM DA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE

O Fundo Amazônia completou dois anos e meio de efetivo funcionamento. Este relatório revela ao mesmo tempo os resultados acumulados, assim como os enormes desafios que envolvem a colocação em marcha desse mecanismo.

Os primeiros anos do Fundo Amazônia foram dedicados à sua concepção, às negociações e à sua estruturação. Até dezembro de 2011, o fundo captou recursos doados pelos governos da Noruega e da Alemanha e obteve com a Petrobras a sua primeira captação com empresas nacionais, totalizando aproximadamente R\$ 858 milhões em doações.

O fundo encerrou o exercício de 2011 tendo comprometido cerca de R\$ 260 milhões no apoio financeiro à implementação de 23 projetos, tendo, ainda, outros 47 projetos em análise, no valor total de cerca de R\$ 685 milhões. Registram-se, portanto, muitos avanços. Entretanto, permanece a necessidade de atenção crescente para acelerar o seu desempenho em face dos compromissos assumidos pelo Brasil na redução do desmatamento.

Em 2011, a taxa de desmatamento na Amazônia Legal foi de 6.238 km², a menor dos últimos 20 anos, segundo a série histórica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Essa redução representa aproximadamente 13.387 km² de desmatamento evitado. Isso significa que o Brasil impediu a emissão de 491 milhões de toneladas de carbono por desmatamento.

Visivelmente estamos trilhando o caminho correto, pois os esforços empreendidos, de 2004 a 2011, foram capazes de contribuir para a redução em 68% do desmatamento na Amazônia Legal em relação ao período de referência 1996-2005. Contudo, a última avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) indica que a agenda de comando e controle do desmatamento ilegal mostra sinais de esgotamento devido às mudanças no seu padrão.

Dessa forma, faz-se necessária a convergência de uma agenda de longo prazo, com ações proativas e de alto impacto que visem manter os resultados já alcançados e assegurem as metas previstas para 2020.

Para garantir essa mudança de escala, diversas estratégias estão em curso. Entre essas, cabe salientar a implementação de projetos estruturantes, entendidos como ações de grande impacto e capacidade resolutiva, mediante trabalho conjunto entre as equipes do MMA e do BNDES.

Numa outra vertente, novos mecanismos encontram-se em implementação, como o apoio a pequenos projetos produtivos sustentáveis, mediante chamada pública, que contarão com o apoio das organizações não governamentais, as quais desempenham atividades associadas à população local, legitimidade social e capacidade operativa. Iniciativa similar mostra-se conveniente ser estendida para os estados da região, de modo a conferir ao financiamento do fundo maior aderência às políticas públicas locais voltadas à redução do desmatamento.

Foi ainda em 2011 que se iniciaram as negociações dentro do Governo para viabilizar um dos mais importantes compromissos do fundo: apoiar países terceiros, detentores de florestas tropicais, no monitoramento sistemático de sua cobertura florestal.

O presente relatório, elaborado pela equipe do Fundo Amazônia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, detalha e divulga de forma transparente o desempenho operacional e os resultados alcançados pelo fundo desde sua criação em 2008.

Considero o Fundo Amazônia uma das mais originais iniciativas no mundo para se evitar o desmatamento. A experiência do fundo, ainda que recente, aporta insumos importantes para que o debate na Rio+20 sobre estratégias de redução do desmatamento seja aprofundado e catalise a adesão dos países participantes no fortalecimento de iniciativas como essa.

Brasília, maio de 2012.

Izabella Teixeira

MINISTRA DO MEIO AMBIENTE

Presidente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO BNDES

A gestão do Fundo Amazônia está em linha com a orientação do Ministério de Meio Ambiente e do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA). Criado por decreto do Presidente da República, em 1º de agosto de 2008, o fundo tornou-se, desde então, relevante instrumento no apoio a iniciativas da sociedade brasileira para a preservação do Bioma Amazônia e de redução das emissões de gases de efeito estufa, resultantes do desmatamento e da degradação das florestas.

A atribuição concedida ao BNDES pelo governo brasileiro de gerir um fundo da magnitude do Fundo Amazônia expressa o reconhecimento do compromisso do Banco com o desenvolvimento socioambiental.

Essa prioridade pela preservação e por uma economia sustentável vem encontrando êxito. Um exemplo é que a taxa de desmatamento estimada para 2011, de 6.238 km², foi a mais baixa registrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde o início do monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia, há 23 anos. Em relação ao ano de 2008, a redução foi de cerca de 50%.

O resultado reflete ações sistemáticas do Ministério do Meio Ambiente no combate ao desmatamento, uma vez que a redução vem sendo contínua. Nos últimos três anos, as taxas de desmatamento foram as menores da série.

Os resultados obtidos nesse período, descritos neste relatório de atividades de 2011, demonstram o êxito da gestão do Fundo em relação aos objetivos propostos. De junho de 2009 a dezembro de 2011, já foi aprovado apoio financeiro a 23 projetos na Amazônia Legal, dos quais cinco em 2009, oito em 2010 e dez em 2011.

O valor destinado atingiu R\$ 260,7 milhões, abrangendo 130 municípios e beneficiando agricultores, povos indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas. O Fundo apoiou investimentos na preservação da floresta, de inovação tecnológica com objetivos de sustentabilidade, de desenvolvimento de novas atividades sustentáveis e no fortalecimento das instituições regionais com o objetivo de torná-las mais eficientes na fiscalização do meio ambiente na Região Amazônica.

A eficiência demonstrada nestes resultados tem nos ajudado a atrair mais parceiros. Do último trimestre de 2009 até dezembro de 2011, o fundo obteve recursos doados pelos governos da Noruega, em 2009, e da Alemanha, em 2010. No ano passado, inaugurou a captação de recursos com empresas nacionais, com o início de doações por parte da Petrobras. No total, o fundo captou o montante de US\$ 457,1 milhões, equivalentes a cerca de R\$ 857,3 milhões em contratos de doação já formalizados a serem utilizados até 31 de dezembro de 2015.

Ao longo desse período, reconhecendo a importância da comunicação e da transparência de suas informações, o BNDES tornou públicas as atividades do Fundo Amazônia por intermédio de seu site, com atualizações mensais e detalhadas a respeito de todas as operações realizadas.

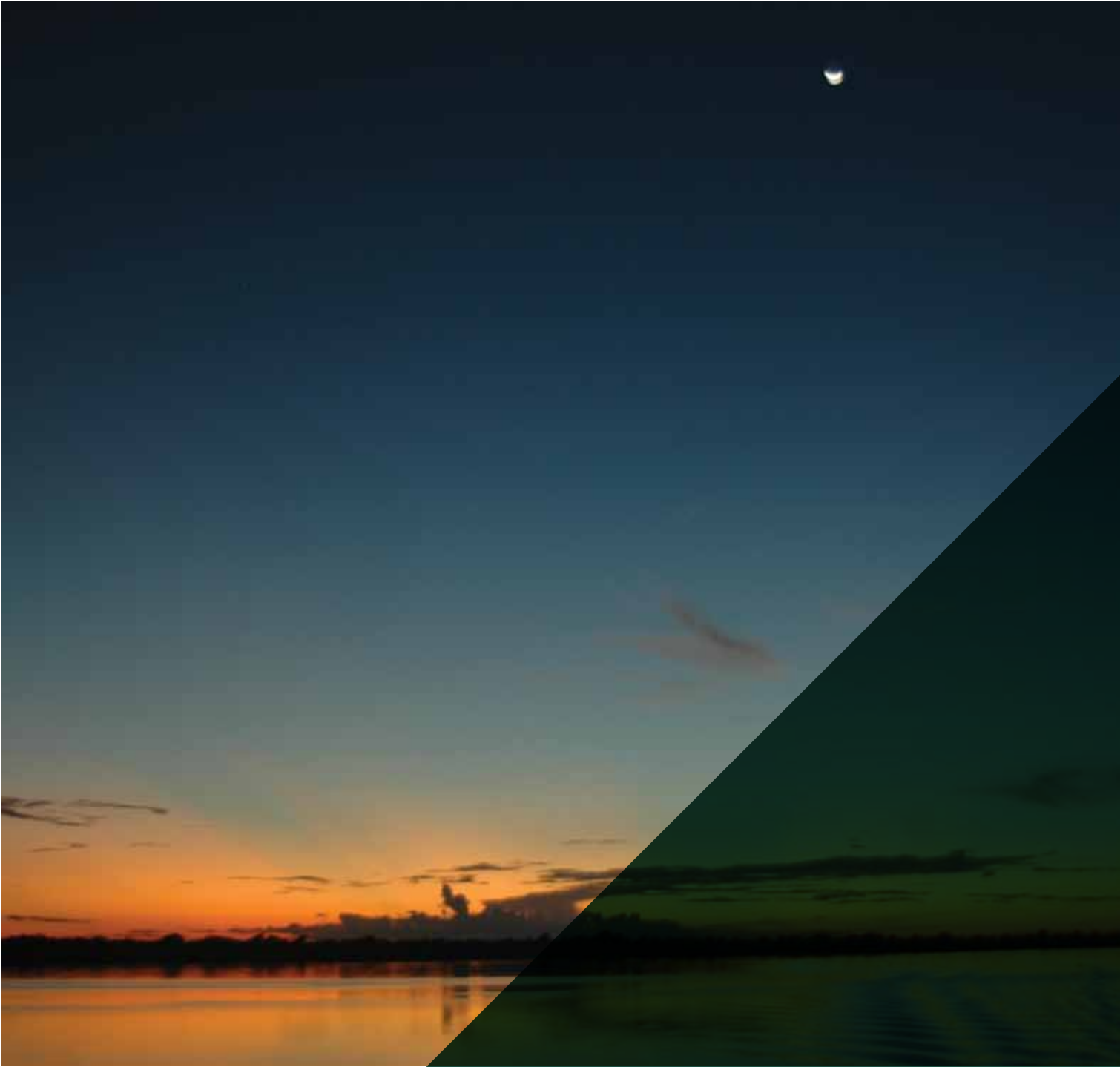
Com essa iniciativa, além de prestar contas à sociedade, o Fundo Amazônia espera contribuir para a criação de outros instrumentos de REDD (redução de emissões por degradação e desmatamento), tendo em vista seu caráter pioneiro como mecanismo de preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.

A publicação deste relatório sobre as atividades do Fundo Amazônia em 2011, por uma feliz coincidência, ocorre por ocasião da Rio+20. Esse encontro será uma oportunidade para renovarmos nossos compromissos com o meio ambiente e repactuarmos uma agenda afirmativa para a política de sustentabilidade, combinando o crescimento das economias em desenvolvimento com novos paradigmas mais eficientes de conservação, redução de emissões de CO₂, poupança de energia e avanço das energias renováveis.

O Brasil amadureceu e pode dar importantes contribuições com sua experiência.

Luciano Coutinho

PRESIDENTE DO BNDES



EVOLUÇÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Em 2011, o Fundo Amazônia completou dois anos e meio em efetivo funcionamento. Sua concepção e implementação são consideradas pioneiras em virtude de sua escala sem precedentes, seja pelo potencial de mobilização de recursos financeiros não reembolsáveis, seja por sua abrangência, que cobre vasto território. O fundo também se destaca pela amplitude de temas com os quais lida para contribuir para a redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD).

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o Brasil expressou sua intenção de empreender ações de mitigação nacionalmente adequadas, inclusive em relação ao combate ao desmatamento na Amazônia.

Esses resultados decorreram, em grande parte, de um conjunto de medidas orientadas por uma clara estratégia nacional, integrada e articulada entre instâncias governamentais e organizações não governamentais.

A criação do fundo teve pronto reconhecimento da comunidade internacional, dada a bem-sucedida política pública brasileira, ancorada na existência de um sistema de monitoramento mundialmente renomado e na capacidade de gestão ambiental. Essa base sólida de atuação motiva o apoio da comunidade internacional aos esforços nacionais de combate ao desmatamento, que sabidamente impõe enormes desafios.

Tais desafios correspondem justamente ao enfrentamento das principais causas e efeitos associados ao processo de desmatamento na Amazônia, profundamente arraigado no histórico de ocupação territorial e que obedece a uma lógica econômica que desvaloriza a floresta em pé, como é costume dizer. Mudar esse cenário requer decisão política, governança institucional, desenvolvimento científico e tecnológico, inovação, conscientização e participação de diversos atores da sociedade, entre outros requisitos fundamentais. Soma-se a isso a necessidade de transformações culturais, como a modificação dos hábitos e do padrão de consumo da sociedade global. A implementação dessas mudanças é necessária e envolve elevados custos.

Desse modo, transformar é essencial e requer mais do que recursos financeiros, embora estes sejam de suma importância para garantir a sustentação e a continuidade de ações vultosas. Se a tarefa é de médio e longo prazo, urge preparar, agora, um futuro distinto daquele que hoje já se pode antever com base em fatos científicos.

Esse contexto faz do Fundo Amazônia um instrumento que desperta o interesse por aqueles que estão envolvidos na busca por subsídios que orientem a formulação de políticas públicas na criação de ferramentas de apoio a iniciativas de REDD e REDD+. A governança do Fundo Amazônia propicia o encaminhamento de demandas, o debate de ideias e a formulação conjunta de prioridades e critérios orientadores para a aplicação de seus recursos, por meio de sua estrutura representativa de instituições governamentais e não governamentais vinculadas ao tema.

A gestão do Fundo Amazônia alinha-se à missão e aos objetivos estratégicos do BNDES, uma instituição historicamente instada a responder aos diferentes desafios socioeconômicos enfrentados pelo país, sendo seu principal financiador de investimentos de longo prazo voltados para o desenvolvimento sustentável.

A *expertise* do Banco na administração de outros fundos contribuiu para que o Fundo Amazônia fosse instituído. No entanto, sua criação e estrutura peculiares conferem características próprias ao fundo que influenciam sua implantação, gestão e operação, em que pesem as lições aprendidas por intermédio de outras experiências pilotos anteriores, entre as quais o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

Como o Fundo Amazônia tem como uma de suas premissas a captação de recursos de doação voluntária, nacionais e internacionais, destaca-se a importância da comunicação, da transparência de suas informações e de *accountability*. Essa visibilidade é fundamental para demonstrar a seriedade e a credibilidade das ações implementadas. Além disso, a informação e a avaliação dos projetos apoiados pelo fundo podem contribuir para a formulação de outras iniciativas de REDD, cujas experiências ainda são incipientes mundialmente.

Compartilhar essa iniciativa é um dos objetivos da publicação anual que relata as atividades relacionadas ao funcionamento do Fundo Amazônia. Após dois anos e meio de efetiva entrada em funcionamento, o fundo encerrou o exercício de 2011 registrando o valor acumulado de R\$ 260.730.294,90, comprometido no apoio financeiro à implementação e à consolidação de um total de 23 projetos.

O seu desempenho pode ser observado por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, que ilustram os vários aspectos envolvidos em seu funcionamento e gestão, os quais comentamos a seguir.

Captação de recursos financeiros provenientes de doações voluntárias

A atividade de captação é bastante complexa e demanda dedicação e tempo operacional: visitas e reuniões com potenciais doadores para avaliação do potencial de parceria e da compatibilidade de

procedimentos aplicáveis (*due diligence*), envolvendo negociações múltiplas até resultar na efetiva contratação da doação. São também necessárias providências nos campos tributário, financeiro e nos procedimentos para gestão das chamadas dos recursos de cada doação contratada.

Do último trimestre de 2009 até dezembro de 2011, o fundo obteve recursos doados pelos governos da Noruega e da Alemanha e, em 2011, inaugurou a captação de recursos com empresas nacionais, com o início de doações por parte da Petrobras. No total, o fundo captou o montante de US\$ 457.045.534,09 equivalentes à cerca de R\$ 857.326.012,85 em contratos de doação já formalizados a serem utilizados até 31.12.2015.

É importante ressaltar que, do montante de doações contratadas, apenas são solicitados para ingresso no saldo do fundo os recursos para os quais haja estimativa de aplicação nos próximos seis meses, considerando a existência e a probabilidade de aprovação dos projetos na “carteira” e respeitando, ainda, uma programação financeira e tributária do fundo. Assim, até o fim de 2011 o saldo do fundo contabilizava o efetivo ingresso de R\$ 182.153.130,75. As liberações destinadas aos projetos aprovados somavam R\$ 70.846.058,51, refletindo o estágio inicial dos projetos que se encontravam em execução.

Importante ainda observar que, até o fim de 2011, não havia possibilidade de apoiar projetos de maior valor em face de diretrizes e critérios do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), vigentes à época, que haviam sido estabelecidos para evitar a concentração dos recursos em poucos projetos na fase inicial do fundo, quando os valores captados eram menores.

Aplicação dos recursos financeiros: fomento, análise, aprovação e acompanhamento de projetos

Do montante total contratado com os doadores até o fim do exercício de 2011, o fundo comprometeu aproximadamente 30%, isto é, o valor de R\$ 260.730.294,90, em 23 projetos. São projetos expressivos, com valor médio de R\$ 11 milhões. No fim de 2011, encontravam-se na carteira do fundo outros 47 projetos no valor de R\$ 685.230.969,84, em análise pelos técnicos do BNDES, muitos dos quais com probabilidade de aprovação no decorrer de 2012. Somados, esses projetos atingiam R\$ 945.961.264,74.¹

Os desembolsos para os projetos apoiados ocorrem parceladamente no decorrer de sua implantação e seguem os prazos estabelecidos nos cronogramas físico-financeiros previstos no momento de sua formulação. No caso dos projetos apoiados com recursos do Fundo Amazônia, esses projetos usualmente têm sua execução planejada para um ano e meio a cinco anos. Isso significa que o valor de um projeto contratado com duração de três anos, por exemplo, só será totalmente desembolsado no fim do terceiro ano, contado a partir da data de sua contratação.

O ritmo e os prazos de liberação dos recursos para projetos são também influenciados pelo tempo necessário para o cumprimento de condições obrigatórias, por exemplo: os normativos legais exigíveis para a realização de procedimentos licitatórios na aquisição de bens e serviços nos projetos de responsabilidade de instituições governamentais; as exigências de conformidade ambiental e, de regularização fundiária, procedimentos complexos e de lenta resolução. Em geral, esses fatores alongam o prazo inicial para os desembolsos para os projetos, que a partir de então entram no ritmo comandado por suas especificidades de implementação.

¹ Mais informações sobre a carteira de projetos estão disponíveis no *site* do Fundo Amazônia (www.fundoamazonia.gov.br).

MONITORAMENTO DE RESULTADOS

Em termos dos resultados esperados, do momento inicial até sua completa execução, que pode variar de um ano e meio a cinco anos, os 23 projetos apoiados até 2011 apresentam alto potencial de impacto com relação aos objetivos do Fundo Amazônia, conforme se depreende das metas contratadas, consolidadas na lista a seguir:

1. N° de famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais: 12.569
2. N° de indivíduos capacitados: 4.690
3. N° de indivíduos participantes de eventos de sensibilização ou eventos integradores: 12.342
4. N° de oficinas e cursos de capacitação: 339
5. N° de assistências técnicas aos produtores rurais: 6.100
6. N° de propriedades com projetos de produção sustentável: 2.200
7. N° de nascentes recuperadas: 1.200
8. N° de órgãos ambientais estruturados (estaduais e municipais): 52
9. Área de imóveis com mapeamento georreferenciado realizado para fins de CAR (ha): 10.000.000
10. N° de imóveis que tiveram seu pedido de adesão ao CAR protocolado: 103.000
11. N° de Unidades de Conservação apoiadas (federal e estadual): 82
12. Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental e/ou controle do seu território fortalecido (km²): 526.000
13. Área de Unidades de Conservação a serem criadas (km²): 135.000
14. N° de indígenas beneficiados: 7.000

15. N° de propriedades rurais com situação fundiária regular: 800
16. Área de propriedades rurais georreferenciadas para fins de regularização fundiária (ha): 58.955
17. Montante do apoio a projetos de ciência, tecnologia e inovação: R\$ 15,8 milhões

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

2008	2009	1º semestre 2010	2º semestre 2010	1º semestre 2011	2º semestre 2011
• Criação do Fundo Amazônia pelo Decreto 6.527/08 • Primeiras reuniões do COFA: linhas gerais para aplicação dos recursos	• Criação da Área de Meio Ambiente no BNDES • Acordo de doação com a Noruega • 5 primeiros projetos aprovados • Participação na COP15 • Reuniões do COFA	• Criação do <i>site</i> do Fundo Amazônia • Apresentação das auditorias • Visita técnica da NORAD • Reuniões do COFA	• Segundo compromisso de doação do governo da Noruega • Publicação do relatório anual • Doação do governo da Alemanha – KfW • Participação na COP16 • 8 projetos aprovados • Apresentação do Quadro Lógico do Fundo Amazônia • Reuniões do COFA	• 5 projetos aprovados • Publicação do relatório anual • Participação na COP16	• Doação da Petrobras • 5 projetos aprovados • Apresentação das auditorias • Reuniões do COFA

A figura acima ilustra a linha do tempo do Fundo Amazônia salientando seus principais marcos, como:

- o decreto presidencial, de agosto de 2008, de criação do Fundo Amazônia;

- o estabelecimento dos comitês que integram seu sistema de representação e governança participativa;
- a definição das diretrizes e dos critérios de aplicação de recursos pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e a validação pelo Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) dos limites anuais de captação calculados pelo Ministério do Meio Ambiente;
- a criação de estrutura organizacional e administrativa para a gestão do fundo no BNDES, integrante de sua Área de Meio Ambiente;
- o estabelecimento da modelagem de gestão financeira dos recursos captados e ingressados no fundo;
- as contratações de cada aporte de novos recursos dos doadores;
- as atividades de interlocução, escuta e diálogo com os públicos de interesse;
- a instituição de mecanismos para comunicação e divulgação transparente e detalhada das atividades e resultados de sua gestão;
- os projetos apoiados pelo fundo; e
- a prestação de contas e divulgação dos pareceres de auditoria externa independente com competência internacional reconhecida.

Em que pesem as macro-orientações preexistentes das políticas públicas, notadamente o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e algumas iniciativas financeiras precursoras para proteção florestal, os dois anos e meio iniciais de operação do fundo foram, ao mesmo tempo, de estruturação, experimentação e aprendizagem na prática, uma vez que não houve uma etapa pré-operacional comum a fundos com objetivos similares.

Um dos problemas observados ao receber as solicitações de apoio financeiro é que muitas vezes uma boa ideia é apresentada, sem, todavia, constituir um projeto. Na definição adotada pelo BNDES como gestor, “projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de

atividades inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados”.

Para enfrentar esse problema foi elaborado um modelo de Consulta Prévia específico para os projetos do Fundo Amazônia, com orientações para a formulação inicial do pedido de apoio ao fundo, com linguagem simplificada e homogênea. Esse modelo compreende: um guia introdutório que inclui tópicos explicativos e orientadores para o preenchimento da Consulta Prévia e sobre os conceitos a serem observados; informação sobre as principais políticas públicas e diretrizes que regem o Fundo Amazônia; solicitação de informações encadeadas de forma a esclarecer a estratégia de intervenção proposta (projeto) para os objetivos almejados, além da introdução de *links* que auxiliam na elaboração da Consulta Prévia.

O aperfeiçoamento desse modelo de Consulta Prévia incorporou várias sugestões formuladas por organizações não governamentais interessadas no apoio financeiro do Fundo Amazônia, assim como várias outras iniciativas, como a apresentação no *site* do Fundo Amazônia da relação de documentos necessários para solicitação do apoio do fundo, de maneira simplificada e organizada por natureza jurídica da instituição proponente e por estágio do pedido de apoio no BNDES, bem como o acesso à equipe do Fundo Amazônia, especialmente por meio do Fale Conosco.

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES busca o constante aprimoramento de suas políticas e procedimentos, visando identificar e implementar novas iniciativas que resultem em melhorias no funcionamento do fundo.

Ainda nesses primeiros anos de lançamento do fundo, foi realizado um importante trabalho de divulgação, de identificação e de escuta das demandas, considerando lições das iniciativas preexistentes e assimilando o aprendizado com as operações realizadas.

Esse aprendizado tem se dado de forma conjunta, propiciado principalmente pelo encaminhamento ao debate e à formulação de critérios para o atendimento de demandas e questões vinculadas às principais áreas temáticas de atuação do fundo, no âmbito dos seus comitês técnico e orientador.

Considera-se necessário aprofundar o planejamento articulado e integrado, para a convergência de uma agenda de longo prazo, com ações antecipatórias e proativas, haja vista a escala dos ativos ambientais do país, a necessidade de manter os resultados já alcançados e de promover o permanente ciclo virtuoso.

A enorme responsabilidade e expectativa que envolvem esse mecanismo pioneiro que é o Fundo Amazônia requerem o alinhamento estratégico na implementação de ações e políticas públicas, de forma a produzir impactos de maior magnitude e de natureza estruturante. Dessa forma, será possível dar um salto na escala de atuação do Fundo Amazônia.

Para fazer essa mudança de escala, estão sendo adotadas diversas estratégias complementares. Merece ser mencionado o esforço em andamento de identificação de projetos estruturantes, entendidos como ações de grande impacto e capacidade resolutiva, mediante trabalho conjunto da equipe do Fundo Amazônia e do Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, são fundamentais as instituições do Governo Federal, por exemplo, nas suas vertentes de fiscalização e desenvolvimento científico e tecnológico.

Entende-se em especial que os estados e os municípios são parceiros naturais do Fundo Amazônia e que, sem o envolvimento técnico e político dos estados, não será possível o pleno desempenho do fundo.

Concomitantemente, é importante dar continuidade na construção de parcerias para viabilizar o aumento e a diversificação do número de operações diretas de baixo valor unitário, que tem nas

principais organizações do terceiro setor uma interlocução privilegiada que agrega conhecimentos específicos, legitimidade social e capacidade operativa.

Como exemplo, para tornar possível o apoio a pequenos projetos, estão sendo experimentadas novas formas operacionais do fundo, a primeira das quais resultou na Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis a ser implementada em 2012, em que os projetos serão apoiados por intermédio de instituições que desempenhem papel de aglutinadores de ações e iniciativas sinérgicas em determinados territórios e que integram ou venham a constituir cadeias de atividades produtivas sustentáveis. Essa chamada pública tem por finalidade não apenas apoiar projetos de menor valor e instituições de menor porte, mas, sobretudo, promover benefícios diretos a povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, aquicultores familiares e agricultores familiares localizados no Bioma Amazônia, público-alvo prioritário para o fundo, conforme estabelecido pelo COFA.





DADOS SOBRE O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que o desmatamento na Amazônia, durante o período de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2011 (ano florestal 2011), foi de 6.238 km². Nos últimos três anos, como se nota no Gráfico 1, ocorreram sistematicamente as menores taxas de desmatamento (TD) desde que esse instituto deu início ao monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia, há 23 anos.

GRÁFICO 1: DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL, POR CORTE RASO (EM KM²)

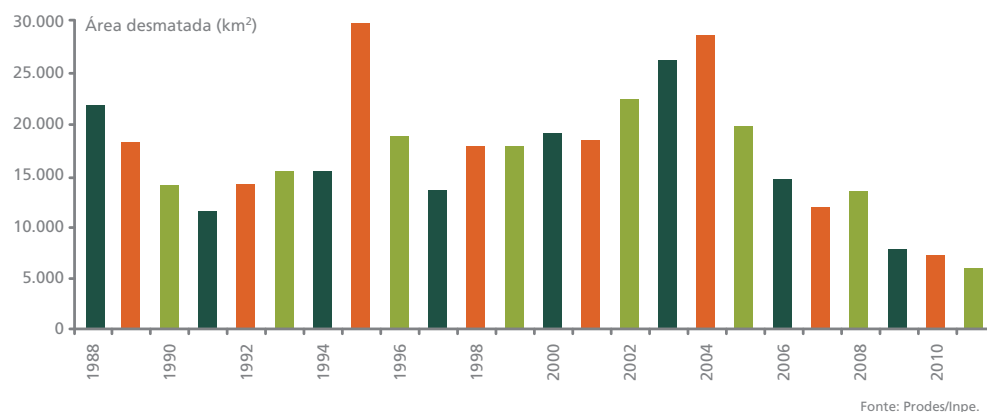


TABELA 1: ÁREA DESMATADA (EM KM²) NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 1988 E 2011

Ano	Área desmatada	Ano	Área desmatada	Ano	Área desmatada	Ano	Área desmatada
1988	21.050	1994	14.896	2000	18.226	2006	14.286
1989	17.770	1995	29.059	2001	18.165	2007	11.651
1990	13.730	1996	18.161	2002	21.651	2008	12.911
1991	11.030	1997	13.227	2003	25.396	2009	7.464
1992	13.786	1998	17.383	2004	27.772	2010	7.000
1993	14.896	1999	17.259	2005	19.014	2011 ¹	6.238

¹ Taxa de desmatamento estimada para a Amazônia Legal no ano florestal de 2011.

Fonte: Prodes/Inpe.

Como a estimativa do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal para o ano florestal 2010 foi de 7.000 km² e para o ano florestal 2011 é de 6.238 km², observa-se uma redução na taxa de desmatamento de 10,9%. Na Tabela 2, podem-se verificar os dados sobre o desmatamento nos estados que compõem a Amazônia Legal, comparados ao ano anterior.

TABELA 2: DESMATAMENTO POR ESTADO

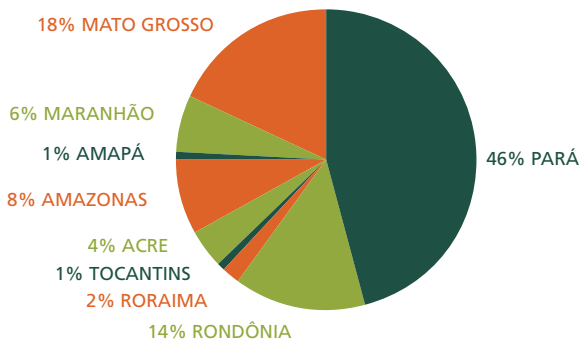
Estados	Desmatamento 2010 (km²)	Desmatamento 2011 (km²)	% incremento 2010-2011
Acre	259	271	4,6
Amazonas	595	526	- 11,6
Amapá	53	51	- 3,8
Maranhão	712	365	- 48,7
Mato Grosso	871	1.126	29,3
Pará	3.770	2.870	- 23,9
Rondônia	435	869	99,8
Roraima	256	120	- 53,1
Tocantins	49	40	- 18,4
Amazônia Legal	7.000	6.238	- 10,9

Fonte: Prodes/Inpe.

É interessante observar que, dos nove estados da Amazônia Legal, seis diminuíram as taxas anuais de desmatamento. Maranhão e Roraima apresentaram as reduções percentuais mais significativas.

Além disso, o Pará também reduziu expressivamente sua taxa de desmatamento. Em 2010, o estado havia desmatado 3.770 km², ao passo que, em 2011, essa área diminuiu para 2.870 km², uma redução de 23,9%. Esse desempenho contribuiu de modo significativo para a redução verificada na taxa de desmatamento da Amazônia Legal.

GRÁFICO 2: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL, POR ESTADO



Fonte: Prodes/Inpe.





DOAÇÕES FORMALIZADAS

Com base nos dados de redução das emissões calculados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) a partir das estimativas do Inpe quanto ao desmatamento, o BNDES fica autorizado a captar doações para o Fundo Amazônia, por meio da emissão de diplomas equivalentes às toneladas de carbono e sua correspondência ao valor da contribuição financeira para o fundo. Esses diplomas são nominais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de nenhuma natureza. O Fundo Amazônia já recebe doações de governos estrangeiros e empresas e está se preparando também para receber doações de instituições multilaterais, organizações não governamentais e pessoas físicas.

O governo da Noruega apoiou prontamente a iniciativa, tornando-se o primeiro e, até o momento, o maior doador de recursos ao Fundo Amazônia, com o compromisso formalizado de até NOK² 2.550.000.000,00, o equivalente a US\$ 426.058.044,14³ e a intenção de doação total de US\$ 1.000.000.000,00 até o ano de 2015.

Além disso, no último trimestre de 2010, o Fundo Amazônia recebeu o relevante apoio do governo da República Federal da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, que formalizou compromisso de aporte no valor de €⁴ 21.000.000,00 ao fundo, o equivalente a US\$ 27.249.600,00.

Em 2011, o Fundo Amazônia passou a contar com seu terceiro doador, a Petrobras, primeira empresa a contribuir com o fundo. A Petrobras transferiu

² NOK – coroas norueguesas.

³ Valores em 30 de dezembro de 2011.

⁴ € – euros.

para o fundo, em outubro de 2011, o montante total de R\$ 7.315.912,85 (US\$ 3.900.156,12) correspondente a 842.071 toneladas de dióxido de carbono (CO₂).

O BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos das doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, além da contratação das auditorias. Os desembolsos das doações contratadas são efetuados mediante solicitação do BNDES, com base nas necessidades financeiras do fundo.

PRIMEIRO DOADOR: GOVERNO DA NORUEGA

Conforme autorizado pelo Decreto 6.527/08, o BNDES celebrou um contrato de doação (*donation agreement*), em 25 de março de 2009, com o Ministério das Relações Exteriores da Noruega, no qual foi prevista uma doação a esse banco, na qualidade de gestor do Fundo Amazônia, no valor de até NOK 700.000.000,00 (US\$ 116.957.110,16) para utilização em 2009, tendo sido esse prazo posteriormente dilatado até 2011. O contrato estabelece os termos e procedimentos aplicáveis às doações da Noruega ao Fundo Amazônia.

Aditivos ao contrato de doação celebrado com o governo da Noruega

Aditivo nº 1 – Celebrado em 9 de novembro de 2009

O governo da Noruega comprometeu-se a realizar doações adicionais de até NOK 1.500.000.000,00 (o equivalente a US\$ 250.622.378,91), dos quais NOK 750.000.000,00 (US\$ 125.311.189,45) no ano de 2010 e NOK 750.000.000,00 (US\$ 125.311.189,45) em 2011. Além desses valores, ficou prevista, ainda, a possibilidade de doações adicionais pelo governo da Noruega em 2010 e 2011.

Aditivo nº 2 – Celebrado em 16 de dezembro de 2010

O governo da Noruega, conforme previsto no Aditivo nº 1, comprometeu-se a realizar uma doação adicional de até NOK 100.000.000,00 (US\$ 16.708.158,59). Dessa maneira, o valor total da doação referente ao ano de 2010 passou a ser de até NOK 850.000.000,00 (US\$ 142.019.348,05). Esse acréscimo tomou por base a área total de desmatamento no ano florestal de 2009, informada pelo Inpe, que foi de 7.464 km².

Aditivo nº 3 – Celebrado em 14 de dezembro de 2011

O governo da Noruega comprometeu-se a realizar uma doação adicional de NOK 250.000.000,00 (US\$ 41.770.396,48), totalizando NOK 1.000.000.000,00 (US\$ 167.081.585,94) no ano de 2011. Ficou definido, também, que o prazo final de utilização dos recursos doados, referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011, será 31 de dezembro de 2015.

SEGUNDO DOADOR: GOVERNO DA ALEMANHA

Conforme autorizado pelo Decreto 6.527/08 e no âmbito da Cooperação Financeira Oficial entre o governo da República Federal da Alemanha e o governo da República Federativa do Brasil, foi celebrado, em 7 de dezembro de 2010, entre o KfW Entwicklungsbank e o BNDES, o Contrato de Contribuição Financeira ao Fundo Amazônia.

Nessa mesma data, também ficaram ajustados os detalhes para execução do contrato por meio de acordo em separado.

O valor total do contrato é de até € 21.000.000,00 (US\$ 27.249.600,00), a serem concedidos de acordo com a metodologia prevista nos normativos do Fundo Amazônia, dos quais, (I) até € 12.000.000,00 (US\$ 15.571.200,00) referem-se às reduções das emissões oriundas do desmatamento da Amazônia

no ano florestal 2008-2009 e (II) até € 9.000.000,00 (US\$ 11.678.400,00) são referentes às reduções de emissões verificadas no ano florestal 2009-2010.

TERCEIRO DOADOR: PETROBRAS

O BNDES celebrou, em 14 de outubro de 2011, três contratos de doação com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), nos quais foram efetivadas doações ao Fundo Amazônia.

A doação da companhia está em linha com a exigência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de que a Petrobras implemente projetos de neutralização de carbono em relação à emissão de gases de efeito estufa provocada por suas atividades. As emissões são decorrentes da queima extraordinária de gás, originárias da produção e do escoamento de petróleo e gás natural realizadas pela empresa.

A destinação dos recursos doados é voltada exclusivamente a projetos a serem financiados no âmbito do Fundo Amazônia segundo suas normas, condições, diretrizes e critérios.

Cabe ao BNDES a responsabilidade pela análise, aprovação e contratação de projetos e também pelo acompanhamento, monitoramento e prestação de contas.

Reconhecimento aos doadores

A cada contribuição para o Fundo Amazônia, o BNDES emite um diploma, no qual ficam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. A efetividade da redução das emissões provocadas pelo desmatamento, que define o montante a ser captado a cada ano pelo Fundo Amazônia, é atestada pelo CTFA, composto de cientistas reconhecidos na área de mudanças climáticas.

A Tabela 3 apresenta os dados sobre os recursos já captados.

TABELA 3: RECURSOS CAPTADOS

Doador	Parcela	Data de entrada dos recursos	Valor original da doação	Valor (em R\$) ¹	Valor (em US\$) ²	Toneladas de dióxido de carbono	Toneladas de carbono	Ano da redução
Noruega	1ª	9.10.2009	NOK 123.437.000,00	36.448.350,22	20.960.578,70	4.192.115,7	1.142.265,9	2006
Noruega	2ª	9.8.2010	NOK 169.262.000,00	49.600.536,48	28.283.364,59	5.656.672,9	1.541.327,8	2006
Alemanha	1ª	29.12.2010	€ 3.000.000,00	6.644.100,00	3.952.500,00	790.500,0	215.395,0	2009
Petrobras	1ª	14.10.2011	R\$ 1.765.983,70	1.765.983,70	1.016.335,00	203.267,0	55.436,0	2006
Petrobras	2ª	14.10.2011	R\$ 4.114.671,55	4.114.671,55	2.368.020,00	473.604,0	129.164,0	2006
Petrobras	3ª	14.10.2011	R\$ 1.435.257,60	1.435.257,60	826.000,00	165.200,0	45.054,0	2006

¹ Valores históricos em reais e dólares, tais como estão inscritos nos diplomas emitidos pelo Fundo Amazônia.

² Valores históricos em reais e dólares, tais como estão inscritos nos diplomas emitidos pelo Fundo Amazônia.



REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

O Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) tem a atribuição de atestar a quantidade de emissões de carbono oriundas de desmatamento calculada pelo Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, deve avaliar a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Em outubro de 2011, foi realizada sua reunião anual, na qual foi estabelecido o valor estimado de redução das emissões, correspondente a 462,9 milhões de toneladas de CO₂, e o valor limite para captação do Fundo Amazônia no período, de US\$ 2.314.583.333,00.

Nessa reunião, seus membros sugeriram que o CTFA passasse a ter também as seguintes atribuições: (a) fornecer avaliação técnica e científica sobre as emissões de carbono oriundas do desmatamento na Amazônia; (b) desenvolver estudos relativos a emissões de carbono oriundas do desmatamento; e (c) analisar a efetividade ambiental dos investimentos do Fundo Amazônia.

Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA realizou as seguintes reuniões, tendo atestado os valores de redução das emissões, conforme a Tabela 4.

TABELA 4: REUNIÕES DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

Reunião	Data	Ano da redução	Valor estimado de redução das emissões (em milhões de toneladas de CO ₂)
1ª	10.11.2008	2006	200,0
		2007	303,0
2ª	1.12.2009	2008	245,7
3ª	13.12.2010	2009	445,9
4ª	20.10.2011	2010	462,9

REUNIÕES DO COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Ao Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) compete estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e aprovar as informações sobre a aplicação de seus recursos.

Ao COFA cabe ainda aprovar o relatório anual do fundo e zelar pela fidelidade das iniciativas apoiadas, em conformidade com as diretrizes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Durante o ano de 2011, o COFA reuniu-se em duas sessões ordinárias. As reuniões são consignadas em Registros de Encaminhamentos e Temas (RETs), que, depois de aprovados por todos os membros, são publicados no *site* do Fundo Amazônia na internet. Além dos temas sugeridos pelos membros do Comitê, em ambas as reuniões foi apresentada uma análise da carteira de projetos do fundo pelo BNDES.

Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA realizou as seguintes reuniões, tendo atestado os valores de redução das emissões conforme a Tabela 4.

TABELA 5: REUNIÕES DO COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

RESUMO DOS ASSUNTOS TRATADOS	11ª reunião	27 de outubro	Aprovação RET 10ª reunião
	Brasília DF – Hotel Trip Brasil 21		
RESUMO DOS ASSUNTOS TRATADOS	• Eleita, como presidente do COFA, a representante do Ministério do Meio Ambiente, a Ministra Izabella Teixeira, com mandato de dois anos e termo final no dia 22.10.2013. • Aprovada a realização de chamada pública para a seleção de projetos produtivos sustentáveis para a modalidade aglutinadora. • Aprovada a prestação de contas do Fundo Amazônia relativa ao ano de 2010 e o correspondente Relatório Anual do Fundo Amazônia, acompanhados dos pareceres da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre suas demonstrações financeiras e o parecer da UHY Moreira Auditores sobre a conformidade dos projetos apoiados com as normas e diretrizes do fundo.		
	12ª reunião	14 de dezembro	Aprovação RET 11ª reunião
RESUMO DOS ASSUNTOS TRATADOS	Brasília DF – Naoum Plaza Hotel		
	• Apresentadas e deliberadas as propostas de alteração das Diretrizes e Critérios de Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia. • O Ministério de Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em conjunto com o BNDES, formularão proposta, para posterior avaliação pelo COFA, de diretrizes e critérios para o apoio do Fundo Amazônia a projetos de monitoramento em outros países tropicais. • Foi deliberada a constituição do Grupo de Trabalho composto pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o BNDES, o setor responsável por assuntos indígenas nos estados e a Fundação Nacional do Índio (Funai), para identificar oportunidades e propor formas de apoiar projetos de organizações indígenas da Amazônia no âmbito do Fundo Amazônia. • A Tabela de Diretrizes e Critérios de Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia sofreu algumas alterações. As seguintes alterações foram aprovadas pelos membros do Comitê Orientador, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012: I. Criação de tabelas autônomas para as Diretrizes e Critérios para Aplicação do Fundo Amazônia em “Outros Biomas” e “Outros Países”; II. Alteração do título da Tabela A para “Critérios Orientadores”; III. Valorização de projetos com diversidade de atores e com estrutura de governança compartilhada; IV. Alteração do item C2 – Proponentes/Executores, da Tabela B “Condicionantes Mínimos para os Projetos” cujo texto passa a ser: “Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores”. V. Alteração do item C13 – Desconcentração dos Recursos na mesma Tabela B que vigorará com o seguinte texto: “O valor aplicado em cada uma das quatro modalidades operacionais não deve ser menor que 10% ou maior que 40% dos recursos disponíveis no ano, observado o critério de equidade.”		

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DA COMISSÃO PARA DETALHAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS – APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS

A Comissão recomendou, após diversas reuniões, que o apoio a projetos produtivos sustentáveis deveria ocorrer por meio de chamada pública na modalidade aglutinadora, ou seja, empreendimentos gerenciados por uma entidade e composto por subprojetos de outras entidades, orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor relacionadas às seguintes categorias:

- manejo florestal madeireiro e não madeireiro;
- aquicultura e arranjos de pesca; e
- sistemas agroecológicos e agroflorestais.

O valor financiável dos projetos nessa modalidade seguirá os seguintes critérios:

- o valor dos projetos apresentados por cada entidade aglutinadora deverá estar entre R\$ 2.000.000,00 e R\$ 10.000.000,00;
- o valor máximo de cada subprojeto será de R\$ 500.000,00; e
- o valor total apoiado pela chamada pública poderá ser de até R\$ 50.000.000,00.

A Comissão de Seleção e Classificação de projetos deverá promover as adequações necessárias para o fechamento da chamada pública da modalidade aglutinadora, bem como detalhar seu próprio funcionamento e sistemática de votação.

DIRETRIZES E CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DO FUNDO AMAZÔNIA EM 2011

As Tabelas-Resumo de Diretrizes e Critérios para Aplicação do Fundo Amazônia contêm as principais deliberações normativas do COFA a respeito da distribuição dos recursos, critérios de priorização de projetos, condicionantes, modalidades de aplicação de recursos e suas limitações. Na segunda reunião do COFA em 2011, foi ratificada a vigência, em 2011, dessas tabelas, conforme versão consolidada em 26.3.2010.

TABELAS-RESUMO DE DIRETRIZES E CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Consolidação: 26.3.2010

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE ÁREAS DE APLICAÇÃO

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos disponíveis no ano
A. Projetos no Bioma Amazônia	sem limite
B. Projetos nos demais biomas brasileiros e em outros países tropicais	20%

Observação:
O BNDES deve envidar esforços para aplicar recursos em outros biomas e outros países.

A. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

Cód.	Critério	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
P1	Geográfico	Projetos realizados nos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento; Projetos realizados nos municípios sobre área de influência de grandes obras do PAC; Projetos realizados nos municípios/ regiões com maior conservação da cobertura florestal.	Não se aplica	Não se aplica
P2	Temático	(ver quadro abaixo)	Não se aplica	Não se aplica
P3	Diversidade de atores envolvidos	Projetos que envolvam articulação e execução abrangendo poder público, setor privado, ONGs/movimentos sociais e comunidades locais.	Idem ao Bioma Amazônia	Idem ao Bioma Amazônia Projetos que envolvam articulação regional.
P4	Público-alvo	Projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.	Não se aplica	Não se aplica
P5	Relevância	Projetos com maior potencial de replicabilidade; Projetos com maior potencial de impacto (ex. R\$/hectare de floresta protegido ou manejado sustentavelmente).	Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para REDD.	Países com maior cobertura florestal
P6	Linhas de aplicação BNDES	Priorizar os projetos que contemplem as linhas (a) atividades produtivas sustentáveis; e (d) desenvolvimento científico e tecnológico.	Não se aplica	Não se aplica

Observações:

P1 - A definição desses municípios é realizada em conformidade com o art. 2 do Decreto 6.321/2007.

P6 - O BNDES deve enviar esforços para aplicar recursos nas áreas prioritárias, incluindo instrumentos de indução da demanda.

PRIORIZAÇÃO TEMÁTICA – BIOMA AMAZÔNIA

Orientação geral	Prioridades
Ações para valorizar a floresta em pé (conservação e uso sustentável)	a. promoção e incremento na escala de produção de cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originados em manejo sustentável da floresta incluindo planos de manejo, pesquisa, inovação, difusão científica e tecnológica, desenvolvimento de mercado, treinamento e capacitação; b. implementação de sistemas de pagamento por serviços ambientais associados ao incremento e/ou manutenção da cobertura florestal e/ou sistemas florestais e agroflorestais; c. desenvolvimento e implantação de modelos de recuperação de APPs e Reserva Legal, com ênfase no uso econômico; d. consolidação de áreas protegidas, em especial as de Conservação de Uso Sustentável e Terras Indígenas;
Ações para promover ordenamento territorial e regularização fundiária	e. destinação de Florestas Públicas Não Destinadas, com a priorização para as florestas comunitárias; f. repressão à grilagem de terras, regularização e ordenamento fundiário, preferencialmente em áreas com maior concentração de posses e/ou conflitos;
Ações para estruturar e integrar os sistemas de controle, monitoramento e fiscalização ambiental na Amazônia	g. apoio à estruturação dos órgãos estaduais responsáveis pela gestão florestal estadual; h. apoio à implementação de sistemas municipais de monitoramento e fiscalização ambiental; i. estruturação e integração dos sistemas de controle da gestão florestal, do licenciamento ambiental das propriedades rurais e de rastreamento e cadeia de custódia de produtos agropecuários e florestais; j. ampliação e intensificação dos sistemas de monitoramento do desmatamento e degradação florestal.

Observações:

PT - c - O uso econômico de APPs somente será apoiado nos termos da legislação em vigor.

PT - f - Regularização fundiária inclui os processos de regularização e o acompanhamento desses processos pela sociedade.

B. CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

Cód.	Critério	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
C1	Indicadores de resultado	Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.	Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.	Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.
C2	Proponentes/ executores	Projeto deve incluir anuência de todos os proponentes e executores, já na sua apresentação.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia e contar com a participação e/ou anuência do governo central do país beneficiário.
C3	Participação social	Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.	Projeto deve contar com uma instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil.	Projeto deve contar com uma instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil.
C4	Coerência com Áreas Temáticas do Fundo Amazônia	Projeto deve se enquadrar em pelo menos uma área temática do Decreto 6.527/2008.	Não se aplica	Não se aplica

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Cód.	Critério	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
C5	Coerência com o Plano Federal e os Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento	Projeto deve demonstrar clara coerência com ações previstas no PPCDAM e nos Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento.	Não se aplica	Não se aplica
C6	Coerência com PAS	Projeto deve demonstrar clara coerência com diretrizes do PAS.	Não se aplica	Não se aplica
C7	Contribuição para REDD	Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar a REDD.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
C8	Adicionalidade de recursos	Projetos devem representar adicionalidades aos orçamentos públicos destinados as áreas de aplicação do Fundo Amazônia.	Idem Bioma Amazônia	Não se aplica
C9	Contrapartida	Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados do Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
C10	Base territorial	Projetos devem explicitar sua base territorial de aplicação (estado e, onde aplicável, município).	Projetos devem necessariamente abordar o monitoramento das florestas de pelo menos um bioma por completo.	Projetos devem necessariamente abordar o monitoramento das florestas em nível nacional.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Cód.	Critério	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
C11	Publicidade e transparência	Projetos devem contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela internet.	Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.	Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.
C12	Sustentabilidade do projeto	Apresentar estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós-implementação.	Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto – pós-implantação	Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto – pós-implantação
C13	Desconcentração dos recursos	O valor aplicado em cada uma das quatro modalidades operacionais não deve ser menor que 10% ou maior que 40% dos recursos disponíveis no ano. O valor desembolsado para um único projeto não deve ultrapassar 10% do valor total disponível no Fundo Amazônia para o ano.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Cód.	Critério	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
C14	Benefícios de uso coletivo	Os resultados dos projetos com fins econômicos devem ser de uso coletivo ou público, relacionados a: a. infraestrutura produtiva de uso coletivo; b. estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade; c. treinamento e capacitação abertos à coletividade; d. desenvolvimento tecnológico com resultados; abertos à coletividade, sempre que viável; e. inovações replicáveis e de aplicação prática; f. outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.	Não se aplica	Não se aplica
C15	Não substituição de outras fontes de financiamento	Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.	Não se aplica	Não se aplica

Observações:

C2 - Proponentes devem ser necessariamente instituições nacionais dos países tropicais, de acordo com as respectivas legislações nacionais.

C3 - Projetos que envolvam o desenvolvimento de sistemas de monitoramento devem contar com instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil.

C3 - As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

C3 - Projetos relacionados às atribuições dos órgãos públicos, ou ao estabelecimento de políticas públicas, não necessitam, obrigatoriamente, da anuência dos beneficiários.

C5 - Na ausência do Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento não se aplica o critério.

C9 - Na aplicação do critério C9 poderão ser considerados os seguintes aspectos:

- Orçamento médio executado nos dois anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- Grau de contingenciamento de recursos no orçamento público para a execução da ação;
- Previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

C9 - As contrapartidas podem se dar na forma recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas, resguardada a condição prevista no C9.

C11 - O BNDES disponibilizará ferramenta padronizada de integração e divulgação de informações atualizadas da implementação de todos os projetos.

C. MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Cód.	Modalidade	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
M1	Aplicação direta – investimento	Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
M2	Aplicação direta – custeio	Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive por meio de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo, comunicação, entre outros.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
M3	Pagamento por serviços ambientais	Pagamentos realizados aos provedores de serviços ambientais.	Não se aplica	Não se aplica
M4	Serviços continuados de longo prazo	São serviços que devem ser sustentados a longo prazo para obtenção de resultados de longo prazo como monitoramento de desmatamento ou degradação florestal, inventário florestal entre outros.	Não se aplica	Não se aplica
M5	Aplicação indireta	Aplicações indiretas por intermédio de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, aí incluídos fundos e outras organizações implementadoras de projetos.	Não se aplica	Não se aplica

Observações:

M4 - Os projetos de serviços continuados poderão ser de até 10 anos e deverão contar com mecanismo de acompanhamento contínuo de sua implementação e divulgação pública de seus resultados.

M1 a M4 - Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

D. RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

Cód.	Critério	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
R1	Diárias	Não poderão ser pagas diárias para funcionários públicos (não se aplica esta restrição a atividades de pesquisa envolvendo instituições públicas de pesquisa).	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
R2	Pagamento de pessoas físicas	Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores públicos em regime de dedicação exclusiva nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
R3	Impostos e tributos	Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos; INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física etc.)	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia

E. CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Cód.	Critério	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
E1	Equidade na aplicação de recursos por estado	Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.	Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo bioma	Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo país
E2	Equidade por tipo de proponente	Evitar a concentração de recursos entre os tipos de proponentes: órgãos públicos, instituições de pesquisa e, organizações da sociedade civil.	Não se aplica	Não se aplica

Observações:

E1 - Opção de não estabelecimento de indicadores específicos de concentração de recursos em projetos exclusivos de um estado, durante o primeiro ano de operação Fundo Amazônia.

E2 - No contexto do Fundo Amazônia, incluem-se em sociedade civil as organizações não governamentais, representações de classe, empresas e outras instituições de direito privado.

F. LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Cód.	Tipo de projeto	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
L1	Projetos com fins econômicos	a. Participação máxima do Fundo Amazônia: 90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 10,5 milhões; 70% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 10,5 milhões e menor ou igual a R\$ 60 milhões; 50% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 60 milhões.	Não se aplica	Não se aplica
L2	Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados	b. Participação máxima do Fundo Amazônia, em casos devidamente justificados: 100%	Não se aplica	Não se aplica
L3	Projetos com fins econômicos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de uso coletivo	c. Participação máxima do Fundo Amazônia: 90%	Não se aplica	Não se aplica

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Cód.	Tipo de projeto	Bioma Amazônia	Outros biomas	Outros países
L4	Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre Instituições Tecnológicas (ITs) e entidades com fins econômicos	d. Participação máxima do Fundo Amazônia: 90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 10,5 milhões; 80% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 10,5 milhões e menor ou igual a R\$ 60 milhões; 70% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 60 milhões. • Os beneficiários dos recursos financeiros do Fundo Amazônia serão as Instituições Tecnológicas (ITs) e/ou Instituições de Apoio (IAs). • As empresas e/ou demais entidades com fins econômicos com interesse estratégico nas pesquisas não serão beneficiárias diretas dos recursos. Elas serão intervenientes nas operações de financiamento e deverão aportar contrapartida financeira complementando os recursos do Fundo Amazônia.	Não se aplica	Não se aplica

Observações:

L1 e L4 - Na hipótese de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites acima referidos serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de vendas utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. Quando a empresa for controlada por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico, a classificação do porte se dará considerando-se a receita operacional bruta consolidada.

L2 - Os resultados econômicos que resultem dos projetos de apoio a grupos sociais fragilizados deverão ser distribuídos aos integrantes destes, independente de quem seja o Proponente.

L4 - Instituição Tecnológica (IT): pessoa jurídica de direito público interno ou entidade direta ou indiretamente por ela controlada ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, bem como desenvolvimento tecnológico.

L4 - Instituições de Apoio (IA): instituições sem fins lucrativos criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e instituições criadas ao amparo da Lei nº. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que possuam esta mesma finalidade.

L4 - São apoiáveis os investimentos realizados em benefício da Instituição Tecnológica (IT), com propósito específico de atender aos objetivos do projeto.

L4 - A participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos provenientes da exploração das criações resultantes do projeto obedecerá aos dispositivos previstos na Lei da Inovação (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Assim, as partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados. Essas serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes no projeto.

L4 - Durante a etapa de análise o BNDES verificará aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual resultantes do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação com intuito de evitar, quando pertinente, práticas restritivas de utilização e cessão desses direitos. Além dos aspectos referidos, o BNDES verificará, também, na etapa de análise, os critérios de rateio dos resultados financeiros do projeto.



CARTEIRA DE PROJETOS

De junho de 2009 a dezembro de 2011, o Fundo Amazônia já aprovou a destinação de recursos para apoio financeiro a 23 projetos, no valor total de R\$ 260.730.294,90, dos quais cinco em 2009, oito em 2010 e dez em 2011.

Esses projetos estão localizados nos estados da Amazônia Legal, envolvendo mais de 130 municípios (25% dos municípios do Bioma Amazônia) – entre os quais 29 constam na lista dos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento –, e beneficiam a população local e agricultores familiares, além de povos indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas. O prazo de execução dos projetos varia de um ano e meio a cinco anos.

Ano	Projetos aprovados	Valor do apoio (R\$)
2009	5	70.339.010,00
2010	8	119.891.704,43
2011	10	70.499.580,47
Total	23	260.730.294,90

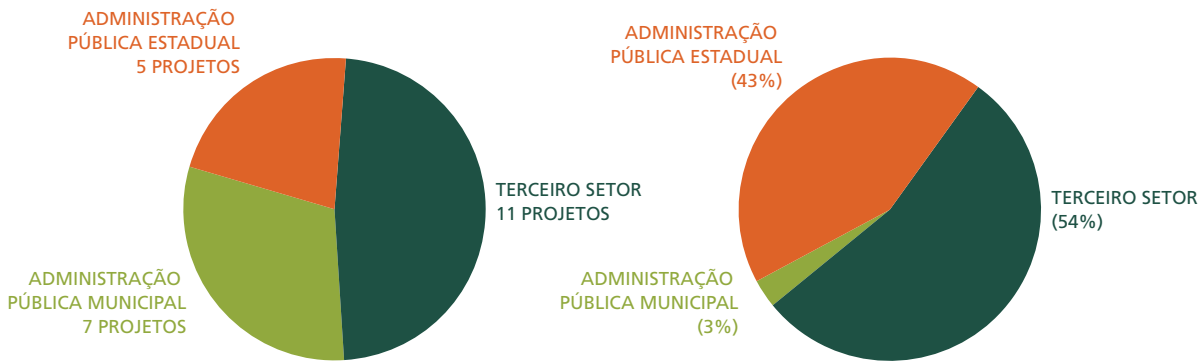
Em sua concepção, os projetos aprovados têm abordagens distintas, porém coerentes com ações que contribuem direta ou indiretamente para reduzir a emissão de CO₂, decorrente da degradação e do desmatamento, sempre em linha com as políticas públicas de gestão ambiental.

Esse conjunto de projetos contempla o fomento a atividades produtivas sustentáveis, a regularização ambiental e fundiária, o monitoramento de propriedades rurais, a recuperação de áreas degradadas e de proteção perma-

nente, a consolidação e a manutenção de áreas de preservação, o fortalecimento institucional e a estruturação físico-operacional de órgãos governamentais de gestão ambiental.

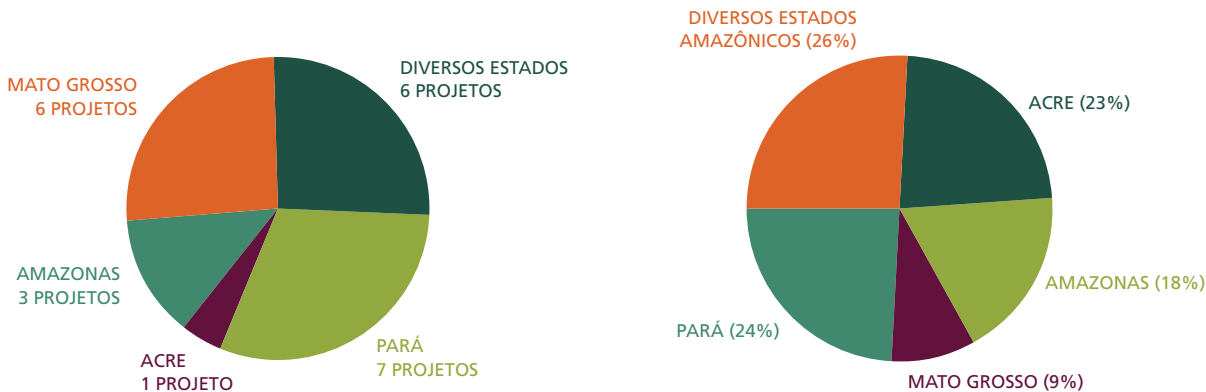
O Gráfico 3 ilustra que 11 dos 23 projetos são provenientes de instituições do terceiro setor (48%). Os demais projetos aprovados são originários do setor público, dos quais 30% da administração pública municipal e 22% da administração pública estadual. Com relação aos valores totais dos projetos aprovados. O Gráfico 4 mostra o baixo percentual do valor total dos projetos da administração pública municipal, que corresponde a 3%, ou R\$ 7.434.377,20, o que se justifica pelo baixo valor médio por projeto, aproximadamente R\$ 1.062.053,89.

GRÁFICOS 3 E 4: NÚMEROS E VALORES TOTAIS DE PROJETOS APROVADOS, POR NATUREZA JURÍDICA



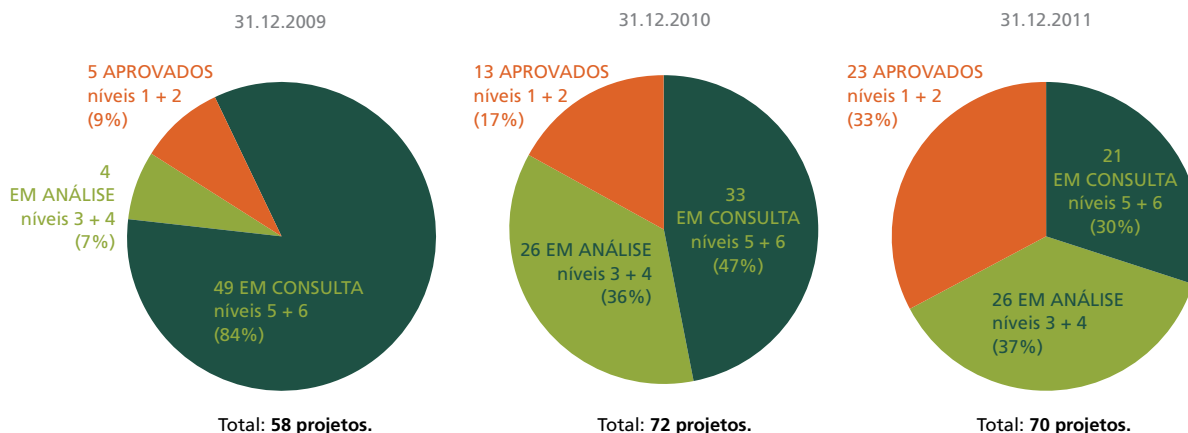
Os gráficos 5 e 6 enfocam os projetos aprovados, sob a ótica de sua abrangência territorial. Com base neles, nota-se que 57% do número total de projetos aprovados (13) estão localizados nos estados do Pará e de Mato Grosso, o que pode ser parcialmente explicado pelo fato de os projetos aprovados da administração pública municipal serem desses estados. Quanto aos valores totais dos projetos aprovados, verifica-se que não há concentração de recursos em qualquer um dos estados do Bioma Amazônia, conforme preconizado pelas Tabelas-Resumo das Diretrizes e Critérios para Aplicação do Fundo Amazônia (ver capítulo Governança em 2011).

GRÁFICOS 5 E 6: NÚMEROS E VALORES TOTAIS DE PROJETOS APROVADOS, POR ESTADO



A evolução da carteira de operações ativas (em consulta, em análise e aprovados)⁵ considerando os dados relativos em 31.12.2009, 31.12.2010 e 31.12.2011, está representada nos gráficos 7, 8 e 9:

GRÁFICOS 7, 8 E 9: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS, POR SITUAÇÃO NA CARTEIRA OPERACIONAL DO BNDES



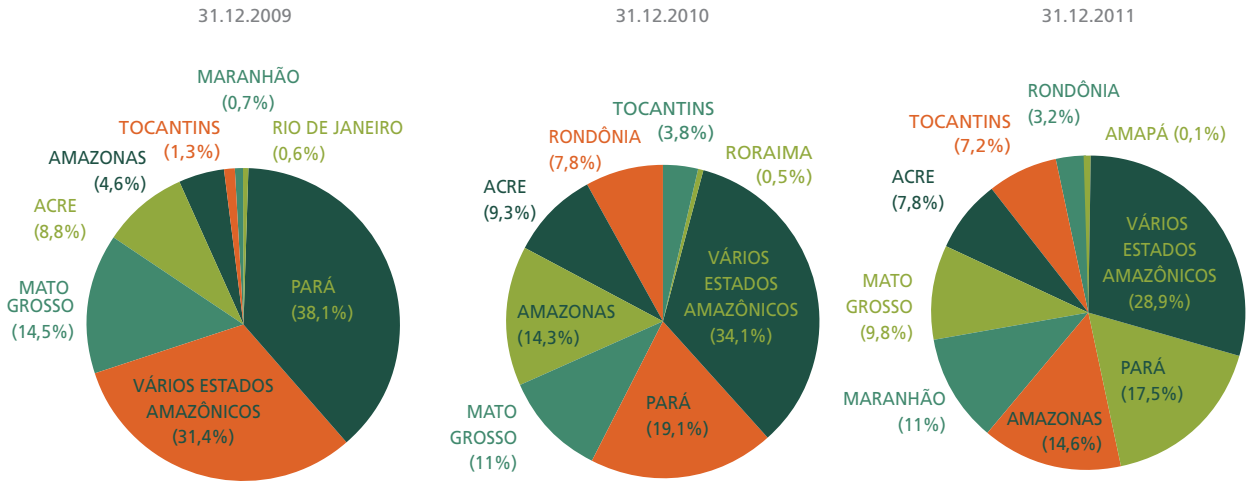
Esses gráficos demonstram que, em 2011, o número de projetos aprovados cresceu 77% em relação a 2010 (passou de 13 para 23 projetos), correspondendo a aproximadamente um terço da carteira ativa de operações do Fundo Amazônia. Além disso, o número de projetos que estavam sob análise técnica da equipe do Fundo Amazônia em 31.12.2011 (26 projetos) se manteve no mesmo patamar do fim de 2010, ou seja, mais de seis vezes superior ao total sendo analisado no fim de 2009.

Outra constatação importante refere-se à distribuição dos valores solicitados ao fundo (gráficos 10, 11 e 12). Em dezembro de 2011, o estado do Amazonas passou a ocupar a segunda posição entre os maiores demandantes de apoio financeiro do Fundo Amazônia. Os projetos em áreas localizadas nos territórios dos estados do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso e Maranhão representavam jun-

⁵ Operações ativas são as solicitações de apoio (projetos) que estão na carteira do BNDES/Fundo Amazônia.

tos cerca de 67% da quantidade de pedidos (47 projetos) e quase 53% dos recursos totais demandados (aproximadamente R\$ 500.156.402,81, de um total de R\$ 945.961.264,74). Essas quatro unidades da federação comportam, juntas, mais de 81% do total da área do Bioma Amazônia no Brasil.⁶

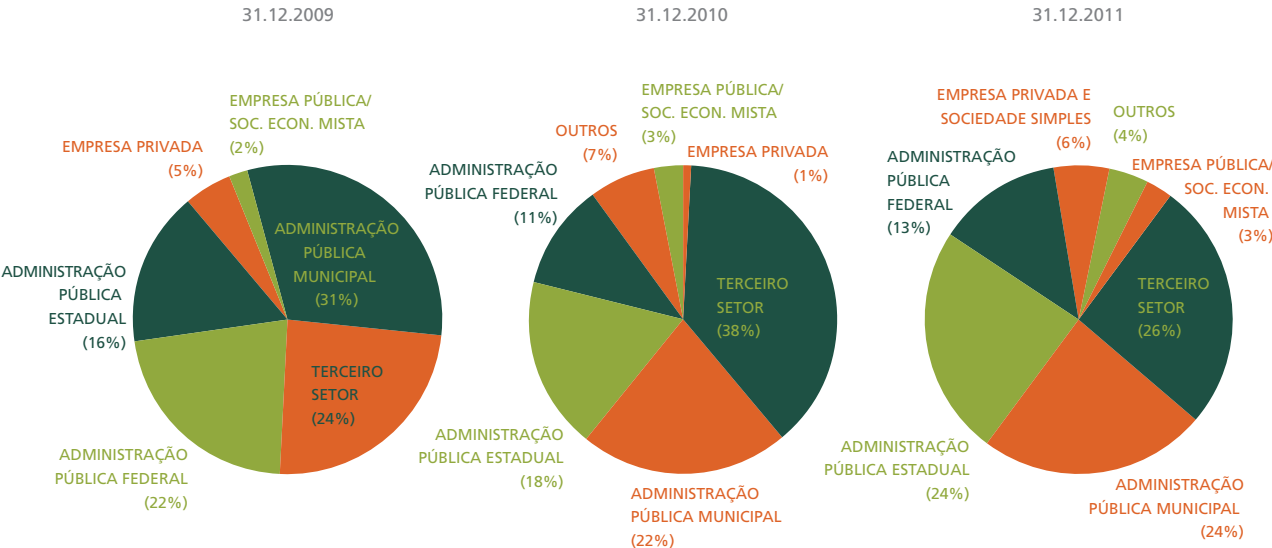
GRÁFICOS 10, 11 E 12: EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR SOLICITADO, POR ESTADO



Quanto à natureza jurídica dos proponentes, a carteira de projetos estava menos concentrada em 31.12.2011. No fim de 2009, 69% dos projetos ativos eram provenientes do setor público. No fim de 2011, esse percentual foi de 61%. Em contrapartida, o número de projetos em carteira apresentados pelo terceiro setor passou de 14 no fim de 2009 para 18 no fim de 2011 (26% do total). Em 31.12.2009 e 31.12.2010, os projetos apresentados por empresas representavam, respectivamente, 7% e 4% da carteira de projetos. Em 31.12.2011, esse percentual chegou a 9% (seis projetos). Essas constatações estão ilustradas nos gráficos 13, 14 e 15.

⁶ Disponível em <www.ibge.gov.br>.

GRÁFICOS 13, 14 E 15: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS, POR NATUREZA JURÍDICA DO PROPONENTE



A evolução da carteira de projetos demonstra a curva de aprendizagem característica do período inicial de atuação, dois anos e meio após o Banco receber as primeiras solicitações de apoio financeiro. Esse processo tende a se intensificar em 2012, possibilitando os necessários avanços rumo às mudanças pretendidas com o Fundo Amazônia.

Um aspecto que exemplifica essa curva de aprendizagem sobressai ao se observar o número de pedidos que não tiveram sequência no fluxo operacional do BNDES, ou seja, tiveram seus pedidos de apoio financeiro negados em um primeiro momento.

As respostas negativas aos pedidos de apoio foram motivadas, principalmente, pelas razões a seguir: não conformidade das ações aos normativos do Fundo Amazônia – áreas elegíveis, diretrizes, critérios

e condicionantes mínimos estabelecidos pelo COFA e políticas operacionais do BNDES para a aplicação dos recursos; insuficiência e inconsistência de informações relativas à execução dos projetos; custos inadequados; aspectos relacionados à situação cadastral; e capacidade gerencial e de execução da instituição e de seus dirigentes.

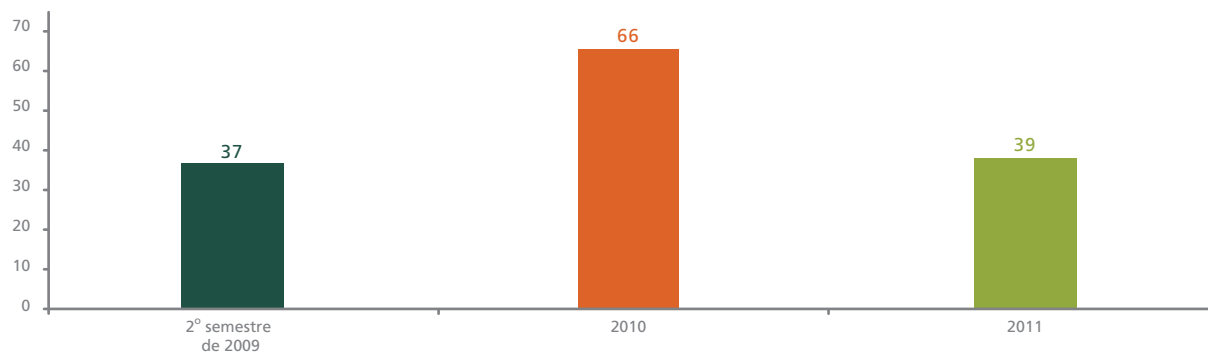
A identificação desses aspectos decorreu da avaliação preliminar dos pedidos, parte do processo total de análise do BNDES, que envolve contato inicial das equipes com os postulantes e o exame da documentação e das informações complementares sobre os projetos.

Sempre que solicitado pelos postulantes, o BNDES presta orientação para a reformulação dos projetos a fim de que possam ser reapresentados em bases corretas. Além disso, nos anos de 2010 e 2011 foi feito esforço adicional para a melhoria do processo de comunicação, incluindo o aprimoramento dos modelos de solicitação de apoio financeiro. Dessa forma, até o fim de 2011, 31 consultas negadas por inadequação foram reformuladas e reapresentadas ao Fundo Amazônia.

Os resultados foram notados em 2011, quando se observou uma diminuição do número de pedidos negados, demonstrando a maior adequação e qualificação das propostas apresentadas ao fundo. Esse resultado foi propiciado tanto pelo trabalho específico de gestão por parte do BNDES, quanto pela organização dos parceiros com representações no COFA e dos demais agentes e públicos engajados, os quais contribuíram com intenso trabalho de debates e de promoção de oficinas, que ampliaram a divulgação e o conhecimento dos objetivos e a possibilidade de financiamento do Fundo Amazônia.

O Gráfico 16 representa o período de julho de 2009, quando o BNDES começou a receber os pedidos de colaboração financeira, a 31 de dezembro de 2011. Observa-se a mudança de tendência, anteriormente apontada, de maior consonância das propostas recebidas. No período considerado, o fundo recebeu 212 pedidos, dos quais 142 foram negados.

GRÁFICO 16: NÚMERO DE CONSULTAS NEGADAS ATÉ 31.12.2011



Total: 142 pedidos negados.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Conforme disposto nos contratos de doação, os desembolsos do doador são efetuados semestralmente, ou em menor tempo, mediante solicitação por escrito do BNDES. Essa solicitação deve ser baseada nas necessidades financeiras do Fundo Amazônia. O valor restante (3% das doações), conforme determinado no Decreto 6.527/08, destina-se ao ressarcimento de custos operacionais e despesas administrativas relativos à gestão do Fundo Amazônia.

Em março de 2010, a Diretoria do BNDES definiu quais custos e despesas do Fundo Amazônia (viagens, secretaria do COFA, contratações específicas para atender às reuniões do COFA, auditoria, publicidade etc.) poderiam ser pagos utilizando-se os 3%, bem como aprovou os procedimentos relacionados e as contas contábeis pertinentes. Visando conferir maior transparência à destinação dos recursos disponibilizados ao fundo, o BNDES optou por alocar aos 3% apenas os gastos claramente relacionados ao fundo. Em 2011, esses custos e despesas totalizaram aproximadamente R\$ 713 mil. Assim, algumas despesas administrativas incorridas pelo BNDES, tais

como despesa com pessoal, não são contabilizadas como sendo do Fundo Amazônia e são integralmente pagas com recursos próprios do Banco.

As tabelas a seguir resumem a situação dos recursos recebidos para utilização nos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Os valores foram registrados com base nas normas brasileiras de contabilidade e na legislação vigente.

TABELA 6: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2011 (MILHARES DE R\$)

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante		Circulante	
		Recursos de projetos*	39.934
Fundo Gaia (97%)	39.934		
Recursos para custeio (3%)	1.263	Patrimônio Líquido	
Rendas a receber	3	Superávit acumulado	1.266
Total do Ativo	41.200	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	41.200

* O saldo da conta “Recursos de projetos”, registrado no Passivo Circulante, corresponde ao somatório dos 97% do valor recebido dos doadores e a remuneração correspondente, montante que o Fundo Amazônia está obrigado a aplicar em projetos.

TABELA 7: RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2011 (MILHARES DE R\$)

Receitas	
Receita de doações para investimentos (liberações a projetos)*	59.740
Receita de doações para custeio (3% do valor recebido no ano – principal)	219
Receita financeira (rendimentos das aplicações financeiras ref. 100% das disponibilidades)	8.344
	68.303
(-) Despesas	
Despesas com doações para investimento (liberações a projetos)*	-59.740
Despesas com remuneração de recursos de projetos**	-8.184
Despesas administrativas	-713
	-68.637
Déficit do período	-334

* Conforme entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª RF, o confronto de receitas e despesas para apuração da incidência de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as doações ao Fundo Amazônia será efetuado em valor equivalente, de forma a anularem-se mutuamente, na data e no exato montante das liberações de recursos aos projetos apoiados.

** Remuneração do passivo, correspondendo exatamente aos rendimentos relativos à aplicação no Fundo Gaia.

Solicitação e utilização dos recursos doados

Em julho de 2011, o BNDES emitiu norma interna estabelecendo os princípios norteadores e as regras para utilização das doações recebidas e para solicitação de novos recursos financeiros oriundos dos contratos de doação pelo Banco.

Tendo em vista que o Fundo Amazônia conta com mais de um doador e que as doações podem ser efetivadas por meio de doações instantâneas e contratos diferidos, fez-se necessário ordenar as solicitações de desembolsos aos doadores e também definir critérios para a utilização dos valores disponíveis no Fundo Gaia.⁷

⁷ Esses princípios e regras podem ser consultados no Anexo 4 deste Relatório Anual e no *síte* do Fundo Amazônia.

Auditorias

Anualmente, o Fundo Amazônia passa por três processos de auditoria. O primeiro ocorre no âmbito da auditoria externa dos demonstrativos financeiros do próprio BNDES, uma vez que o fundo, de natureza contábil e sem personalidade jurídica, tem suas contas alocadas nos registros contábeis do Banco. Visando ao cumprimento da exigência estabelecida no Decreto 6.527/08 e em contratos de captação de doações, o BNDES contratou a prestação dos serviços de:

1. Auditoria contábil (*financial audit*): para avaliar a veracidade dos saldos registrados nas Demonstrações Financeiras do Fundo Amazônia, bem como a adequação da alocação desses saldos nas Demonstrações Financeiras do BNDES. Essa auditoria incide sobre os valores depositados no Fundo Gaia, do Banco do Brasil, fundo de aplicação de perfil conservador contratado para remunerar e manter a atualização monetária das parcelas doadas e efetivamente ingressadas no país. São também verificados os contratos com beneficiários, os recursos desembolsados do Fundo Gaia, que são destinados para aplicação nos projetos apoiados, bem como as despesas incorridas com a gestão do Fundo e;
2. Auditoria de cumprimento (*compliance audit*): para avaliar se os projetos apoiados, tendo em vista seus objetivos, produtos, serviços e ações previstas, estão de acordo com as determinações do Decreto 6.527/08, as diretrizes e critérios do COFA, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Os procedimentos de auditoria contábil relativos ao ano de 2011 foram realizados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu. O referido auditor concluiu pela adequação dos saldos contábeis apresentados pelo BNDES.

No Anexo 3 do presente relatório, encontra-se o parecer dos auditores relativo ao ano de 2011.



Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES mantém intenso diálogo com diversos públicos de interesse, com o objetivo contínuo de dar transparência a suas atividades, obter subsídios e estabelecer parcerias com vistas ao aprimoramento de suas ações.

Entre essas ações, cabe destacar o acordo de cooperação técnica do Fundo Amazônia com a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), assinado em agosto de 2010, com vigência de 36 meses, e cujo plano de trabalho está pautado na realização dos seguintes objetivos específicos e resultados esperados:

- proponentes com maior capacidade institucional na elaboração e implementação de projetos para o Fundo Amazônia;
- instrumentos de monitoramento de impactos e resultados dos projetos aprimorados;
- fortalecimento da cooperação internacional do fundo, incluindo a identificação de oportunidades de realização de projetos em outros países;
- conhecimento da experiência comparada no desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia, notadamente na área de biotecnologia;
- identificação de oportunidades em atividades produtivas sustentáveis; ações para a conservação e uso sustentável da biodiversidade; serviços ambientais; ações com povos tradicionais, comunidades e terras indígenas; regularização fundiária e recuperação de áreas desmatadas; e
- identificação de mecanismos financeiros inovadores.

Em 2011, no âmbito desse acordo foram realizadas oito palestras que contaram com a participação de especialistas nacionais e internacionais com ampla experiência nos temas abordados.

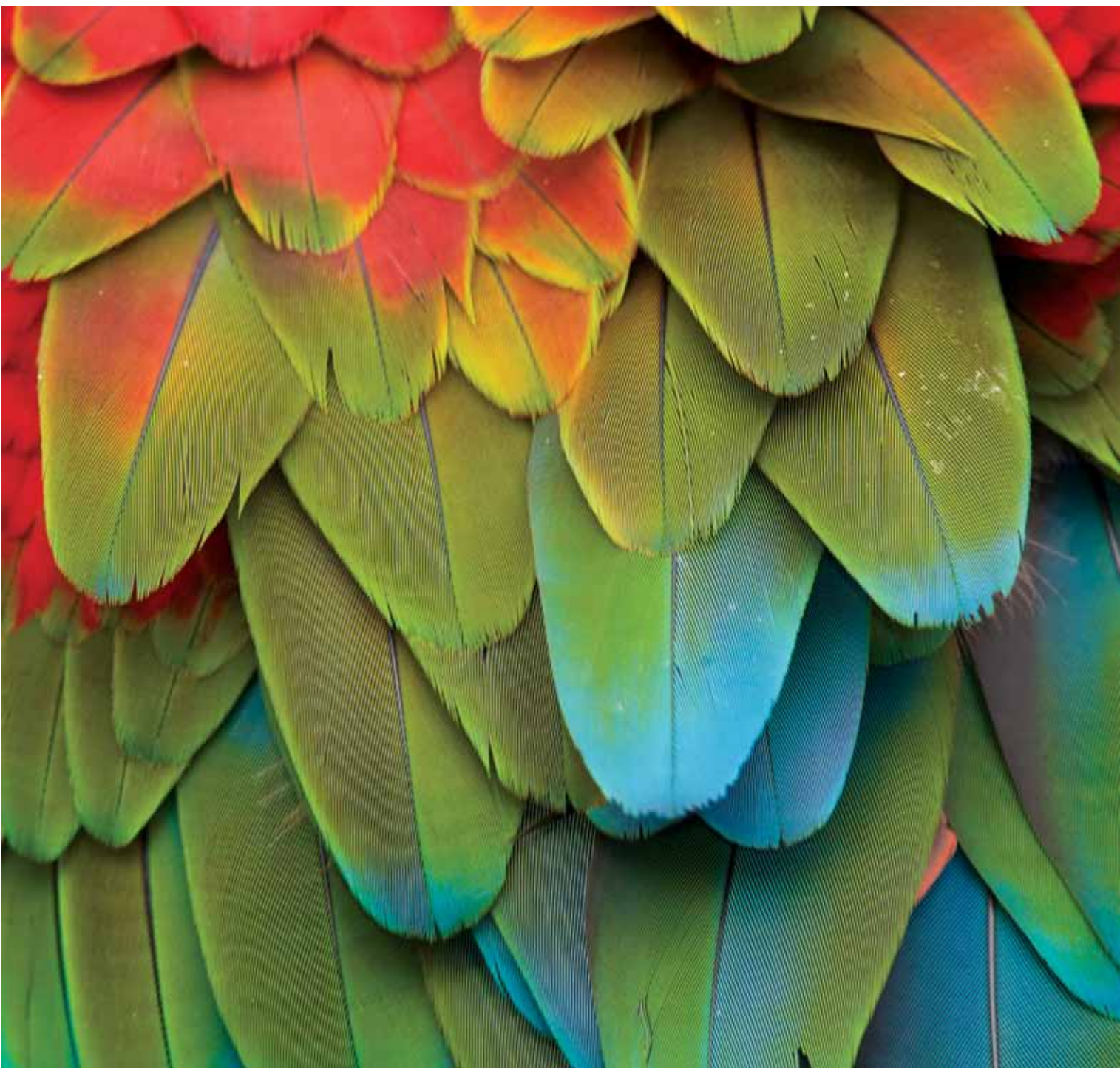
A escolha dos temas apresentados ao longo do ano privilegiou assuntos que fazem parte do escopo de atuação do Fundo Amazônia, como questões indígenas e acesso aos recursos genéticos (veja relação completa na Tabela 8).

TABELA 8: TEMAS DAS PALESTRAS REALIZADAS EM 2011

Tema	Palestrante(s)	Mês
1. Programa florestas tropicais da GIZ	Helmut Eger – GIZ Waldemar Wirsig – GIZ Eugênio Pantoja – GIZ	Abril
2. Monitoramento e avaliação de impactos	Martin Rapp – GIZ	Abril
3. Cadastro ambiental rural (CAR)	Valmir Ortega – C.I. Heliandro Maia – GIZ	Julho
4. Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)	Eufran Amaral – Embrapa	Julho
5. Acesso aos recursos genéticos e repartição dos benefícios	Francine Cunha – MMA/DPG	Agosto
6. Áreas protegidas e unidades conservação	Cláudio Maretti – WWF	Outubro
7. Questões indígenas na Amazônia	Henry Barreto – IIEB	Novembro
8. Pagamento por serviços ambientais (PSA)	Jan Börner – Cifor	Dezembro

Também cabe ressaltar a criação, pelo COFA, em 2011, da Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos, responsável pela modelagem da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis no âmbito do Fundo Amazônia, a ser lançada no primeiro bimestre de 2012.⁸

⁸ Mais informações sobre a Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos no capítulo Governança em 2011.





AÇÕES DE COMUNICAÇÃO EM 2011

O Fundo Amazônia mantém um abrangente sistema de comunicação com seus diversos públicos e parceiros. Esse relacionamento é feito por meio de várias ferramentas: o *site* (www.fundoamazonia.gov.br) e o *e-mail* (FundoAmazonia-FaleConosco@bndes.gov.br) institucionais; o boletim de notícias; o informe da carteira, entre outras. A equipe do BNDES também participa de diversos tipos de eventos, como forma de divulgar as ações do Fundo Amazônia e prestar contas aos doadores e à sociedade.

Em 2011, merece destaque a participação do Fundo Amazônia nos seguintes eventos.

► **Avanços e desafios para a Política Florestal no Brasil: REDD+ e Manejo Florestal**

2 a 11 de fevereiro – Rio de Janeiro

Seminário promovido pelo Banco Mundial e organizado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que reuniu, na sede do BNDES, representantes de seis países da África (Camarões, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Gabão, Madagascar e República do Congo), que vieram ao Brasil conhecer a experiência brasileira em projetos de redução do desmatamento e manejo florestal.

► **Oslo REDD Exchange 2011**

23 e 24 de junho – Oslo, Noruega

Seminário promovido pela Iniciativa Internacional de Florestas e Clima da Noruega com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências no campo

de REDD+. Durante o evento, Sergio Weguelin, superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, fez uma apresentação sobre as salvaguardas do Fundo Amazônia.

► **Painel Temático do Meio Ambiente: uma Estratégia de Investimento Social Privado**

29 de junho – Rio de Janeiro

Iniciativa do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) que teve como objetivos compartilhar informações e debater as aplicações práticas e as perspectivas do mecanismo de REDD no Brasil e no mundo. Claudia Costa, chefe do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia, fez uma apresentação sobre o funcionamento do Fundo Amazônia e participou do debate sobre modelos de aplicação de REDD.

► **Os Papéis dos Fundos Ambientais em Projetos de REDD+**

5 a 7 de julho – Itaipava, Rio de Janeiro

Workshop promovido pela Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (RedLac) com o objetivo de discutir, com base em exemplos reais, como os fundos ambientais podem afetar o mercado de carbono e os projetos de REDD+. Contou com a presença de representantes de nove países: Brasil, Colômbia, Congo, Estados Unidos, Quênia, Madagascar, Panamá, Paraguai e Peru. Na ocasião, foi feita uma apresentação sobre os objetivos e a forma de atuação do Fundo Amazônia.

► **Recuperação de Áreas de Preservação Permanente Degradadas e Manejo de Pastagens no Portal da Amazônia**

25 e 26 de agosto – Alta Floresta, Mato Grosso

Encontro organizado pela prefeitura de Alta Floresta, Mato Grosso, para discutir as técnicas e a metodologia a serem empregadas nos locais beneficiados pelo projeto Olhos d'Água da Amazônia, iniciativa apoiada pelo Fundo Amazônia (veja mais informações no capítulo Projetos Apoiados).

► Manejo Florestal Sustentável no Pará

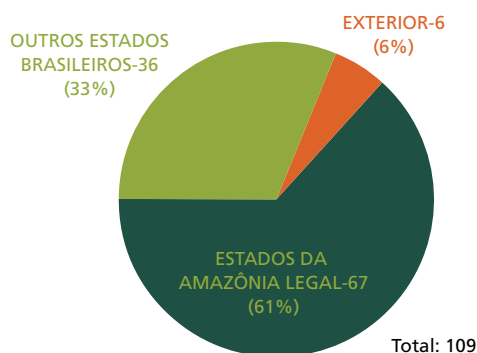
10 a 12 de setembro – Paragominas, Pará

Oficina de campo organizada pelo Instituto Floresta Tropical (IFT) sobre manejo florestal sustentável no Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch (CMF), localizado em Paragominas, no leste do estado do Pará. O curso contou com a participação de membros da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), instituição vinculada ao Banco Mundial, além de representantes do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia.

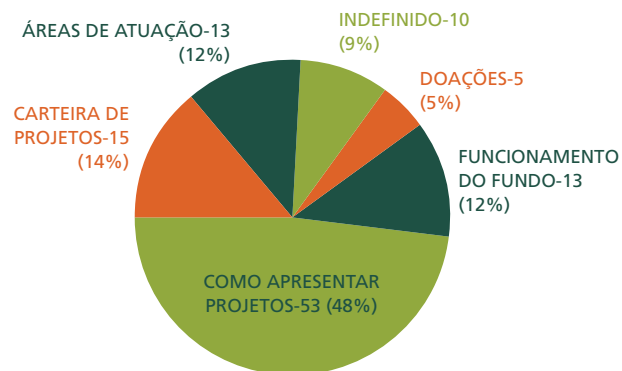
INTERLOCUÇÃO COM O PÚBLICO

Durante 2011, foram recebidas e respondidas, pelo e-mail FundoAmazonia-FaleConosco@bndes.gov.br, 109 consultas provenientes dos estados da Amazônia Legal, de outros estados brasileiros e também do exterior. As consultas dos estados da Amazônia Legal corresponderam a 61%; as de outros estados brasileiros a 33%; e as do exterior a 6% do total, como ilustram os gráficos a seguir.

GRÁFICOS 17: ORIGEM DAS CONSULTAS

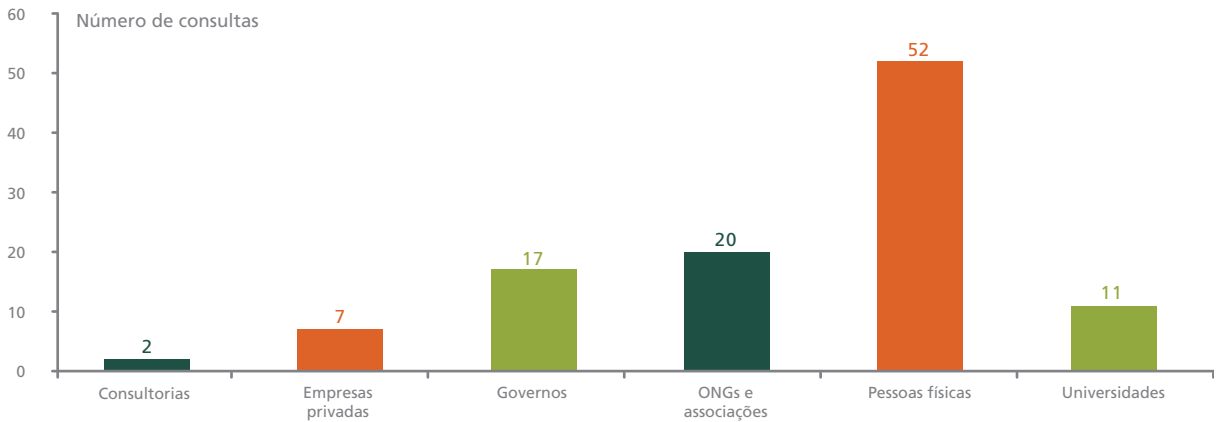


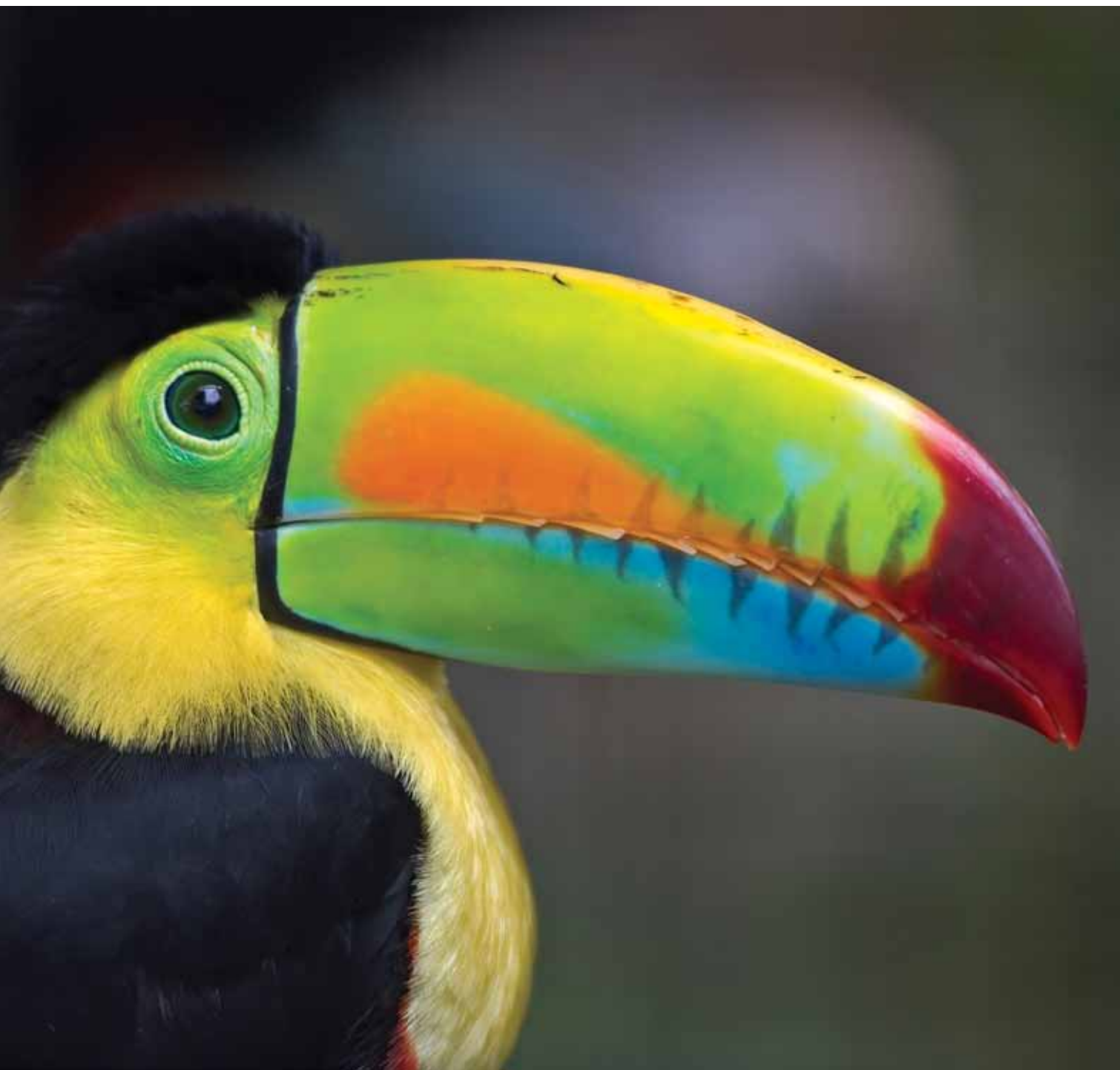
GRÁFICOS 18: ASSUNTOS ABORDADOS



Das 109 consultas, 53 eram solicitações de esclarecimentos sobre a forma de apresentar projetos; 15 eram pedidos de informações adicionais sobre a carteira de projetos; 13 eram relativas ao funcionamento do Fundo Amazônia; e outras 13, às áreas de atuação do fundo. Das 15 restantes, cinco referiam-se a doações e dez a assuntos diversos.

GRÁFICO 19: ORIGEM DA DEMANDA







QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA

A utilização, pelo Fundo Amazônia, da ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação Quadro Lógico visa contribuir para seu melhor desempenho, pois possibilita levantar e consolidar dados de indicadores de execução e de efetividade das ações que mensuram o fornecimento e o uso dos produtos e serviços dos projetos apoiados, bem como medir a qualidade e quantidade dos resultados alcançados.

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi elaborado em 2009 e consolidado em setembro de 2010. O processo de sua construção foi realizado internamente no BNDES e contou com a colaboração de diversos interlocutores externos.

Tendo em vista a amplitude das áreas de atuação do Fundo Amazônia, seu Quadro Lógico foi estruturado, como ilustra a Figura 1, nos Componentes 1, 2, 3 e 4, os quais resultam em quatro Quadros Lógicos específicos, que compartilham o mesmo Objetivo Geral.⁹

⁹ Na definição do Objetivo Geral (Alvo Estratégico) do Fundo Amazônia, convergiu-se para uma proposição resumida e focada nesse bioma, sem impedir que o Fundo Amazônia atue no apoio ao monitoramento em outros biomas (brasileiros) e em outros países tropicais.

FIGURA 1: QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA E SEUS COMPONENTES



INSERÇÃO DE PROJETOS NO QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA

Tanto o Quadro Lógico do Fundo Amazônia quanto os quadros lógicos dos projetos por ele financiados seguem a mesma estrutura: os Resultados (ou Produtos e Serviços) levam aos Objetivos Específicos que, por sua vez, colaboram, por meio de seus efeitos, para a realização do Objetivo Geral (Alvo Estratégico).

A única diferença encontra-se no nível hierárquico, haja vista que os projetos executam ações, ao passo que o programa executa linhas de ação. Assim, o Objetivo Específico de cada projeto deve guardar relação com uma das linhas de ação (Resultados) do Fundo Amazônia para ser apoiado (ver Figura 2 a seguir).

FIGURA 2: ESTRUTURA DO QUADRO LÓGICO DOS PROJETOS



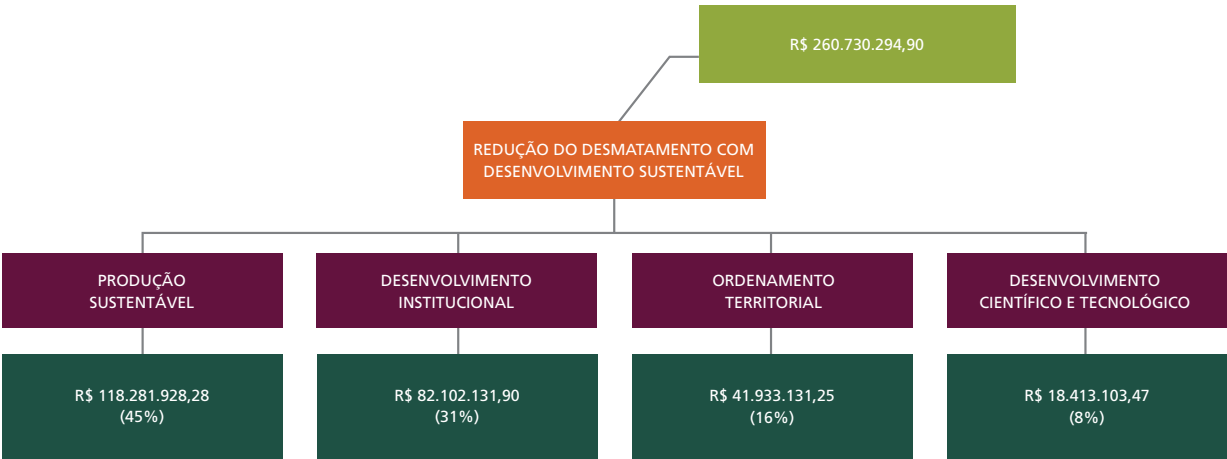
Os primeiros projetos do Fundo Amazônia foram aprovados já em 2009, antes de concluída a construção de seu Quadro Lógico. Posteriormente, foram construídos quadros lógicos específicos para todos os projetos apoiados pelo fundo, em conjunto com os beneficiários, sempre de forma participativa. Atualmente, cada novo projeto aprovado tem um quadro lógico próprio, construído consensualmente pelo BNDES com os beneficiários.



Distribuição dos projetos do Fundo Amazônia por componente do Quadro Lógico

A Figura 3 exemplifica como os 23 projetos aprovados até 31.12.2011 estão distribuídos entre os quatro componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

FIGURA 3: DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS CONFORME OS COMPONENTES DO QUADRO LÓGICO



Resultados Esperados

O prazo de execução dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia varia entre um ano e meio e cinco anos. São apresentados, a seguir, os produtos e serviços a serem fornecidos pelo agregado dos 23 projetos já apoiados pelo fundo, considerando-se as principais metas físicas estabelecidas para eles. Vale lembrar que nem sempre foram quantificadas metas físicas para todos os produtos e serviços financiados e que algumas dessas metas poderão ser modificadas ou não ser atingidas plenamente.

O conjunto desses projetos terá impactos em 130 municípios no Bioma Amazônia (25% dos municípios desse bioma), dos quais 29 estão na lista dos municípios onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal.

O Fundo Amazônia contribuirá para a consolidação de 82 unidades de conservação federais e estaduais, com área total de 420.000 km². As unidades de conservação beneficiadas equivalem a 33% da área total de todas as unidades de conservação federais e estaduais hoje existentes na Amazônia Legal.

Os projetos socioambientais deverão beneficiar sete mil indígenas da etnia Kayapó, que terão 106.000 km² de suas terras monitoradas, o que equivale a 10% das terras indígenas na Amazônia Legal.

A soma das áreas das unidades de conservação e dos territórios indígenas beneficiados com o fortalecimento de sua gestão ambiental e do controle do seu território com o apoio do Fundo Amazônia compreende 526.000 km², equivalente a cerca de três vezes a extensão do estado do Acre.

Ainda nesse tópico, pode ser mencionado que o Fundo Amazônia contribuirá para a criação de novas unidades de conservação, totalizando 135.000 km², o que importará em um incremento de 11% da área total das unidades de conservação federais e estaduais na Amazônia Legal.

O apoio do fundo prevê a estruturação física e operacional de 52 órgãos do meio ambiente na região, compreendendo reforma e construção de edificações, aquisição de computadores e outros equipamentos, veículos utilitários, embarcações, GPS, mobiliário, construção ou ampliação de viveiros municipais, capacitação de servidores etc.

Haverá a capacitação de 17.032 pequenos produtores rurais e habitantes de comunidades tradicionais, inclusive indígenas, com a realização de 339 oficinas de capacitação e 91 eventos integradores e de sensibilização em sistemas agroflorestais, manejo florestal e de pastagens, coleta e beneficiamento de sementes, elaboração de projetos socioambientais, entre outras iniciativas dessa natureza.

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia disponibilizarão 6.100 assistências técnicas aos produtores rurais e estarão sendo apoiadas a formulação e implantação de 2.200 projetos de produção sustentável em imóveis rurais.

Deverão estar aptas para fins de adesão ao Cadastro Ambiental Rural¹⁰ propriedades rurais com área correspondente a 100.000 km² (10.000.000 de hectares). Para se ter uma ideia da dimensão dessa área, basta dizer que ela equivale à cerca de 60% da área total do estado do Acre. Para essa adesão, estão sendo promovidos o convencimento e a mobilização dos proprietários rurais, o levantamento de dados sobre as propriedades rurais, o seu georreferenciamento, bem como está sendo prestado auxílio aos proprietários rurais na parte documental.

No conjunto de três projetos, 12.569 famílias serão beneficiadas por programas de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Floresta).

Esses são alguns dos produtos e serviços a serem entregues pelos projetos aprovados pelo Fundo Amazônia.

Acompanhamento dos projetos do Fundo Amazônia

Além da utilização do Quadro Lógico como ferramenta de planejamento e gestão dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, as demais normas internas do BNDES para acompanhamento de operações são obedecidas, visando prevenir ou solucionar situações que coloquem em risco a implantação desses projetos.

O período para a realização do acompanhamento de cada operação compreende desde a assinatura do instrumento contratual até a conclusão das obrigações nele assumidas.

¹⁰ A adesão ao Cadastro Ambiental Rural é um importante passo no processo de regularização ambiental das propriedades rurais.

É de 12 meses o intervalo máximo entre as datas de elaboração dos instrumentos de acompanhamento pelo BNDES. Para subsidiar esse trabalho, o beneficiário da colaboração financeira do Fundo Amazônia deverá encaminhar relatórios de desempenho do projeto, contendo, entre outras, as seguintes informações: (a) resumo das principais ocorrências no período estipulado; (b) quadro de usos e fontes do projeto, indicando o total realizado no período e o acumulado; (c) quadro de execução física do projeto; (d) comprovação, por documentos hábeis, de que a empresa está em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

O acompanhamento pelo BNDES inclui, entre outras, as seguintes atividades: (I) verificação da execução física e financeira do projeto, mediante visita ao local do projeto, quando necessário; (II) análise dos dados financeiros do beneficiário; (III) verificação do atendimento das condições estabelecidas no instrumento contratual; (IV) observação das recomendações para acompanhamento, existentes no Relatório de Análise da operação e em Relatório de Acompanhamento anterior; e (V) recomendações para posterior acompanhamento, quando necessário.

Cada liberação de recursos está condicionada à verificação do cumprimento, pelo beneficiário da colaboração financeira, das normas e cláusulas contratuais pertinentes. A critério do BNDES, será realizada visita de acompanhamento prévia à liberação, devendo o beneficiário também estar em dia com a execução física e financeira do projeto e com o encaminhamento do Relatório de Desempenho.



PROJETOS 2011

Projeto: Anapu Rumo ao Selo Verde

Abrangência territorial	Município de Anapu, estado do Pará
Responsável pelo projeto	Município de Anapu, estado do Pará
Beneficiários	População local
Objetivo	Estruturar e modernizar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo do Município de Anapu, para que o município obtenha o selo de "Município Verde"
Valor total do projeto	R\$ 497.270,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 431.940,00
Prazo de execução	24 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Aprovado em 29.11.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	-

Contextualização

O município de Anapu localiza-se na mesorregião sudoeste do Pará e na microrregião de Altamira. Tem suas origens na ocupação da Amazônia, induzida pelo Plano Nacional de Integração, instituído em 1970, e pela construção do trecho Marabá-Altamira da rodovia Transamazônica. O principal acesso rodoviário à sede do município se dá por meio de rodovia não pavimentada a partir da cidade de Altamira, da qual dista 133 km.

O município foi formalmente criado pela Lei Estadual 5.929, de 28.12.1995, embora tenha sido desmembrado dos municípios de Pacajá e Senador José Porfírio e se estabelecido como um território próprio em 1.1.1977.

Anapu está localizado a 374 km de Belém. Seu território abrange 11.895 km² com população de 20.543 habitantes (Censo 2010, IBGE), o que significa uma densidade demográfica de 1,73 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), medido em 2000 pelo PNUD, mostrou, para Anapu, um valor de 0,645, correspondendo a um IDH-M médio.

Em 2009, o município apresentou uma produção de 161 mil m³ de madeira em tora, cujo valor foi de R\$ 17.655.000,00 (IBGE), mostrando a importância dessa atividade como forma de geração local de renda. O setor pecuário também se mostra bastante relevante em Anapu, o que é evidenciado pela presença de 178 mil cabeças de gado no município (IBGE).

Lógica de Intervenção

O projeto visa ao fortalecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat) para que mais bem exerça as políticas municipais de monitoramento, acompanhamento, controle, planejamento, fiscalização e licenciamento das atividades ambientais. Nesse sentido, a Prefeitura de Anapu vai estruturar física e operacionalmente a Semmat, por meio da construção de sede própria, da aquisição de equipamentos operacionais e de apoio e da capacitação de seus funcionários.

Atualmente, a Semmat funciona em uma casa alugada. A construção da sede própria da secretaria se dará em terreno de propriedade da prefeitura.

A capacitação voltada para o corpo técnico da Semmat compreende a realização de cursos sobre os seguintes temas: georreferenciamento; gestão e controle; legislação e fiscalização; educação ambiental; e acompanhamento e avaliação de projetos.

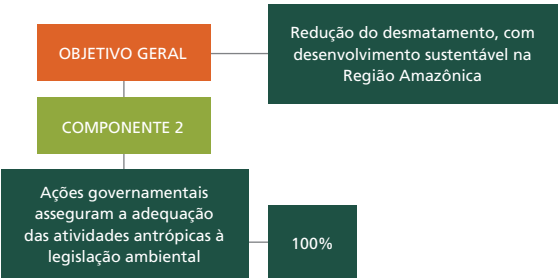
Como há no município a preocupação em desenvolver atividades que não exerçam pressão de desmatamento sobre a floresta, o projeto inclui atividades de capacitação para realização de projetos de manejo florestal sustentável, assim como a oferta de assistência técnica aos produtores e a realização de seminários para incentivar: o reflorestamento de áreas desmatadas; o cultivo da roça sem a necessidade da queima; e o manejo florestal comunitário e sustentável.

Por fim, está prevista também uma ação visando à construção da legislação ambiental de âmbito municipal, mais especificamente do Plano Ambiental Municipal.

Resultado Esperado

- Gestão ambiental municipal fortalecida por meio da estruturação física e operacional da Semmat, garantindo o desenvolvimento sustentável do município de Anapu.

FIGURA 4: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



O município de Anapu vem desenvolvendo trabalhos para efetivar projetos de geração de trabalho e renda que tenham impactos sociais e não agredam o meio ambiente. Nesse sentido, a sua secretaria de agricultura está promovendo a mecanização agrícola para intensificar e melhorar a tecnologia de produção em áreas já alteradas, reduzindo a necessidade de abertura de novas áreas para a produção.

Em Anapu, há também dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS): o Virola Jatobá e o Esperança. Os PDSs vêm sendo implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desde 1999, na Região Norte do país, onde os agricultores são orientados a utilizar a floresta de forma sustentável. Dessa forma, tem-se procurado implementar um novo modelo de organização para os assentamentos de reforma agrária, buscando combinar o desenvolvimento social, cultural e econômico das famílias assentadas com o uso e manejo adequado do solo e dos recursos naturais.

Ambos os Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Anapu tiveram o apoio da igreja católica, fundamentalmente da falecida Irmã Dorothy Stang, para se concretizarem. Os PDSs têm como característica o desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis; são destinados às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar ou em alguma outra atividade de baixo impacto ambiental.

FIGURA 5: ANAPU RUMO AO SELO VERDE



Projeto: Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

Abrangência territorial	Oeste do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Mojuí dos Campos e Aveiros
Responsável pelo projeto	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) <www.ipam.org.br>
Beneficiários	2.769 famílias de assentados da reforma agrária do Incra, contemplando aproximadamente 13.845 pessoas
Objetivo	Apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento
Valor total do projeto	R\$ 25.482.194,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 24.939.200,37
Prazo de execução	5 anos (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Aprovado em 29.11.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	-

Contextualização

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1995, que exerce atividades voltadas especialmente para a população da Amazônia (pequenos produtores rurais, extrativistas, comunidades ribeirinhas, povos indígenas). As principais iniciativas já desenvolvidas pelo Instituto foram: desenvolvimento do planejamento regional sustentável para a região da BR-163, Transamazônica e Transoceânica, apoio à adoção de práticas sustentáveis de uso da terra por comunidades de produção familiar, fortalecimento de organizações de base da

Amazônia, fortalecimento do debate sobre Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação (REDD) e a contribuição dos povos da floresta amazônica na manutenção da floresta em pé, entre outras.

Na Amazônia brasileira, segundo pesquisadores do Ipam, aproximadamente 730 mil propriedades menores que 100 hectares ocupam uma área de 13,3 milhões de hectares e são responsáveis por 15% da perda total de cobertura florestal (29% são atribuídos às propriedades de 100 a 1.000 ha, e 56% às maiores que 1.000 ha). No entanto, as pequenas propriedades são proporcionalmente mais desmatadas do que as médias e grandes, com uma média de 51% (10 a 100 ha) a 78% de sua área desmatada (até 10 ha).

No contexto dos assentamentos da reforma agrária, até 2010, foram criados na Amazônia cerca de 3.000 projetos em uma área de cerca de 460 mil km². Apesar disso, os projetos de assentamentos apresentam alguns entraves, tais como a falta de regularização ambiental e fundiária, a dificuldade de acesso à assistência técnica e à extensão rural, a carência de incentivos para promover alternativas produtivas sustentáveis e intensificação da produção agropecuária em áreas já abertas, além de falta de incentivo para o manejo florestal sustentável.

Lógica de Intervenção

O projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia tem como objetivo desenvolver e implantar modelo demonstrativo de produção agrícola sustentável em pequenas propriedades rurais na região oeste do estado do Pará que promova melhorias na situação fundiária e na produtividade local e a manutenção da floresta em pé, gerando benefícios para o clima, para a biodiversidade e, principalmente, para uma mudança do modelo de desenvolvimento local, com geração de renda e segurança alimentar.

Para atingir esse objetivo, o projeto se divide em duas componentes:

Subprojeto 1: Desenvolvimento e implantação de modelo de produção sustentável em pequenas propriedades rurais localizadas em três assentamentos em municípios no oeste do Pará, incluindo atividades de sistematização e disseminação da experiência.

Subprojeto 2: Pagamento pelo desmatamento evitado para 350 famílias do entorno da BR-230 – Rodovia Transamazônica, bem como a realização de etapas preparatórias para a regularização fundiária e ambiental dessas propriedades familiares.

Resultado Esperado

- Desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias comprometidas com a redução do desmatamento, em assentamentos do Incra no oeste do Pará.

FIGURA 6: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

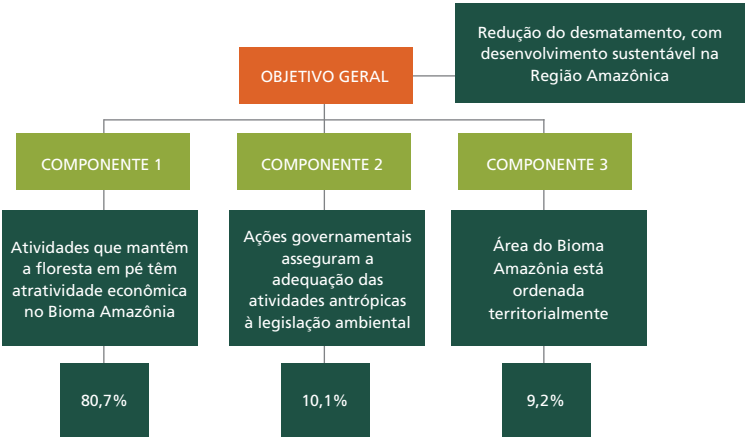


FIGURA 7: ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA



Projeto: Bombeiros Florestais de Mato Grosso

Abrangência territorial	Estado de Mato Grosso
Responsável pelo projeto	Estado de Mato Grosso
Beneficiários	População da região de atuação da Base de Operações Aéreas e Terrestres de Sinop (MT) <www.mt.gov.br/wps/portal>; <www.seguranca.mt.gov.br>; e <www.bombeiros.mt.gov.br>
Objetivo	Estruturar a Base de Operações Aéreas e Terrestre de Sinop (MT) para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas ilegais
Valor total do projeto	R\$ 16.742.500,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 12.625.000,00
Prazo de execução	24 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 13.9.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	-

Contextualização

Mato Grosso ocupa uma área de 903 mil km², representando 10,6% do território brasileiro, possui 141 municípios e população (Censo 2010, IBGE) de 3.033.991 habitantes. Em 2008, seu Produto Interno Bruto (PIB) foi cerca de R\$ 53 bilhões (correspondentes a 1,7% do PIB brasileiro).

Até o ano de 2009, aproximadamente 39% da área de florestas do estado de Mato Grosso já havia sido desmatada. Contudo, nos últimos anos essa realidade vem se revertendo e a taxa de desma-

tamento do estado vem se reduzindo significativamente. Entre o pico, atingido em 2004, e 2011, a taxa de desmatamento sofreu uma redução de 90%.

Em outubro de 2009, o estado de Mato Grosso elaborou, por meio de parceria firmada com o Ministério do Meio Ambiente, o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ/MT), que reúne iniciativas para reversão do processo de desflorestamento, em sua maioria vinculada aos órgãos de estado, entre eles a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema/MT) e o CBMMT.

Formalmente, o PPCDQ/MT foi instituído pelo Decreto 2.943, de 27 de outubro de 2010, e está estruturado em quatro eixos temáticos: regularização e ordenamento fundiário e ambiental; monitoramento e controle; fomento a atividades sustentáveis; e governança e gestão executiva. O projeto Bombeiros Florestais do Mato Grosso pretende contribuir para a estruturação do PPCDQ/MT e melhorar a articulação entre os órgãos responsáveis pelo controle do desmatamento.

O órgão responsável pela execução do projeto será o Corpo de Bombeiros Militares do estado de Mato Grosso (CBMMT). O CBMMT foi criado como parte integrante da estrutura da Polícia Militar, em 19.8.1964, pela Lei Estadual 2.184. Entretanto, a Constituição Federal, promulgada em 5.10.1988, diferenciou as organizações dos Corpos de Bombeiros Militares e da Polícia Militar, em seu Artigo 144.

Assim, a proposta de emancipação do Corpo de Bombeiros em relação à Polícia Militar enviada ao Governo do Estado de Mato Grosso foi concluída e definida pelo Decreto Estadual 4.795, de 5.7.1994. A partir de então, por meio da Lei Complementar Estadual 371, de 26.11.2009, que dispõe sobre a organização básica da corporação, o CBMMT passou a ter autonomia administrativa e financeira, subordinado, hierarquicamente, ao governador e vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do estado de Mato Grosso (Sesp/MT).

Entre as competências do CBMMT, definidas pela Lei Complementar Estadual 404, de 30.6.2010, se encontram a de desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndio e de proteção ao meio ambiente e a de realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios florestais visando à proteção do meio ambiente, na esfera de sua competência.

Essa mesma lei complementar instituiu no CBMMT o Batalhão de Emergências Ambientais (BEA) para atender a demandas relacionadas à prevenção e combate a queimadas não autorizadas e incêndios florestais.

A corporação do CBMMT tem, no total, 17 unidades operacionais – uma em Cuiabá, outra no município contíguo de Várzea Grande e as demais no interior do estado.

Lógica de Intervenção

O projeto busca apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, às queimadas não autorizadas e aos incêndios florestais no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação de servidores e parceiros do Corpo de Bombeiros Militar do estado e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do CBMMT, localizada em Sinop.

Resultado Esperado

- Emissões de gases de efeito estufa reduzidas, por meio de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, às queimadas não autorizadas e aos incêndios florestais.

FIGURA 8: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

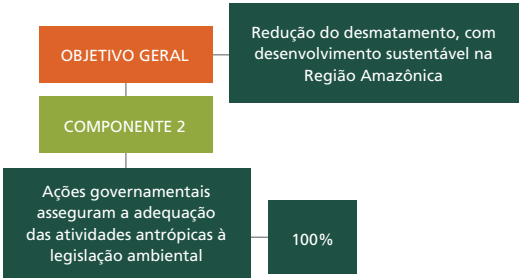
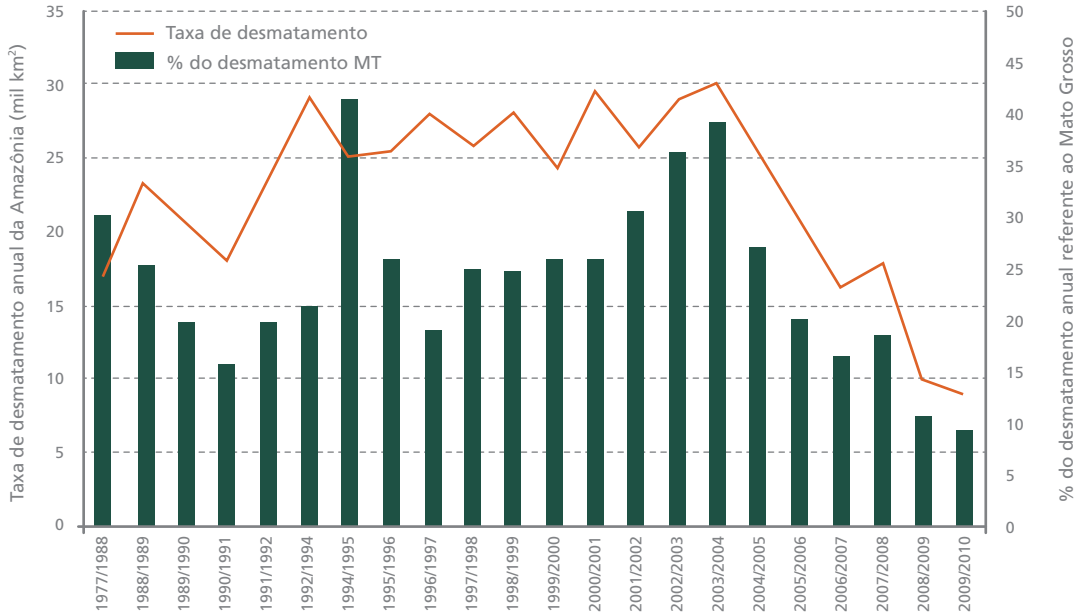


FIGURA 9: EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESMATAMENTO DE 1977 A 2010 E PROPORÇÃO DA TAXA DE DESMATAMENTO REFERENTE AO ESTADO DE MATO GROSSO



Fonte: Inpe/Prodes Digital 2010.

COMPETÊNCIAS DO CBMMT, DEFINIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR
ESTADUAL 404, DE 30.6.2010:

- I. realizar serviços de prevenção e extinção de incêndio;
- II. executar serviços de proteção, busca e salvamento;
- III. executar as atividades de defesa civil do estado, dentro de sua área de competência no Sistema Estadual de Defesa Civil;
- IV. estudar, analisar, exercer e fiscalizar todo o serviço de segurança contra incêndio e pânico no Estado;
- V. realizar socorros de urgência e emergência;
- VI. executar perícias de incêndios, relacionadas com sua competência;
- VII. realizar pesquisas científicas em seu campo de ação;
- VIII. desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndio, pânico coletivo e de proteção ao meio ambiente;
- IX. realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios florestais visando à proteção do meio ambiente, na esfera de sua competência;
- X. monitorar, no âmbito de sua competência, e mediante convênio com a autoridade de trânsito com jurisdição sobre a respectiva via, os serviços de transportes de cargas de produtos especiais e perigosos, visando à proteção das pessoas, do meio ambiente e do patrimônio público e privado;
- XI. desempenhar outras atividades previstas em lei.

FIGURA 10: BOMBEIROS FLORESTAIS DE MATO GROSSO



Projeto: Fundo Dema

Abrangência territorial	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas
Responsável pelo projeto	Fase < www.fase.org.br >
Beneficiários	Comunidades tradicionais da Amazônia: pequenos produtores, quilombolas e indígenas
Objetivo	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas a serem lançadas ao longo de três anos
Valor total do projeto	R\$ 9.646.983,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 9.347.384,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 14.6.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 590.470,00

Contextualização

Os municípios localizados na região da amazônia paraense, especialmente no entorno das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas, recebem forte pressão de vetores potencialmente causadores de desmatamento, como pecuária, exploração madeireira e cultura de soja.

O Fundo Dema é resultado de uma parceria entre o Governo Federal e a sociedade civil. Foi criado em 2004 com recursos provenientes da venda de toras de mogno ilegalmente extraídas e apreendidas, majoritariamente, na região de Altamira e São Félix do Xingu (PA). O Ibama, ao

realizar a apreensão das toras de madeira, optou por doá-las com encargos para a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), de forma que os recursos obtidos com a venda do mogno pudessem ser utilizados para compensar a região pelo dano ambiental sofrido. Assim, os rendimentos do Fundo Dema devem ser direcionados ao apoio a projetos de desenvolvimento sustentável no oeste do Pará.

Lógica de Intervenção

O objetivo desse projeto é apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas, a serem lançadas ao longo de três anos, tendo como beneficiárias comunidades tradicionais da Amazônia (pequenos produtores, quilombolas e indígenas), localizadas no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas.

Os projetos a serem selecionados e apoiados com essas chamadas públicas serão enquadrados em pelo menos uma das seguintes áreas temáticas: manejo florestal comunitário sustentável; atividades econômicas desenvolvidas por meio do uso sustentável da floresta; conservação e uso sustentável da biodiversidade; e recuperação de áreas degradadas.

Resultados Esperados

- Oito chamadas públicas lançadas no âmbito dos Fundos Dema, Quilombola do Pará e Indígena Xingu para apoio a pequenos projetos de comunidades tradicionais;
- Experiência gerada pelo Fundo Dema expandida, bem como utilização de sua estrutura de gestão no apoio a pequenos projetos socioambientais a comunidades quilombolas no estado do Pará e a indígenas do Xingu.

FIGURA 11: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

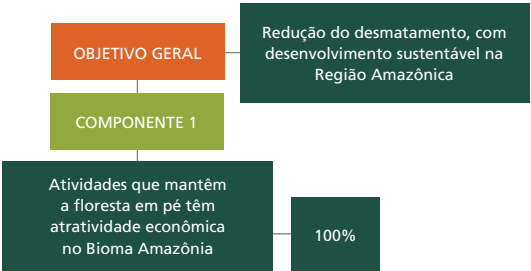


FIGURA 12: FUNDO DEMA



Projeto: Fundo Kayapó

Abrangência territorial	Terras indígenas Kayapó, Menkragnoti, Baú e Badjonkôre, no sul do estado do Pará; e terra indígena Capoto-Jarina, no norte do estado de Mato Grosso
Responsável pelo projeto	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) <www.funbio.org.br>
Beneficiários	Comunidades indígenas Kayapó
Objetivo	Garantir o financiamento não reembolsável dos projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo, denominado Fundo Kayapó
Valor total do projeto	R\$ 23.300.000,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 16.900.000,00
Prazo de execução	72 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 21.11.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	-

Contextualização

O projeto Fundo Kayapó tem como foco a preservação de cinco terras indígenas (TIs) Kayapó, localizadas no sul do estado do Pará e norte do estado de Mato Grosso, em uma região situada no “Arco do Desmatamento”. São elas: TI Kayapó, TI Menkragnoti, TI Bau, TI Bandjakôre e TI Capoto-Jarina.

Essas TIs formam um bloco contíguo situado na Bacia do Xingu e possuem área total de 10,6 milhões de hectares. Dessa forma, seu território constitui-se em um dos maiores trechos de floresta tropical

protegida do mundo. Além disso, representa uma parcela relevante do Corredor de Biodiversidade dos Ecótonos Sul-Amazônicos, caracterizando-se por ser uma importante região em razão de sua rica biodiversidade e da presença de espécies consideradas globalmente ameaçadas.

As cinco TIs Kayapó são habitadas por cerca de 7 mil indígenas da etnia Kayapó, que são responsáveis, por meio das ações de suas organizações e com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), pela preservação das fronteiras de seus territórios, ameaçadas pela pressão externa de desmatamento.

Os índios Kayapó vêm obtendo expressivo êxito na manutenção da cobertura florestal de suas terras, apesar de ameaçados pela pressão externa de desmatamento.

Lógica de Intervenção

O projeto Fundo Kayapó pretende constituir um mecanismo operacional e financeiro de longa duração, denominado “Fundo Kayapó”, para apoiar o desenvolvimento de projetos das organizações Kayapó que sejam voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção de terras indígenas Kayapó.

Resultados Esperados

- Melhoria da qualidade de vida dos índios Kayapó, por meio do desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis; e
- Floresta e biodiversidade conservadas, em decorrência da melhoria da capacidade institucional e da proteção das TIs Kayapó.

FIGURA 13: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

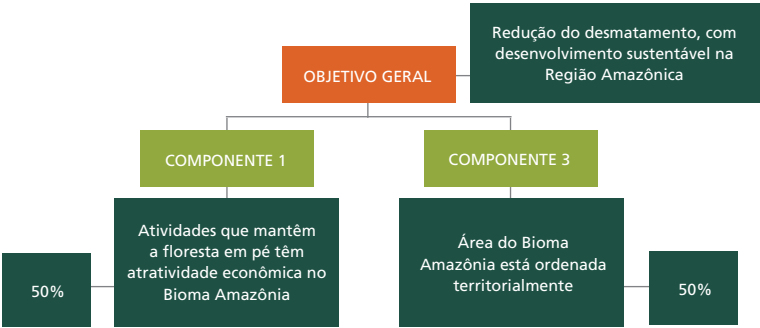
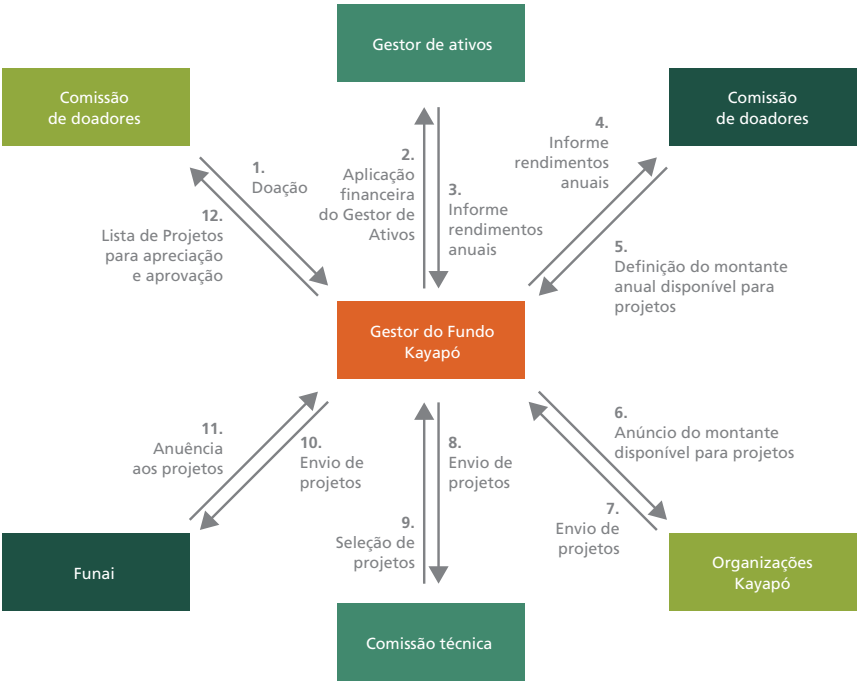


FIGURA 14: MODELO DE GESTÃO



Gestor do Fundo Kayapó:

- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Comissão de doadores:

- Fundo Amazônia
- Conservation International do Brasil
- Novos doadores acima de R\$ 2 milhões

Comissão técnica:

- Funai (1)
- Conservation International do Brasil (1)
- Organização não governamental ambiental (1)
- Especialista em indígenas da academia (2)

Funai:

- Fundação Nacional do Índio

Fonte: BNDES

FIGURA 15: FUNDO KAYAPÓ



Projeto: Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia

Abrangência territorial	Todos os estados do Bioma Amazônia
Responsável pelo projeto	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) <www.naea.ufpa.br>
Beneficiários	Universidade Federal do Pará
Objetivo	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
Valor total do projeto	R\$ 2.704.084,90
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 2.704.084,90
Prazo de execução	24 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 9.12.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	-

Contextualização

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) está vinculado à Universidade Federal do Pará, uma das mais importantes instituições de pesquisa e ensino da Região Norte. O NAEA é um núcleo de pós-graduação cujas três grandes linhas de pesquisa são: Sociedade, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas; Economia Regional e Desenvolvimento Sustentável; e, por último, Gestão Ambiental e Manejo de Ecossistemas.

Adicionalmente, o NAEA é responsável pela secretaria executiva do Fórum Amazônia Sustentável, que congrega 19 programas de pós-graduação com atuação nas áreas temáticas de políticas públicas e de desenvolvimento sustentável regional dos nove estados da Amazônia Legal.

Vinculada a esse fórum está a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, cuja missão é contribuir para a concepção, a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a região, apoiadas no conhecimento científico, nos saberes tradicionais e na participação qualificada dos atores regionais.

Lógica de Intervenção

O objetivo desse projeto é fortalecer a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, por meio de um projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia.

A primeira etapa da pesquisa será realizada em todos os estados da Amazônia Legal com base em dados de fontes secundárias e gerará indicadores e informações que apontarão as mesorregiões, em cada um desses estados, com maior vulnerabilidade socioambiental. A ideia de vulnerabilidade socioambiental incorpora os diversos aspectos econômicos, sociais, político-institucionais e ambientais que determinam a capacidade desta mesorregião em evitar o desmatamento.

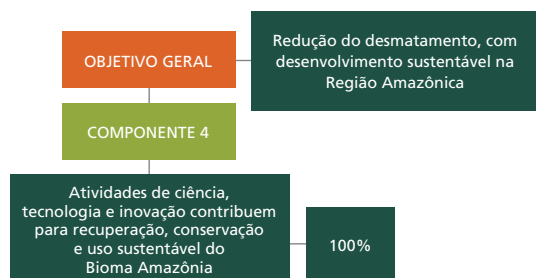
Em sua segunda etapa, serão implantadas as bases das unidades estaduais da Incubadora em cada mesorregião apontada na etapa anterior e serão conduzidas atividades de pesquisa-ação em conjunto com representantes de instituições sociais, econômicas, educacionais e políticas locais, visando à caracterização do sistema ecológico, econômico e social; à avaliação da dinâmica socioeconômica; e à avaliação das experiências recentes de gestão e manejo de recursos

naturais do sistema da mesorregião. A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa que busca a realização de diagnósticos e a solução de problemas de modo colaborativo e participativo entre os pesquisadores e os atores envolvidos na situação-objeto do diagnóstico e em tais problemas.

Resultados Esperados

- Indicadores socioambientais produzidos para cada mesorregião dos estados da Amazônia Legal e identificadas as mais ameaçadas pelo desmatamento; e
- Propostas de estratégias de ação da incubadora para subsidiar a elaboração de políticas públicas e projetos prioritários para melhorar a governança e a gestão socioambiental das unidades de conservação, dos projetos de colonização e assentamento e das demais unidades produtivas das mesorregiões.

FIGURA 16: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



As duas etapas do projeto estão pautadas nos três temas centrais abaixo, que são análogos às áreas temáticas do Núcleo de Sistematização de Informações, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, bem como às grandes linhas de pesquisa do NAEA, sendo eles:

Tema 1 – Instituições, unidades de conservação e desmatamento na Amazônia;

Tema 2 – Expansão da fronteira, desenvolvimento regional e qualidade de vida na Amazônia; e

Tema 3 – Gestão colaborativa de recursos naturais e prevenção do desmatamento na Amazônia.

Programas de pós-graduação filiados ao fórum ao qual a Incubadora de Políticas Públicas está vinculada:

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA) – UFPA

Núcleo do Meio Ambiente (Numa) – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano – Unama

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Ufac

Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas – UFMA

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura no Amazonas – Ufam

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Ufam

Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – UFRR

Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Desenvolvimento Regional – UFT

Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos – UFMT

Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional – UFMT

Mestrado em Ciências do Ambiente – UFT

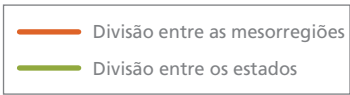
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Unir

Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola – Unemat

Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional – Unifap



FIGURA 17: MESORREGIÕES DA AMAZÔNIA LEGAL



Fonte: IBGE.

FIGURA 18: INCUBADORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA AMAZÔNIA



Projeto: Jacundá, Município de Economia Verde

Abrangência territorial	Município de Jacundá, estado do Pará
Responsável pelo projeto	Município de Jacundá, estado do Pará <www.prefeituradejacunda.pa.gov.br>
Beneficiários	População local, em especial produtores rurais
Objetivo	Recuperar as áreas desmatadas e degradadas do município para fins econômicos e de conservação ecológica; apoiar a estruturação e modernização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo do Município de Jacundá; e fomentar a organização do território municipal por meio da fase inicial do Zoneamento Ecológico Econômico
Valor total do projeto	R\$ 820.860,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 792.200,00
Prazo de execução	18 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Aprovado em 29.11.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	-

Contextualização

O município de Jacundá está localizado na mesorregião de Jacundá e na microrregião de Tucuruí, no estado do Pará, a aproximadamente 400 km de Belém. Possui território de 2.008 km² e população de aproximadamente 51 mil habitantes (Censo 2010, IBGE), apresentando, portanto, uma densidade demográfica de 26 habitantes por km².

O município não está inserido na lista do Ministério do Meio Ambiente de municípios prioritários para ações de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal. No entanto, está locali-

zado nas adjacências de uma área enquadrada como o maior foco de desmatamento na Amazônia, conhecida como “Arco do Desmatamento”.

As principais atividades econômicas do município estão centradas na pecuária extensiva e no extrativismo vegetal. Além dessas atividades, a produção de frutas, legumes e grãos, tanto na lavoura permanente quanto na temporária, também são bastante relevantes, de acordo com Produção Agrícola Municipal 2009 (Censo 2010, IBGE).

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos Municípios Brasileiros (PNUD, 2000), o município de Jacundá apresenta IDH-M de 0,691, valor que corresponde a um IDH-M médio e reflete um município com desenvolvimento humano médio.

Lógica de Intervenção

O município enfrenta atualmente uma série de problemas ambientais decorrentes das diversas atividades socioeconômicas desenvolvidas em seu território e da ocupação urbana desordenada. Para fazer frente a esses problemas, o presente projeto busca fortalecer a gestão ambiental municipal por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Sematur), elaboração de uma base de dados econômico-ambientais e expansão do viveiro municipal.

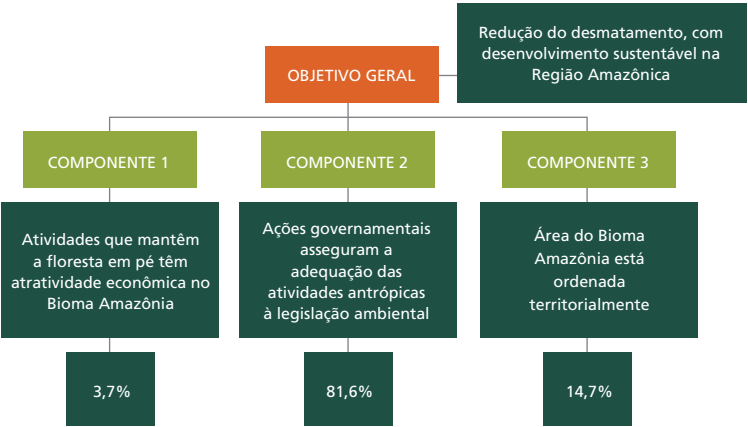
A estruturação física e operacional da Sematur envolverá a reforma e ampliação de sua sede; aquisição de materiais operacionais, materiais de apoio e equipamentos de informática para uso geral da Secretaria e para ações de monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental; capacitação de recursos humanos para ações de monitoramento e licenciamento ambiental; e elaboração do Plano de Gestão Ambiental Municipal.

A elaboração da base de dados econômico-ambientais tem por objetivo dar subsídio ao município, por meio de informações sobre sua caracterização territorial, para o planejamento estratégico da implantação e aplicação do ordenamento urbano e dos programas de recuperação de áreas degradadas, entre outros procedimentos, para a manutenção e expansão de suas áreas verdes. Dessa forma, a elaboração dessa base de dados compreenderá o estudo para a caracterização do território municipal (fase inicial do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE) e capacitação de recursos humanos.

Resultados Esperados

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Sematur) estruturada para o aprimoramento da gestão ambiental municipal;
- Estudo de caracterização do território municipal elaborado; e
- Capacidade de produção do viveiro municipal aumentada.

FIGURA 19: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



MUNICÍPIO DE JACUNDÁ E A GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

A política municipal de meio ambiente foi instituída pela Lei Municipal 358/03, de 20.11.2003, e conta com órgãos como o Conselho Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Sematur) e o Fórum Municipal de Meio Ambiente para sua implementação.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal 2.269, de 14.6.2000, atua como órgão normativo, consultivo e deliberativo e atualmente está em pleno funcionamento. O Fórum Municipal de Meio Ambiente para sua implementação, criado pela mesma lei do Conselho, é um organismo autônomo, de caráter permanente e que elabora propostas e as encaminha ao CMMA.

O município conta ainda com o instrumento da política ambiental, o Fundo Municipal de Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal 2.259, de 25.5.2000, que gere os recursos ambientais, e com o Código Ambiental atualizado, instituído pela Lei Complementar Municipal 2.471, de 1.12.2009, que reuniu as leis anteriores em um só arcabouço legal.

A Sematur foi instituída pela Lei Municipal 2304, de 9.7.2001, para atuar como órgão executor central da política ambiental de Jacundá.

Em 2010, a Sematur obteve a descentralização de suas atividades perante o governo do estado, por meio do instrumento de Habilitação para Gestão Ambiental Municipal 004/2010, podendo, com isso, licenciar atividades de impacto ambiental local, bem como fiscalizar e aplicar multas.

O município de Jacundá passou a integrar, a partir de março de 2011, o programa estadual “Municípios Verdes do Pará”, em que se comprometeu a realizar uma série de atividades condicionantes a sua gestão, tais como: desmatamento zero, reflorestamento de 50% das propriedades rurais, tratamento de água, implantação de rede de esgoto, gestão de resíduos sólidos, recuperação da mata ciliar dos rios e nascentes, arborização urbana, educação ambiental, fim da exploração ilegal de madeira, incentivo ao uso de madeira certificada, implantação de um programa que reduza o desperdício de recursos hídricos, controle da poluição do ar e sonora, e implementação de uma estrutura ambiental capaz e responsável pela proteção do meio ambiente.

FIGURA 20: JACUNDÁ, MUNICÍPIO DE ECONOMIA VERDE



Projeto: Nascentes do Buriti

Abrangência territorial	Município de Carlinda, estado de Mato Grosso
Responsável pelo projeto	Município de Carlinda, estado de Mato Grosso <www.carlinda.mt.gov.br>
Beneficiários	População local, em especial produtores rurais
Objetivos	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo; e promover ações de recuperação de 1.722 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) no entorno de nascentes
Valor total do projeto	R\$ 1.888.581,50
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 1.870.581,50
Prazo de execução	48 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 6.9.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 1.160.297,40

Contextualização

Carlinda possui um território de 2.157 km² e população de 10.990 habitantes (Censo 2010, IBGE). Localiza-se no extremo norte de Mato Grosso, em área limítrofe ao sul do Pará, na área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

O município é banhado pelos rios Teles Pires, Quatro Pontes e Ariranha. Atualmente, sua principal atividade econômica está no setor de serviços, seguido pela agropecuária (pecuária leiteira, pequenas lavouras de café e cacau) e pela indústria. Possui aproximadamente 1.800 propriedades

rurais, 90% dessas com título de propriedade, segundo estimativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Carlinda, juntamente com outros 15 municípios do entorno, integra o Território Portal da Amazônia, que faz parte do programa do Governo Federal Territórios da Cidadania. O principal objetivo desse programa é promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O Portal da Amazônia abrange uma área de 111.167,50 km², tem população de 260 mil habitantes e é composto por 16 municípios: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

Lógica de Intervenção

O projeto do município de Carlinda tem como foco, especialmente, a recuperação de áreas de preservação permanentes (APPs) de cinco sub-bacias localizadas no entorno da sede do município, das quais a mais importante é aquela que contém a fonte de captação de água para sua sede urbana. As outras quatro sub-bacias foram escolhidas por serem as mais degradadas, segundo o diagnóstico realizado pela Agenda 21 Local. Em seu conjunto, essas cinco sub-bacias abrangem aproximadamente 450 propriedades rurais, o que equivale a 25% do total das 1.800 propriedades rurais que se estima que existam no território do município. A área total das cinco sub-bacias é de 2.668 hectares, dos quais 1.722 hectares são de APPs degradadas, que serão recuperadas nesse projeto, e os 946 hectares restantes de APPs conservadas. A Prefeitura de Carlinda deverá aumentar a produção de seu viveiro, localizado em terreno de sua propriedade, mediante a compra de diversos equipamentos e a contratação de dois viveiristas.

tas que atuarão no projeto durante sua realização. Além disso, o projeto busca o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat).

Resultados Esperados

- Gestão ambiental municipal fortalecida, por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo;
- Capacidade de produção do viveiro municipal ampliada; e
- 1.722 hectares de APPs recuperados no entorno de nascentes, localizadas próximas à zona urbana do município de Carlinda.

FIGURA 21: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



O MUNICÍPIO DE CARLINDA E A GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

A política municipal de meio ambiente do município de Carlinda tem como órgão central a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat), criada pela Lei 468, de 31.10.2008.

O município possui Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Codema), bem como Fundo Municipal de Meio Ambiente, que foi criado em 2010, pela Lei Municipal 615/2010.

As ações da Semmat ainda são muito tímidas, mesmo porque não há veículos e equipamentos de apoio apropriados para se realizarem as atividades de campo. Mesmo no ambiente de escritório, as limitações são grandes: há somente um computador na Secretaria e não há impressora e *datashow* para palestras e outras atividades de educação ambiental.

Mesmo no contexto de limitações que enfrenta a Semmat, algumas ações capitaneadas por essa Secretaria já estão em curso:

- Produção, no viveiro municipal, de 500.000 mudas por ano, todas distribuídas gratuitamente ao pequeno produtor rural.
- Realização de palestras sobre educação ambiental nas escolas do município.

AGENDA 21

A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e Agenda 21; construído com base nas diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002.

A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, no acompanhamento e na revisão desses projetos e ações.

Fonte: <www.mma.gov.br>.

FIGURA 22: NASCENTES DO BURITI



Projeto: Preservar Porto dos Gaúchos

Abrangência territorial	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso
Responsável pelo projeto	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso <www.portodosgauchos.mt.gov.br>
Beneficiários	População local
Objetivo	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Turismo
Valor total do projeto	R\$ 134.897,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 133.890,00
Prazo de execução	12 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 12.8.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 120.655,00

Contextualização

Porto dos Gaúchos localiza-se no centro-norte do estado de Mato Grosso, a 620 quilômetros de Cuiabá. Possui um território de 6.994 km² e população de aproximadamente 5.500 habitantes (Censo 2010, IBGE), o que resulta em densidade demográfica de 0,72 hab/km². O município foi criado pela Lei 1.945, de 11 de novembro de 1963, originando-se de um projeto de colonização privado iniciado na década de 1950. Atualmente, existem cerca de 745 propriedades rurais no município, segundo dados do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (IDEA/MT).

A situação ambiental de Porto dos Gaúchos assemelha-se à dos demais municípios do centro-norte do estado, que sofreram rápida expansão em seu processo de ocupação, basicamente por meio da pecuária, da agricultura e da exploração madeireira desordenada. Assim, o município apresenta problemas de degradação de áreas de preservação permanente, queimadas e desmatamento ilegal. Desde 2008, compõe a lista, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, de municípios prioritários para ações de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal. No entanto, nos últimos anos a taxa de desmatamento se reduziu significativamente, passando de um patamar inicial de 32 km²/ano em 2006 para 22 km²/ano em 2010.

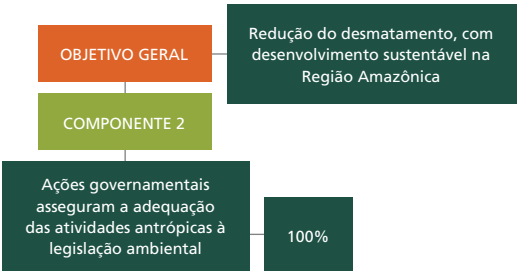
Lógica de Intervenção

O projeto do município de Porto dos Gaúchos busca fornecer os instrumentos para ações de gestão ambiental, estruturando física e operacionalmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, de forma a equipá-la para o combate e o controle do desmatamento.

Resultado Esperado

- Ações de monitoramento e controle no município fortalecidas, de forma a contornar os problemas ambientais existentes.

FIGURA 23: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



PORTO DOS GAÚCHOS E A GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

A situação ambiental de Porto dos Gaúchos é semelhante à dos demais municípios do centro-norte do estado de Mato Grosso que sofreram rápida expansão em seu processo de ocupação, tendo como vetores econômicos a pecuária, a agricultura e a exploração madeireira.

A política municipal de meio ambiente em Porto dos Gaúchos tem como órgão central a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Sematur), criada pela Lei Municipal 271, de 8 de dezembro de 2009.

A colonização de Porto dos Gaúchos iniciou-se em meados da década de 1950, na margem do Rio Arinos, pela Empresa Colonizadora Noroeste Mato-grossense S.A. (Conomali). Em 1961, a região contou com investimento de algumas empresas alemãs, visando à produção da borracha. Nesse período, houve significativo aumento no plantio da cultura da seringueira.

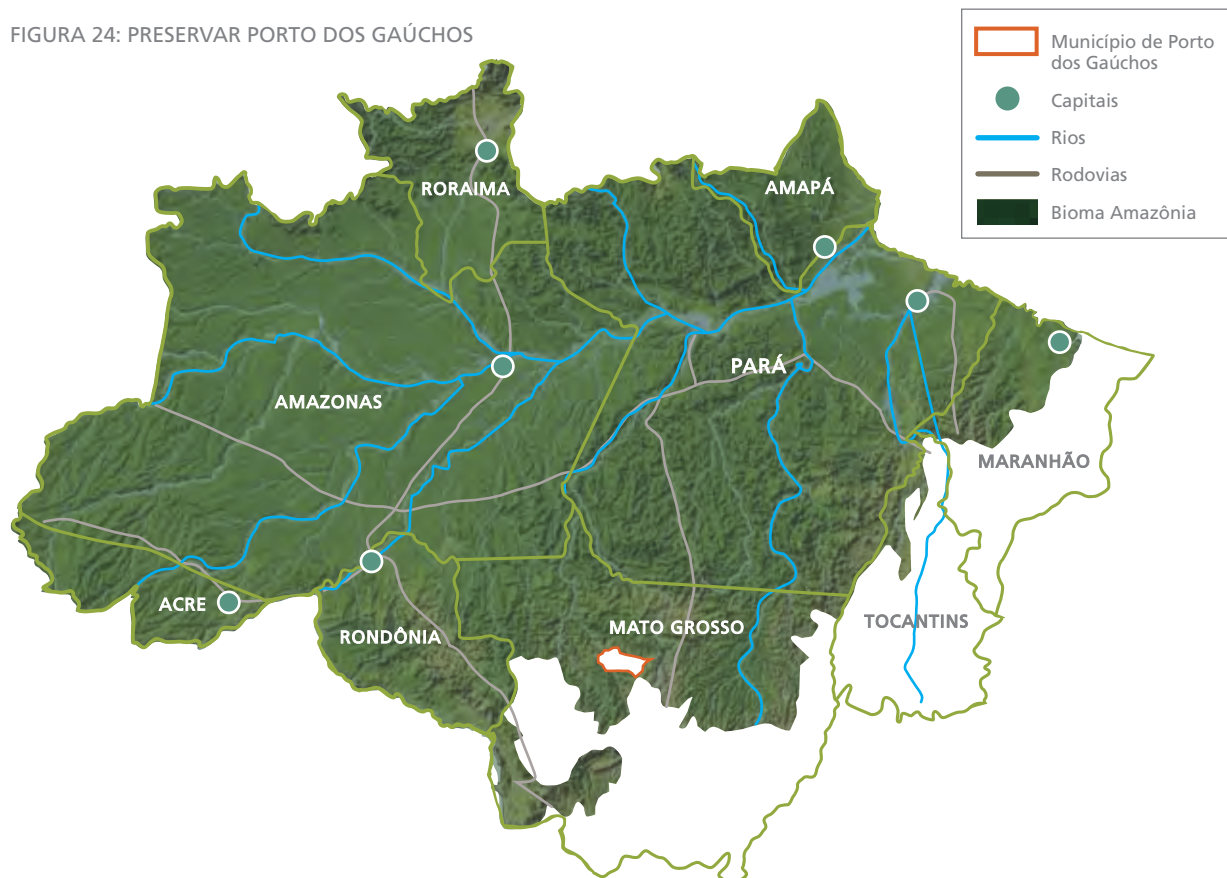
Em 2002, Porto dos Gaúchos já havia perdido cerca de 30% de sua área de florestas, que originalmente cobriam a quase totalidade de seu território de pouco menos de 7 mil km². No período de 2003 a 2005 também foram elevadas as taxas de desflorestamento, respectivamente de 295, 288 e 230 km²/ano. Até 2009, o valor total de área desflorestada do município era de 42% do território de Porto dos Gaúchos.

Em consequência do acelerado desmatamento, Porto dos Gaúchos veio a ser inserido na lista do Ministério do Meio Ambiente de municí-

pios prioritários para ações de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal.

Observa-se, porém, um forte declínio na taxa de desmatamento no período de 2006 a 2010, que foi de 32, 12, 30, 9 e 22 km²/ano, respectivamente. Em 2009, a cobertura florestal remanescente era de cerca de 58% do território municipal.

FIGURA 24: PRESERVAR PORTO DOS GAÚCHOS



Projeto: S.O.S. Cumaru do Norte

Abrangência territorial	Município de Cumaru do Norte, estado do Pará
Responsável pelo projeto	Município de Cumaru do Norte, estado do Pará <www.cumarudonorte.net.br>
Beneficiários	População local, em especial produtores rurais
Objetivo	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat)
Valor total do projeto	R\$ 755.299,70
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 755.299,70
Prazo de execução	12 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Aprovado em 31.5.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	-

Contextualização

O município de Cumaru do Norte localiza-se na mesorregião do sudeste paraense e na microrregião de São Félix do Xingu. Foi criado em 1991, após seu desmembramento de Ourilândia do Norte.

Está localizado a 972 km de Belém. Seu território abrange 17.085 km² e população de 10.478 habitantes (Censo 2010, IBGE), o que significa uma densidade demográfica de 0,6 hab/km².

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos Municípios Brasileiros, medido em 2000 pelo PNUD, mostrou, para Cumaru do Norte (PA), um valor de 0,666, o que corresponde a um IDH-M médio (PNUD).

A renda em Cumaru do Norte é bastante influenciada pela atividade econômica predominante, que é a pecuária. Segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal 2009, do IBGE, existiam cerca de 589 mil cabeças de bovinos no município, representando aproximadamente 56 cabeças de gado por habitante.

A política municipal de meio ambiente em Cumaru do Norte tem como órgão central a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat), criada pela Lei 213, de 4 de abril de 2007.

Atualmente, o município está com seu processo de descentralização da gestão ambiental em curso, pleiteando assim a autonomia para o licenciamento de atividades de impacto local e integrando as portarias editadas anualmente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) que definem os municípios prioritários para ações de monitoramento e controle do desmatamento.

Lógica de Intervenção

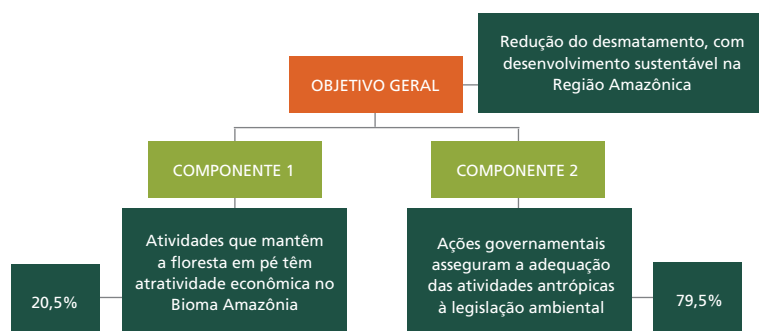
O projeto S.O.S. Cumaru do Norte visa melhorar a infraestrutura para a gestão ambiental municipal e a ampliação do viveiro de mudas que serão doadas aos proprietários rurais para a recuperação de áreas degradadas de propriedades rurais.

Além de estruturar física e operacionalmente a Semmat e ampliar o viveiro municipal, o projeto vai atuar na formação de agentes ambientais capacitados na atividade de produção de mudas, visando propiciar conhecimento a 50 jovens da localidade para auxiliarem os produtores do município no processo de recuperação de áreas degradadas em suas propriedades.

Resultados Esperados

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat) estruturada para o aprimoramento da gestão ambiental municipal; e
- Introduzidas novas modalidades de exploração econômica dos imóveis rurais para o desenvolvimento sustentável do município de Cumaru do Norte.

FIGURA 25: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



CUMARU DO NORTE E A GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

A política municipal de meio ambiente em Cumaru do Norte tem como órgão central a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmat), criada pela Lei 213, de 4 de abril de 2007.

O município está com seu processo de descentralização da gestão ambiental em curso, pleiteando assim a autonomia para o licenciamento de atividades de impacto local, na Secretaria de Estado de Meio Am

biente do Pará (Sema/PA), conforme permite a Resolução 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Cumaru do Norte já possui os seguintes instrumentos legais aprovados e regulamentados pela Câmara Municipal, relativos ao meio ambiente: Conselho e Fundo Municipais de Meio Ambiente (Lei 217/07); Regulamentação do Fundo Municipal de Meio Ambiente (Decreto 405/07); Nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Decreto 423/08); Política e Sistema Municipais de Meio Ambiente e Turismo (Lei 226/08); Lei de taxas ambientais (Lei 239/09); Regulamentação e Estabelecimento de Autorizações de Queimadas Controladas (Decreto 58/09); e Lei de Diretrizes Urbanas (Lei 272/11).



FIGURA 26: S.O.S CUMARU DO NORTE



PROJETOS 2010

Projeto: Conhecer para Conservar

Abrangência territorial	Município de Manaus, estado do Amazonas
Responsável pelo projeto	Museu da Amazônia (Musa) <www.museudaamazonia.org.br>
Beneficiários	População de Manaus e cidades próximas, turistas nacionais e estrangeiros, estudantes das universidades, estudantes e professores da rede pública e privada do estado do Amazonas e demais interessados em questões socioambientais
Objetivo	Implantar Museu da Amazônia (Musa) e um Centro de Treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta
Valor total do projeto	R\$ 8.454.421,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 8.454.421,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 1.9.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 2.436.885,00

Contextualização

As instalações do Museu da Amazônia (Musa) ocuparão cerca de cem hectares da Reserva Adolpho Ducke, floresta urbana de dez mil hectares localizada dentro dos limites da cidade de Manaus. Por suas dimensões e seu estado de conservação, essa reserva abriga populações de animais e plantas que permitem uma representação bastante fiel da biodiversidade da Amazônia Central.

A Reserva Adolpho Ducke vem sendo estudada sistematicamente há mais de trinta anos, sobretudo pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Portanto, conta com valiosa documentação sobre sua biodiversidade, seus ecossistemas florestais e aquáticos e suas interações bióticas e abióticas.

Parte do projeto será realizada em uma área de assentamento rural contígua à Floresta Adolpho Ducke: o Assentamento Água Branca. Essa área constitui-se em um “corredor ecológico” de ligação entre a Reserva Florestal Adolpho Ducke e o lago do Puraquequara. Hoje, grande parte dessas propriedades ainda se encontra coberta por floresta nativa. No entanto, se não forem tomadas medidas para assegurar a manutenção desse corredor ecológico, a reserva corre o risco de ter seu valor de conservação reduzido pela fragmentação florestal e o isolamento de sua biota.

Lógica de Intervenção

O Musa promoverá um modelo inovador de visitação da floresta e de disseminação do conhecimento sobre a Região Amazônica. Sua proposta é oferecer experiências que permitam ao visitante entrar em contato com a diversidade biológica e sociocultural da região da Amazônia. Para tanto, o museu vai trabalhar com o conceito de “museu vivo” da sociobiodiversidade, embasado nos conhecimentos adquiridos pelos pesquisadores das instituições científicas brasileiras e internacionais que realizam pesquisas na Bacia Amazônica.

O projeto está estruturado em dois componentes. Um deles compreende um complexo de pavilhões, tanques, trilhas, passarelas suspensas, estações e torres de observação da floresta, interligando uma área de aproximadamente trinta hectares da Reserva Florestal Adolpho Ducke às atuais instalações do Jardim Botânico da cidade de Manaus.

O outro componente apoia a estruturação de um centro de treinamento e de capacitação em Água Branca, área de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O objetivo é gerar opções econômicas baseadas no uso sustentável do Bioma Amazônia, criando um modelo demonstrativo de atividades econômicas que valorizem a “floresta em pé”, com possibilidade de geração de renda e de melhoria das condições sociais. Serão beneficiadas diretamente 36 famílias hoje residentes no Assentamento Água Branca.

Resultados Esperados

- Maior interesse pelo turismo ambiental;
- População local e turistas sensibilizados e conscientizados para as questões da sociobiodiversidade amazônica;
- Conhecimento produzido por instituições de pesquisa da Amazônia divulgado;
- Corredor ecológico do Assentamento Água Branca conservado, evitando a fragmentação florestal da Reserva Ducke, de dez mil hectares; e
- Recursos humanos capacitados em diferentes níveis para viabilizar atividades extrativistas e de manejo, gestão e conservação ambiental.

O RISCO DE FRAGMENTAÇÃO FLORESTAL DA RESERVA ADOLPHO DUCKE

Um fragmento florestal pode ser entendido como uma área de vegetação natural contínua interrompida por barreiras antrópicas (causadas pelo homem) ou naturais. A fragmentação tem como consequência a formação de “ilhas de florestas”, que ficam isoladas por um entorno hostil, o que diminui significativamente o fluxo de animais, pólen e sementes. Assim, ocorre a perda gradativa da biodiversidade, o empobrecimento do ecossistema e a redução da cobertura florestal.

FIGURA 27: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

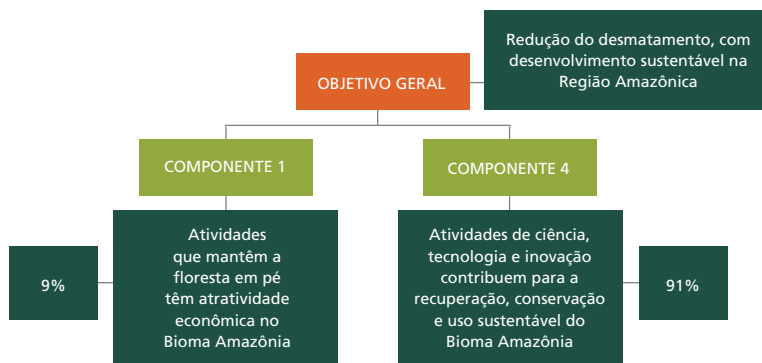


FIGURA 28: CONHECER PARA CONSERVAR



FIGURA 29: LOCALIZAÇÃO DO PROJETO EM MANAUS/AM



Projeto: Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável

Abrangência territorial	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia
Responsável pelo projeto	Instituto Floresta Tropical <www.ift.org.br>
Beneficiários	Trabalhadores do setor madeireiro e florestal e operadores de máquinas pesadas, comunidades florestais e pequenos produtores rurais, agentes do governo, engenheiros, auditores, administradores, pesquisadores e estudantes florestais de nível médio e superior
Objetivo	Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores-chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada
Valor total do projeto	R\$ 12.498.000,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 7.449.000,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 15.4.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 1.726.119,00

Contextualização

O fortalecimento do manejo florestal sustentável no Bioma Amazônia, tanto o da modalidade empresarial quanto o praticado pelas comunidades tradicionais, é uma das principais políticas de valorização do ativo florestal na região, ou, como se costuma dizer, que promovem a manutenção da floresta em pé. A prática tem destacados benefícios ambientais (ao minimizar o impacto da atividade madeireira), sociais (ao proporcionar incremento na oferta de trabalho e na renda das

comunidades e trabalhadores do setor) e econômicos (ao incrementar o ainda deficiente mercado de madeira manejada ou certificada, visando torná-lo uma alternativa real ao mercado ilegal de madeira e a outras modalidades de uso da terra).

A nova política florestal, instituída a partir da criação do Serviço Florestal Brasileiro e da aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, é um importante passo nessa direção e possibilitará o acesso aos expressivos estoques de madeira da região, fomentando de forma responsável sua vocação florestal. Um dos principais gargalos apontados pelos especialistas para o pleno sucesso dessa política é a falta de mão de obra capacitada a implementar boas práticas de manejo florestal na Amazônia.

As atividades envolvidas no manejo não se restringem ao período de extração da madeira, mas comportam também fases preparatórias e pós-exploratórias, incluindo planejamento, execução e monitoramento das atividades, que não se restringem ao período de extração da madeira, mas comportam também fases preparatórias e pós-exploratórias. Estimativas apontam para uma necessidade de pelo menos cinco mil profissionais capacitados nos próximos dez anos.

Além da questão crítica de escassez de pessoal qualificado, o desenvolvimento de uma economia madeireira sustentável também tem como desafio o baixo conhecimento das vantagens econômicas, sociais e ambientais da prática do manejo florestal sustentável e a necessidade de geração e de disseminação de conhecimento técnico, de forma a aprimorar continuamente seus potenciais benefícios ambientais e econômicos.

Lógica de Intervenção

O Instituto Floresta Tropical é referência em manejo florestal sustentável na Amazônia, com 15 anos na região. Atua principalmente em capacitação, sensibilização e pesquisa dos vários componentes

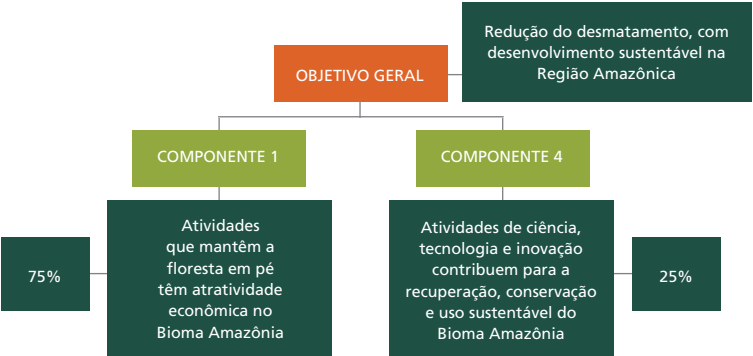
do manejo florestal, destacando-se o desenvolvimento e a validação de técnicas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR) adequadas às florestas tropicais.

O projeto busca reduzir a escassez crônica de mão de obra em manejo florestal na região, bem como mudar a percepção do setor sobre as vantagens de adotar boas práticas na exploração madeireira em comparação com a exploração convencional. Esses objetivos serão alcançados por meio do fortalecimento das atividades da instituição em capacitação e da sensibilização por meio da realização de cursos *in situ* e *ex situ*, eventos e produção material de divulgação técnica.

Outra vertente importante do projeto visa aprimorar a sustentabilidade social, econômica e ecológica do manejo florestal por meio da ampliação da sua base técnica e científica. O desenvolvimento de pesquisas aplicadas e a divulgação do conhecimento e das tecnologias gerados são fundamentais para a qualidade dos serviços prestados, além de contribuir para a melhoria da percepção da sociedade (incluindo atores econômicos e institucionais, academia e movimentos sociais) quanto aos benefícios e desafios do manejo florestal.

Ações	Resultados Esperados
Capacitação e treinamento	Realização de 60 a 70 cursos de capacitação no Centro de Treinamento Florestal Roberto Bauch (CT), abrangendo um total de 900 pessoas no CT.
	Realização de 40 cursos de capacitação nas florestas dos produtores familiares, comunidades ou pequenas empresas, abrangendo um total de 400 pessoas.
Sensibilização	Realização de 40 a 70 eventos de sensibilização sobre conservação e manejo florestal, abrangendo um total de 2.100 pessoas.
	Confecção de materiais técnicos para divulgação do manejo, como <i>folders</i> , boletins e cartilhas, além de um manual de divulgação simplificada do manejo florestal.
Pesquisa aplicada	Condução de 12 experimentos de pesquisa aplicada.
	Elaboração de materiais técnicos com resultados de pesquisas aplicadas, como artigos científicos e manual técnico sobre manejo florestal.

FIGURA 30: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



ETAPAS DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

- Planejamento de atividades pré-exploratórias
 - macroplanejamento;
 - delimitação de talhões (área de exploração anual);
 - inventário florestal;
 - análise de dados; e
 - planejamento e construção de pátios e estradas florestais.
- Atividades exploratórias
 - seleção e sinalização das árvores a explorar e árvores porta-sementes;
 - corte direcional de árvores;
 - planejamento de arraste e arraste de toras;
 - operações no pátio; e
 - transporte florestal.
- Atividades pós-exploratórias
 - tratamentos silviculturais para catalisar a recuperação da floresta;
 - avaliação de danos e desperdícios da exploração;
 - monitoramento do crescimento da floresta; e
 - manutenção de infraestrutura.

FIGURA 31: DISSEMINAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS TÉCNICAS DE MANEJO FLORESTAL



Projeto: Nova Cartografia Social na Amazônia

Abrangência territorial	Todos os estados do Bioma Amazônia
Responsável pelo projeto	Fundação de Apoio Institucional Muraki <www.novacartografiasocial.com>
Instituição executora interveniente	Universidade do Estado do Amazonas
Beneficiários	27 povos e comunidades tradicionais da região e a Rede de Povos e, Comunidades Tradicionais, que compreende cerca de 70 pesquisadores
Objetivo	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do Bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto
Valor total do projeto	R\$ 4.614.587,03
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 4.614.587,03
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 6.5.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 740.869,38

Contextualização

A ocupação de territórios da Amazônia por povos e comunidades tradicionais – grupos sociais que detêm grande conhecimento dos ecossistemas e da biodiversidade da região – é um fator importante para a preservação das florestas de várzea e de terra firme. Por conta disso, o fortalecimento de associações e formas organizativas comunitárias, bem como a consolidação e divulgação dos

conhecimentos práticos dos povos e comunidades tradicionais, são estratégias capazes de multiplicar o conhecimento nativo das formas de uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para manter a floresta em pé.

Lógica de Intervenção

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pretende retratar, por meio de uma metodologia de trabalho participativa denominada mapeamento social, a realidade de 27 povos e comunidades que vivem no Bioma Amazônia, o que contribuirá para ampliar o conhecimento das formas tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais.

A principal característica do processo é a elaboração de mapas, nos quais terão destaque as atividades econômicas desenvolvidas na região, as características sobre o uso dos recursos naturais e as formas de organização social da comunidade.

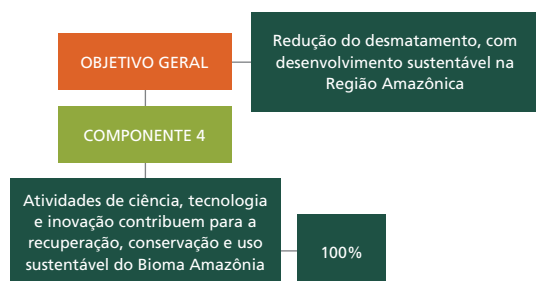
Todo o trabalho de construção dos mapas será realizado por membros da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais e Pesquisadores, estrutura formada por nove núcleos estaduais e pesquisadores de universidades e instituições parceiras que atuam na Amazônia. As oficinas de mapas previstas no projeto serão realizadas por esse grupo de pesquisadores, mas contarão também com a participação ativa de membros das comunidades.

Parte do projeto busca, ainda, fortalecer essa rede de pesquisa. Entre as ações estabelecidas estão: a readequação do espaço físico da sede do projeto; a consolidação dos seus nove núcleos estaduais; a estruturação de um banco de dados para armazenamento do material gerado pelo projeto; e a realização de encontros e seminários regionais para troca de informações e integração de seus membros.

Resultados Esperados

- 27 fascículos editados e publicados;
- 12 encontros integradores realizados, com a participação total de aproximadamente 1.100 pessoas;
- Infraestrutura laboratorial da UEA ampliada; e
- Pesquisadores capacitados e fixados.

FIGURA 32: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia vem sendo desenvolvido desde julho de 2005 e coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

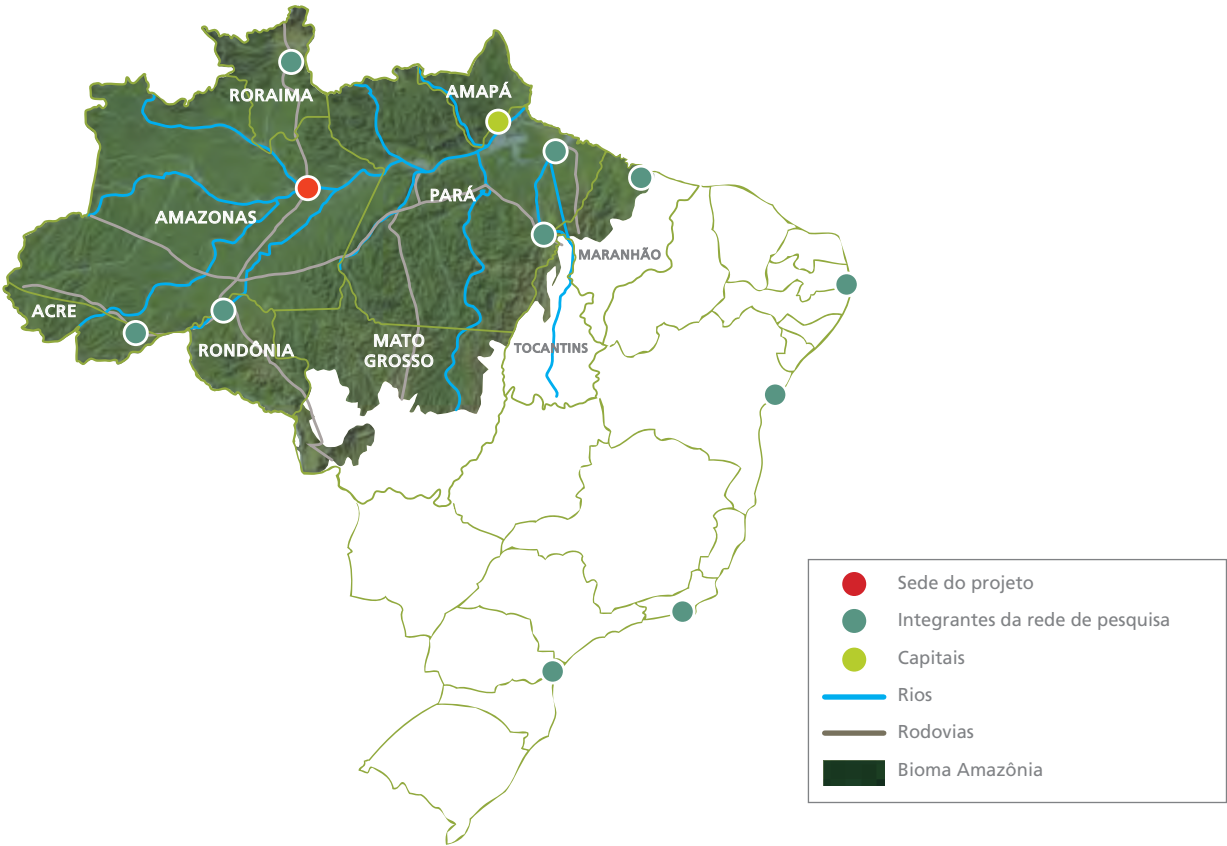
O objetivo é realizar um trabalho de mapeamento social dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Pretende-se privilegiar a diversidade das expressões culturais combinadas com distintas identidades cole-

tivas objetivadas em movimentos sociais. Isso se articula com o projeto de pesquisa intitulado Processos de Territorialização, Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia CNPq-FAPEAM, implementado a partir de dezembro de 2005. Em 2006, o projeto expandiu o mapeamento para fora da Amazônia com o projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (PPGSCA/UFAM – FUND. FORD – MMA – MDS).

De julho de 2005 a dezembro de 2010, já foram produzidos 105 fascículos com comunidades localizadas em todo o Brasil, organizados em diferentes séries.

Cada fascículo é o resultado de um conjunto de esforços e de relações sociais entre comunidades e povos tradicionais e a equipe de pesquisadores, que começa a concretizar-se com a realização da oficina de mapas e encerra essa instância de mapeamento com a publicação do fascículo.

FIGURA 33: NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA



Projeto: Olhos d'Água da Amazônia

Abrangência territorial	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso
Responsável pelo projeto	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso <www.olhosdaguadaamazonia.altafloresta.mt.gov.br>
Beneficiários	População local, em especial produtores rurais
Objetivos	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades
Valor total do projeto	R\$ 2.781.340,40
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 2.781.340,40
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 25.1.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 2.351.888,94

Contextualização

O município de Alta Floresta localiza-se no extremo norte do estado de Mato Grosso, em área de intensa pressão pelo desmatamento.¹¹ Em 2007, foi incluído pelo Ministério do Meio Ambiente na relação de municípios prioritários para ações de monitoramento e controle do desmatamento.¹²

¹¹ Segundo as séries históricas informadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entre 2001 e 2005 o estado de Mato Grosso ocupou o primeiro lugar em tamanho de área desmatada na Amazônia. Atualmente, o estado ocupa o segundo lugar da relação, logo depois do Pará.

¹² Operação Arco Verde (mais detalhes na Introdução, caderno Conceitos Básicos).

A renda em Alta Floresta é concentrada e influenciada pelas atividades econômicas predominantes, que são pecuária e exploração madeireira. Em consequência da dinâmica de ocupação do seu território e das atividades econômicas desenvolvidas, é grande a degradação ambiental no município, originalmente coberto por florestas. Segundo dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta (SECMA), 50% do município foi desmatado e, das quase 6,5 mil nascentes, apenas 3,1 mil (49%) estão preservadas.

Além disso, 42% do total de áreas de preservação permanente (APPs) que o município possui apresentam uso e cobertura do solo incompatíveis com as funções que deveriam desempenhar, afetando inclusive as condições dos recursos hídricos da região.

Lógica de Intervenção

O projeto Olhos d'Água da Amazônia contempla um conjunto de ações para enfrentar o problema de degradação ambiental rural do município de Alta Floresta, especialmente de nascentes localizadas em pequenas propriedades (até 200 hectares), prevenindo o comprometimento da disponibilidade de água no município.

Para a execução do projeto, o município conta com uma rede social bastante ampla de colaboração e apoio formada por diversas instituições, entre elas ONGs, universidades, empresários locais e demais secretarias municipais.

Entre as atividades do projeto, está a viabilização do processo de adesão dos pequenos proprietários rurais ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento de gestão ambiental que permite delimitar, por meio do georreferenciamento, as propriedades rurais, identificando as áreas de preservação permanente e de reserva legal, para fins de recuperação e monitoramento ambiental.

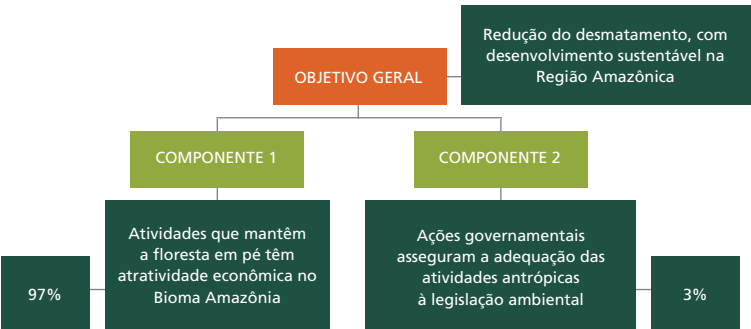
O projeto prevê, ainda, o apoio para elaboração de projetos técnicos de recuperação das APPs e a viabilização das ações de recuperação das nascentes nas pequenas propriedades, bem como a implantação de projetos demonstrativos de sistemas agroflorestais com plantio de sementes e mudas, e de unidades de manejo ecológico de pastagens em 19 unidades rurais de Alta Floresta.¹³

Além de contribuir para a recuperação de áreas degradadas, o projeto Olhos d'Água da Amazônia tem o mérito de fornecer à administração municipal instrumentos para aprimoramento e fortalecimento das ações de monitoramento e controle, em um município com grande pressão pelo desmatamento.

Resultados Esperados

- Duas mil pequenas propriedades cadastradas;
- Cerca de 1,2 mil nascentes recuperadas; e
- Projetos demonstrativos de sistemas agroflorestais implantados em 20 unidades rurais para disseminação do modelo no restante do município.

FIGURA 34: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



¹³ O projeto do Instituto Ouro Verde (IOV), também apoiado no âmbito do Fundo Amazônia, prevê a recuperação de áreas de preservação permanentes degradadas em seis municípios do estado de Mato Grosso, incluindo Alta Floresta. Vale ressaltar, no entanto, que os dois projetos atuarão em áreas distintas do município. Leia mais sobre o projeto Sementes do Portal neste capítulo.

MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA

Localizada a 830 km de Cuiabá, Alta Floresta tem uma área de 9.212 km² e uma população de 49.233 habitantes, o que significa uma densidade demográfica de 5,34 hab./km².

Ao lado de outros 15 municípios do estado, forma o Território Portal da Amazônia, iniciativa do Governo Federal que busca universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O município é o polo populacional e econômico desse território.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios brasileiros, medido em 2000 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), mostrou para Alta Floresta um valor de 0,779, o que corresponde a um índice médio.

Em 2008, o PIB de Alta Floresta foi de R\$ 518 milhões, enquanto o PIB per capita foi de R\$ 10,1 mil.

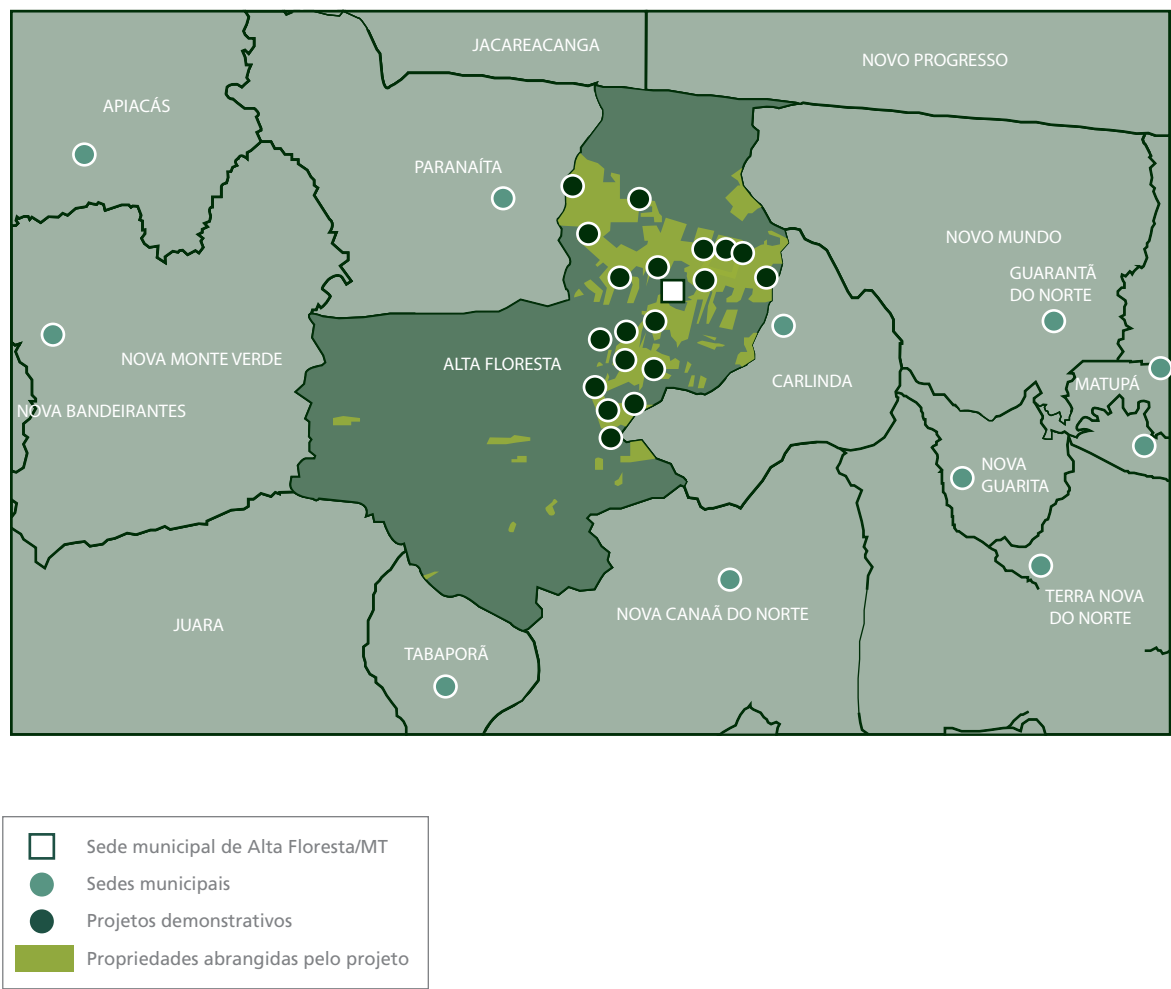
Em 2009, havia cerca de 808 mil cabeças de gado no município, representando mais de 16 cabeças de gado bovino por habitante.

Fonte: IBGE.

FIGURA 35: OLHOS D'ÁGUA DA AMAZÔNIA



FIGURA 36: DETALHAMENTO DO PROJETO



Projeto: Recupera Marcelândia

Abrangência territorial	Município de Marcelândia, estado de Mato Grosso
Responsável pelo projeto	Município de Marcelândia, estado de Mato Grosso <www.marcelandia.mt.gov.br>
Beneficiários	População local, em especial produtores rurais
Objetivo	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município
Valor total do projeto	R\$ 686.630,30
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 669.126,00
Prazo de execução	18 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 24.5.2011
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	-

Contextualização

O município de Marcelândia localiza-se ao norte do estado de Mato Grosso, na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e integra o Território Portal da Amazônia.¹⁴ É formado principalmente por grandes e médias propriedades (84% da área total), sendo o restante do território dividido em áreas de agricultura familiar (3%), assentamentos (1%) e terras indígenas (12%).

¹⁴ O Portal da Amazônia é composto de 16 municípios: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colider, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

A situação ambiental de Marcelândia é semelhante à dos demais municípios do norte do estado, que sofreram rápida expansão no seu processo de ocupação, basicamente por meio da pecuária e da exploração madeireira desordenada.¹⁵ No entanto, o processo de desmatamento dos últimos anos – Marcelândia é um dos 48 municípios que integram a Operação Arco Verde¹⁶ – está sendo gradativamente reduzido. Em 2009, o índice de desmatamento registrou variação zero em relação ao ano anterior.¹⁷

Lógica de Intervenção

O projeto do município de Marcelândia está dividido em duas grandes ações: fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo e recuperação da mata ciliar no entorno de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missú, por meio do plantio de sementes e de mudas a serem produzidas no viveiro municipal.

Na primeira ação do projeto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo será equipada e seus técnicos receberão treinamento em ferramentas de geotecnologia, o que permitirá o processamento informatizado de dados georreferenciados, ou seja, a utilização de programas de computador que integram informações cartográficas (mapas, plantas, cartas topográficas etc.) a dados que possam ser associados a elas (como atividades produtivas, recursos naturais e população).

¹⁵ Apesar do volume de extração de toras de madeira, 70% do território de Marcelândia ainda têm remanescentes florestais nativos. Fonte: <www.territoriosdacidadania.gov.br>.

¹⁶ Mais informações sobre a Operação Arco Verde na Introdução, caderno Conceitos Básicos.

¹⁷ Dados do Inpe.

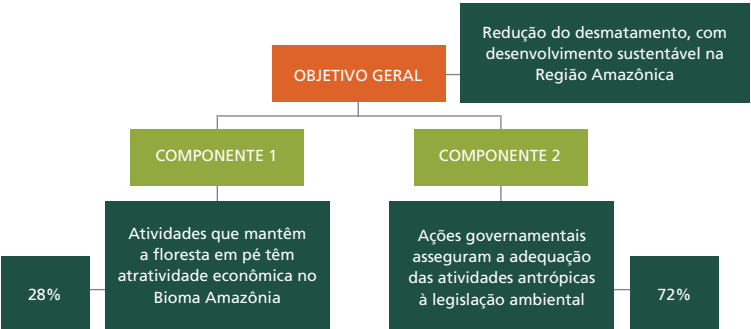
Já a segunda ação enfrentará o problema da degradação de áreas desmatadas, especialmente as áreas de nascentes. Segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, das 1,3 mil nascentes existentes no município, cerca de 370 (28%) estão altamente degradadas.

Estão previstas a realização de diagnóstico ambiental das áreas a serem recuperadas e a capacitação da comunidade local, além da implantação de uma unidade de recuperação ambiental de caráter demonstrativo em uma das propriedades, para que o modelo possa ser replicado pelos demais proprietários rurais do município.

Resultados Esperados

- Ações de monitoramento e controle fortalecidas no município, que faz parte da lista dos 48 municípios com maiores índices de desmatamento da Amazônia; e
- 157 hectares de área de preservação permanente recuperados no entorno de 50 nascentes que se encontram degradadas.

FIGURA 37: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA

Localizado a 712 km de Cuiabá, Marcelândia tem uma área de 12.294 km² e uma população de 11.994 habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios brasileiros, medido em 2000 pelo Pnud, mostrou para Marcelândia (MT) um valor de 0,771, o que corresponde a um índice médio. Em 2008, o PIB de Marcelândia foi de R\$ 162,5 milhões, enquanto o PIB *per capita* foi de R\$ 11,2 mil.

Em 2009, havia cerca de 208 mil cabeças de gado no município, representando 17 cabeças de gado bovino por habitante.

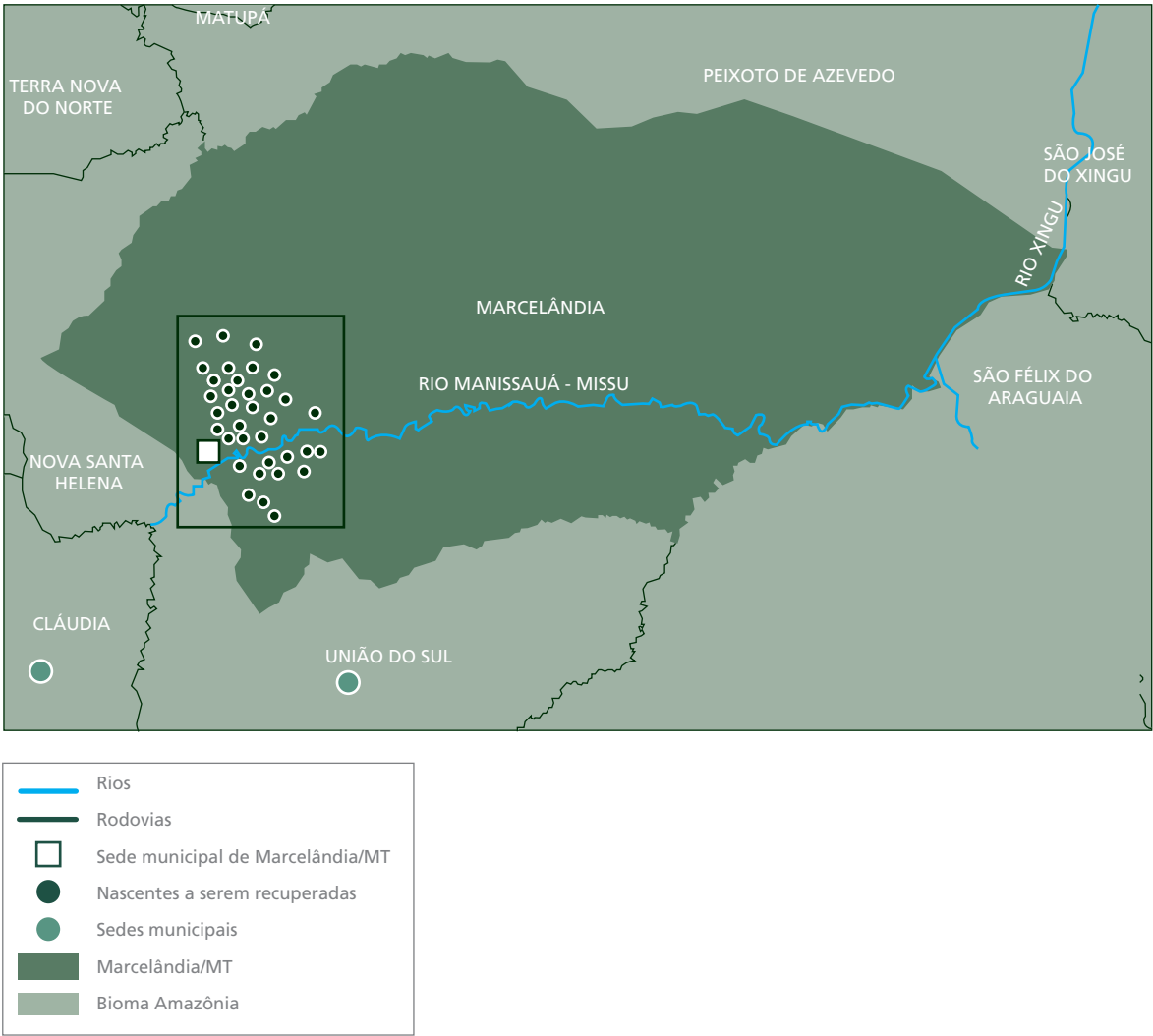
Fonte: IBGE.

O projeto de Marcelândia contemplará a recuperação de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu situadas em um raio de cerca de 18 km no entorno da área urbana. As propriedades beneficiadas possuem de vinte a dois mil hectares, nas quais se encontram desde pecuária de leite e de corte até agricultura familiar. O escopo do projeto foi definido pelo fator geográfico, atingindo a região com o uso do solo mais alterado, conforme apontado pelo Zoneamento Ambiental Municipal, justamente por se situar no local em que se iniciou a ocupação de Marcelândia e onde, portanto, há maior concentração da população e maior índice de desmatamento.

FIGURA 38: RECUPERA MARCELÂNDIA



FIGURA 39: LOCALIZAÇÃO DE NASCENTES



Projeto: Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Pará

Abrangência territorial	Estado do Pará
Responsável pelo projeto	Estado do Pará <www.sema.pa.gov.br>
Beneficiários	População do estado do Pará, em especial produtores rurais
Objetivo	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do CAR, da descentralização e da desconcentração das atividades da sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental.
Valor total do projeto	R\$ 15.923.230,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 15.923.230,00
Prazo de execução	24 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 6.10.2010
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 3.216.379,62

Contextualização

O Pará é o segundo maior estado brasileiro e o mais populoso de todo o Bioma Amazônia.¹⁸ Além disso, é também o que registra os maiores índices de desflorestamento da floresta amazônica, reflexo da expansão do extrativismo vegetal, da pecuária e, mais recentemente, da cultura da soja.

¹⁸ Em território brasileiro, segundo o IBGE, o Bioma Amazônia ocupa uma superfície de 3,6 milhões de km², abrangendo a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade de Mato Grosso (54%), além de parte dos estados do Maranhão (34%) e de Tocantins (9%).

Nos últimos anos, no entanto, o poder público estadual vem se esforçando para conciliar proteção ambiental com desenvolvimento socioeconômico, o que se reflete em uma queda do desmatamento na região. Em 2011, de acordo com dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o índice de desmatamento no Pará caiu 23,9% em comparação com o ano anterior.

Lógica de Intervenção

O projeto tem como objetivo fortalecer municípios e regiões para que a gestão ambiental no estado inteiro tenha maior eficiência.

A estratégia é descentralizar e desconcentrar as atividades da Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema/PA) por meio da estruturação das sedes municipais de meio ambiente e da implementação e do fortalecimento de unidades regionais.

Para a descentralização das atividades da Sema/PA, serão realizadas ações de estruturação física e operacional das unidades administrativas municipais de meio ambiente em 40 municípios, inclusive com o reforço de infraestrutura tecnológica e capacitação de recursos humanos para apoio à emissão do CAR e para o aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental.

A desconcentração da gestão ambiental no estado prevê ações de implementação e fortalecimento das unidades regionais, tornando a Sema/PA mais próxima dos habitantes e dos agentes econômicos de regiões mais afastadas de Belém. Para alcançar esse objetivo, está prevista a estruturação de unidades regionais nos municípios de Marabá, Santarém, Paragominas e Altamira, além da própria sede da Sema/PA em Belém.

Resultados Esperados

- Unidades municipais de meio ambiente estruturadas (descentralização das atividades da SEMA/PA);
- Atividades de gestão ambiental da Sema/PA desconcentradas;
- Infraestrutura tecnológica reforçada e recursos humanos capacitados para a emissão do CAR; e
- Processo legal de licenciamento ambiental aprimorado.



FIGURA 40: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

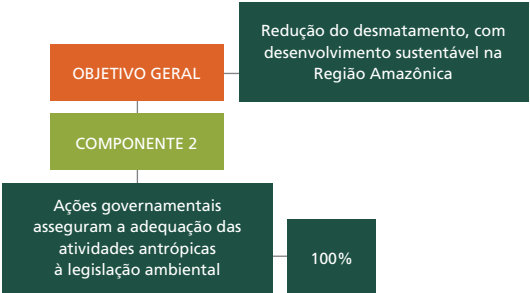
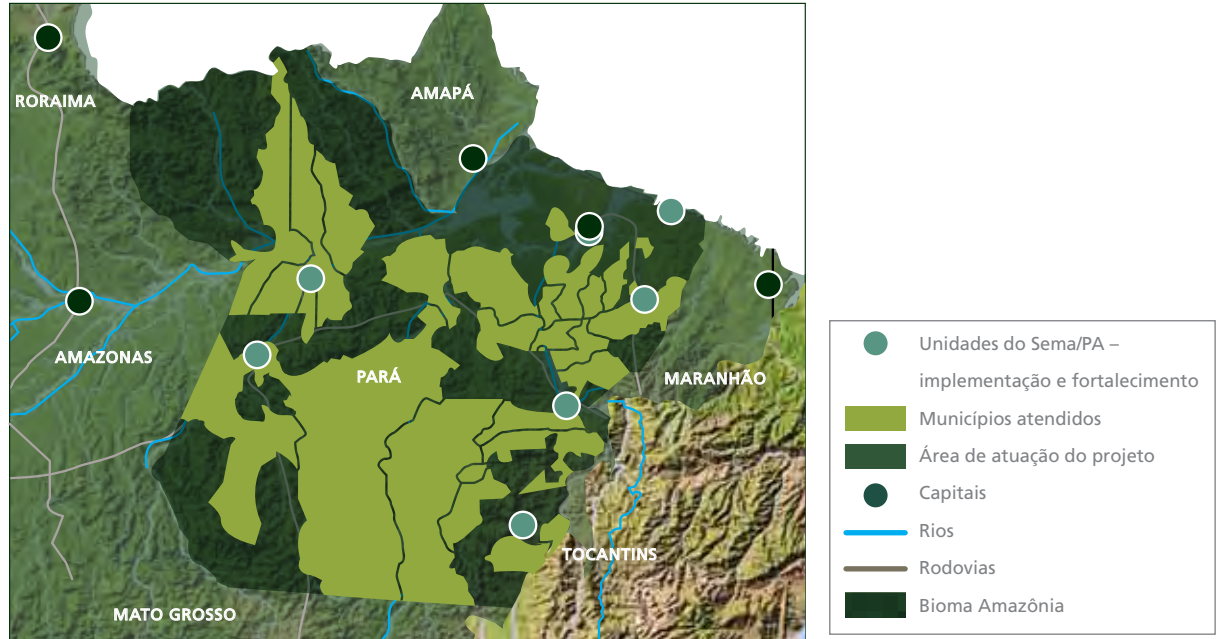


FIGURA 41: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SEMA) DO PARÁ



Projeto: Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Estado do Amazonas

Abrangência territorial	Municípios ao sul do estado do Amazonas (Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã)
Responsável pelo projeto	Estado do Amazonas <www.sds.am.gov.br>
Beneficiários	População de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã
Objetivo	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento no estado do Amazonas por meio da elaboração de marcos legais de cadastramento (CAR); do incentivo à regularização ambiental e fundiária; do aprimoramento dos mecanismos de licenciamento e monitoramento ambiental; e da recuperação de áreas desmatadas por meio de reflorestamentos com função econômica e ecológica
Valor total do projeto	R\$ 20.000.000,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 20.000.000,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 17.12.2010
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 1.129.355,42

Contextualização

O estado do Amazonas é detentor do maior patrimônio florestal do Brasil. São 140 milhões de hectares de florestas nativas e cerca de 52% do território legalmente protegido, constituído de 28% de terras indígenas, 12% de UCs estaduais e 12% de UCs federais. Tem o mais baixo índice de desmatamento

da Região Amazônica (cerca de 2%), embora os municípios localizados ao sul do estado apresentem índices elevados de desmatamento. Entre as principais causas, estão: a pressão migratória dos estados vizinhos; a carência de políticas integradas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região; a incipiente regularização fundiária; e a falta de controle e de fiscalização ambiental permanente.

Lógica de Intervenção

O projeto do Amazonas realizará ações localizadas em quatro municípios ao sul do estado – Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã –, que apresentam indicadores relevantes de desmatamento.

A primeira ação visa ao fortalecimento da gestão ambiental por meio da elaboração de normas técnicas para o estabelecimento e a realização do CAR e a realização do Licenciamento Ambiental da Produção Sustentável nos quatro municípios.

A segunda ação consistirá na regularização fundiária em áreas estaduais, nos municípios de Boca do Acre e Novo Aripuanã, tendo como alvo cerca de 800 imóveis. Essa regularização consistirá em cadastro, levantamento socioeconômico, vistoria, formalização de processo, concessão de título provisório, demarcação topográfica, georreferenciamento e concessão do título definitivo.

A terceira ação tem por objetivo a recuperação de áreas desmatadas por meio de reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica. Para tanto, serão realizadas oficinas de sensibilização com as sociedades locais, capacitações e assistência técnica por meio de práticas de uso e manejo sustentável de recursos naturais, utilizando unidades demonstrativas em que os produtores poderão observar os métodos de implantação e os resultados dos sistemas agroflorestais.

O projeto será implementado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Susten-

tável do Estado do Amazonas (Idam), o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), o Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), secretarias municipais de meio ambiente, secretarias municipais de produção rural e outros organismos especializados em recuperação ambiental.

Resultados Esperados

- Áreas degradadas recuperadas por meio de reflorestamento com objetivos ecológicos e econômicos;
- Regularização fundiária de oitocentos imóveis, em terras estaduais sob intensa pressão por desmatamento; e
- Processo de licenciamento ambiental aperfeiçoado.

FIGURA 42: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

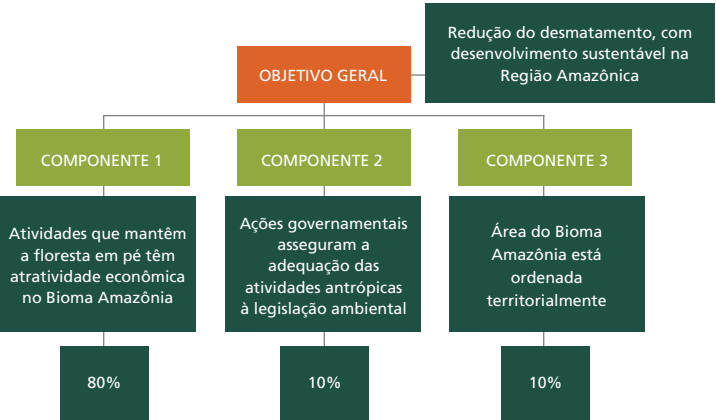
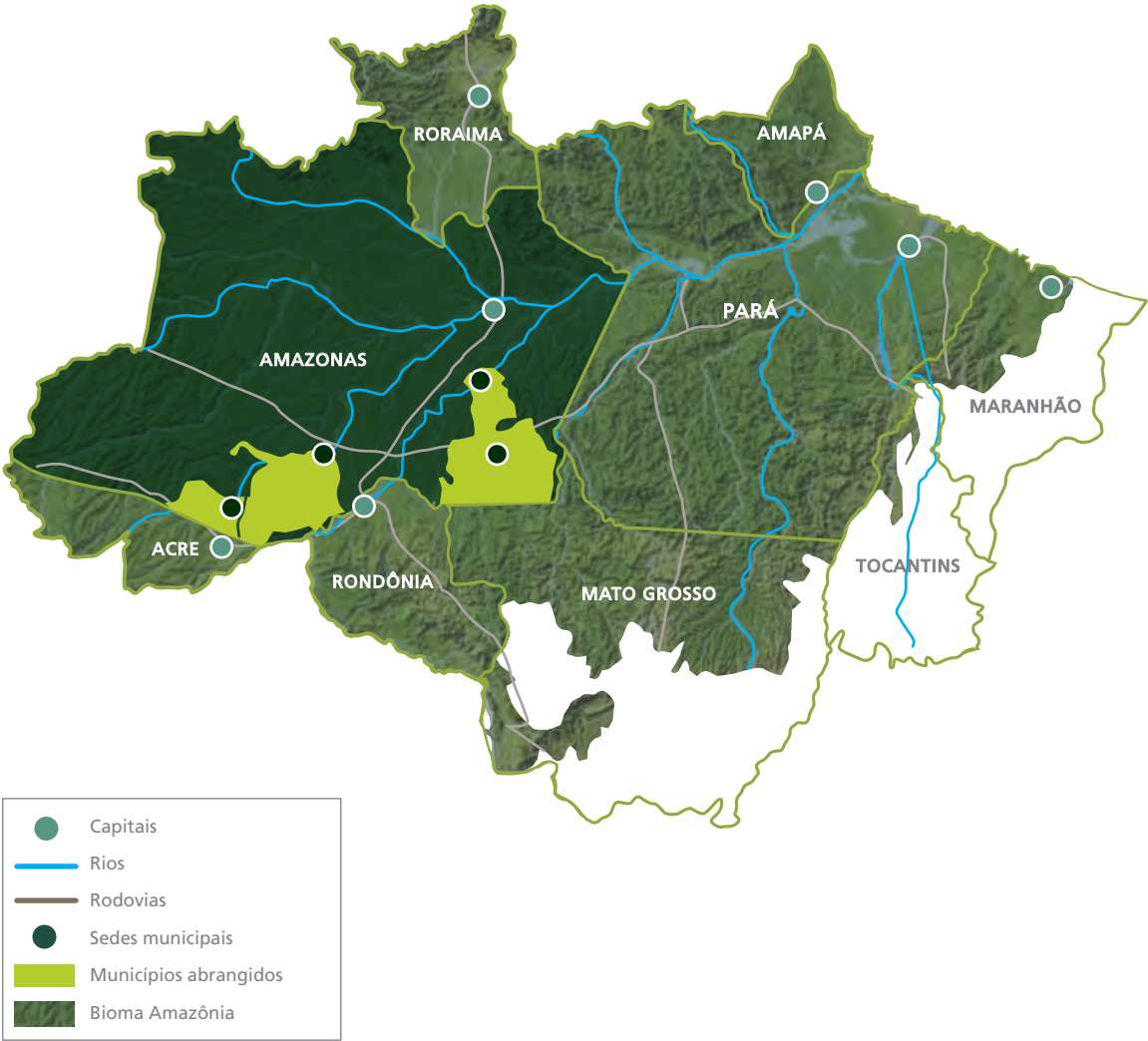


FIGURA 43: SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SDS)
DO ESTADO DO AMAZONAS



Projeto: Valorização do Ativo Ambiental Florestal

Abrangência territorial	Estado do Acre
Responsável pelo projeto	Governo do Estado do Acre <www.ac.gov.br>
Beneficiários	Assentados e agricultores familiares
Objetivo	Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no Zoneamento Ecológico Econômico
Valor total do projeto	R\$ 66.700.000,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 60.000.000,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 19.11.2010
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 31.557.354,63

Contextualização

O estado do Acre é um dos mais ativos na implantação de uma gestão ambiental e territorial integrada, além de buscar instrumentos efetivos de fomento a uma economia que incorpore, de forma sustentável, produtos e serviços florestais. O principal exemplo dessa linha de atuação são o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), elaborado na escala 1:250.000, que norteia as ações governamentais e estabelece zonas específicas para conservação e proteção ambiental, identificando as áreas destinadas ao fomento e à gestão florestal, agropecuária e agroflorestal. Também podem ser citados o fortalecimento da cadeia de produção de borracha natural com o pagamento por serviços

ambientais aos seringueiros (Lei Chico Mendes)¹⁹ e a agregação de valor ao látex, com instalação de uma fábrica de preservativos, única no mundo a utilizar látex de seringal nativo. A fábrica produz atualmente 100 milhões de preservativos/ano.

O desmatamento no estado vem caindo nos últimos anos. Segundo o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), utilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Acre apresentou uma redução de 54% no desmatamento entre 2005 (592 km²) e 2010 (273 km²). Ainda assim, podem ser identificados alguns fatores que representam uma ameaça de retorno do desmatamento local, como maior participação das pequenas propriedades no desmatamento, utilização de técnicas inapropriadas na lavoura, aumento da incidência de queimadas, capacidade limitada dos órgãos de controle e fiscalização e processos de gestão ainda muito centralizados.

Além da estruturação de políticas que promovam o ordenamento territorial e o fortalecimento das cadeias produtivas, o governo do Acre instituiu a Política de Valorização do Ativo Ambiental, visando estabelecer as diretrizes básicas para implantação de mecanismos de pagamentos por serviços ambientais. Lançada em setembro de 2008, essa política vem sendo implementada por meio de estratégia conjunta e integrada em níveis municipal e estadual, envolvendo secretarias e autarquias que compõem a área de desenvolvimento sustentável do governo estadual, em articulação com as prefeituras municipais e o movimento social organizado.

Lógica de Intervenção

O projeto do estado do Acre tem como objetivo apoiar a sua política de valorização do ativo ambiental e florestal por meio do fortalecimento da gestão territorial integrada, do fomento às cadeias

¹⁹ Lei Estadual 1.277/99, em vigor no estado do Acre, que paga aos produtores de borracha um subsídio pelos serviços ambientais prestados, no valor de R\$ 0,70 por quilo de borracha comercializada.

produtivas florestais e agroflorestais e do incentivo técnico e financeiro aos serviços ambientais. Esse plano está sendo implementado de acordo com o princípio de que o pagamento por serviços ambientais (incentivos financeiros e econômicos) seja vinculado à adoção de práticas sustentáveis e critérios ambientais.

A contenção e a diminuição contínua do desmatamento no estado demanda o aprimoramento do sistema de monitoramento, controle e fiscalização das áreas alteradas por meio do fortalecimento das bases técnicas das instituições responsáveis pela gestão territorial. Isso compreende a modernização da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (Ucegeo), o fortalecimento do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e da Secretaria Estadual de Florestas do Estado do Acre (SEF) e a elaboração e a implementação dos Planos de Prevenção e Controle de Desmatamentos Municipais.

O plano também prevê a estruturação de incentivos aos serviços ambientais, voltados à inserção e consolidação de práticas produtivas sustentáveis; ao manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros; e à captura de carbono via reflorestamento de áreas degradadas. Em apoio à adoção de práticas sustentáveis de produção, está prevista a elaboração de mecanismos de auxílio às comunidades envolvidas, aos produtores familiares e aos proprietários rurais, tais como Plano de Desenvolvimento Comunitário, Plano de Gestão de Terra Indígena, Plano de Certificação da Propriedade Sustentável e Plano de Regularização do Passivo Ambiental.

Resultados Esperados

- Gestão territorial integrada fortalecida;
- Cadeias produtivas florestais e agroflorestais fomentadas; e
- Incentivo técnico e financeiro aos serviços ambientais.

FIGURA 44: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



FIGURA 45: ESTRUTURA DO PROJETO

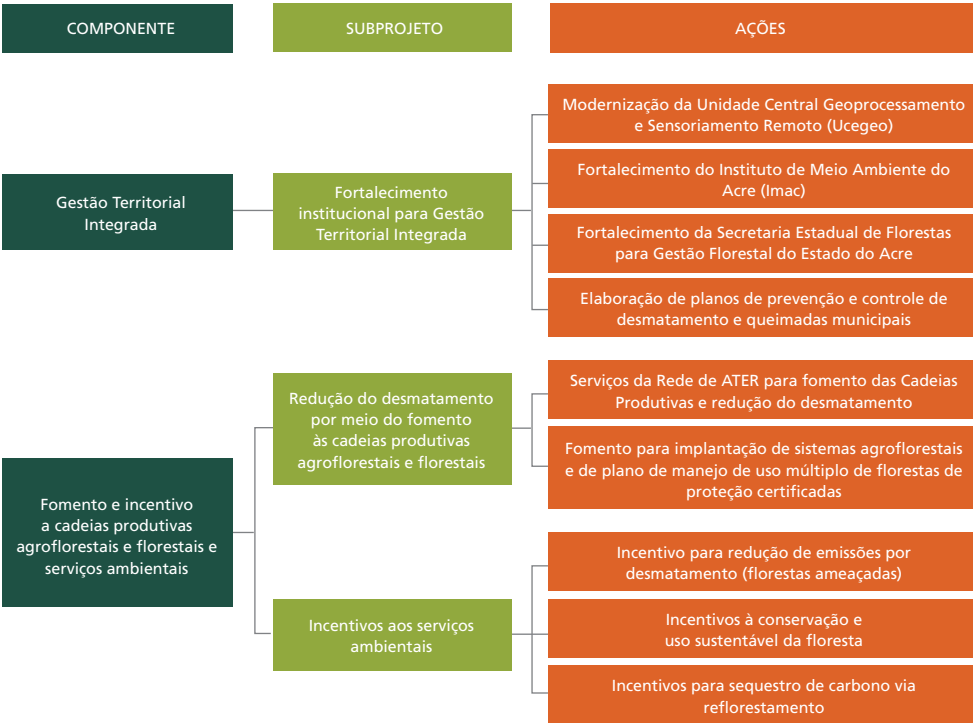
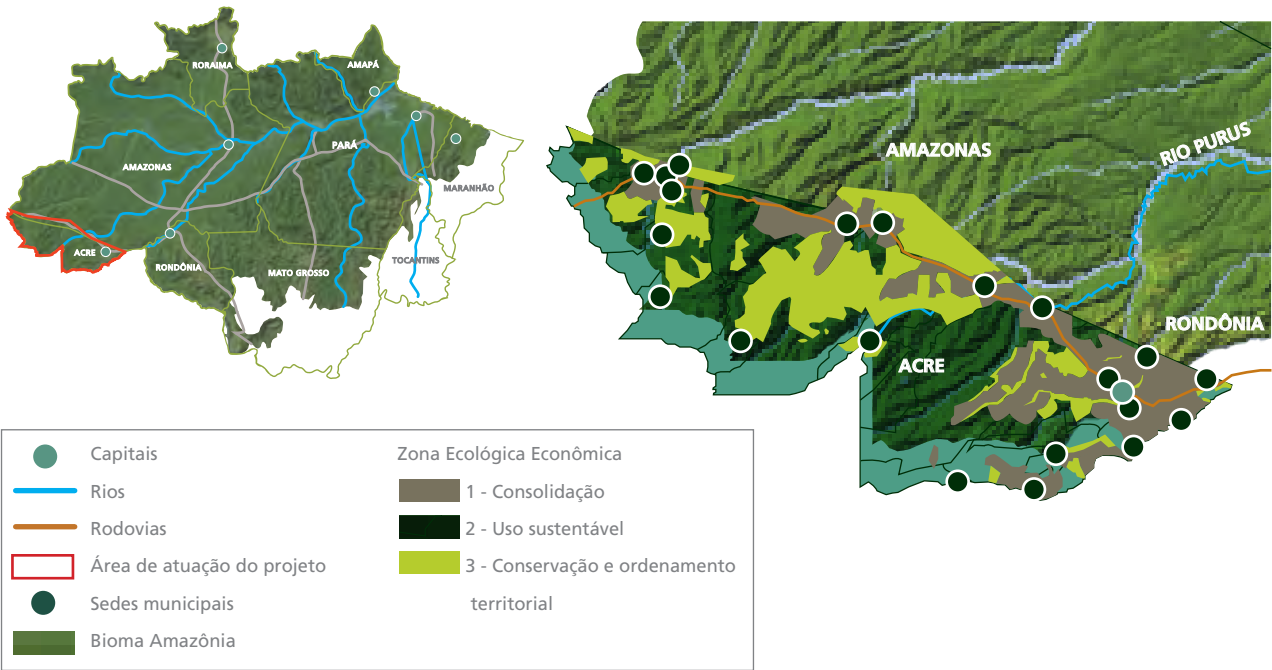


FIGURA 46: VALORIZAÇÃO DO ATIVO AMBIENTAL FLORESTAL



ZEE DO ESTADO DO ACRE

A elaboração do mapa de gestão territorial envolveu uma “estratificação” do território acreano em quatro grandes zonas, que apresentam as seguintes características gerais:

Zona 1 – Consolidação de sistemas de produção sustentáveis

São áreas de influência direta das rodovias BR-364 e BR-317, de ocupação mais antiga do estado, com atividades agropecuárias e

madeireiras. Também estão associadas às novas frentes de expansão e conversão das áreas florestais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. São áreas ocupadas pela agricultura familiar em projetos de assentamento, pequenos produtores em posses, médios e grandes pecuaristas e áreas florestais de grandes seringais.

Zona 2 – Uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental

Áreas protegidas na forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável e Terras Indígenas. Os Projetos de Assentamento Diferenciados estão contemplados nessa zona, uma vez que sua população é extrativista e predomina o uso sustentável dos recursos naturais.

Zona 3 – Áreas prioritárias para o ordenamento territorial

Áreas demandadas por populações tradicionais e/ou recomendadas pelos estudos técnicos do ZEE-Acre para criação de novas unidades de conservação, terras indígenas e projetos de assentamento diferenciados.

Zona 4 – Cidades florestais

Áreas municipais caracterizadas por espaços urbanos circundados por diferentes paisagens rurais com predominância de florestas. A estratificação das 22 cidades acreanas em subzonas tem como critério sua inserção nas sub-bacias hidrográficas.

PROJETOS 2009

Projeto: Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2

Abrangência territorial	Todos os estados do Bioma Amazônia
Responsável pelo projeto	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) <www.programaarpa.org.br>
Beneficiários	População residente e moradores do entorno; funcionários e instituições responsáveis pela gestão; conselhos gestores; e municipalidades envolvidas nos territórios das unidades de conservação (UCs) atendidas pelo projeto.
Objetivo	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no Bioma Amazônia, de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região.
Valor total do projeto	R\$ 164.294.880,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 20.000.000,00
Prazo de execução	48 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 22.4.2010
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 4.999.230,90

Contextualização

A criação de áreas protegidas é uma das principais estratégias de conservação da biodiversidade. O Brasil, como signatário da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (CDB), tem metas significativas de proteção de seus ecossistemas. Na Amazônia brasileira, o esforço para atingir esse objetivo tem avançado bastante nas últimas décadas, com a criação de unidades

de conservação (UCs) que abrangem 22,2% do Bioma Amazônia, nas categorias de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

Com o avanço no entendimento e na mobilização da sociedade nas discussões sobre mudança do clima, ficou evidente a enorme contribuição dada pelas UCs, com seus ecossistemas florestais, na manutenção desses estoques de carbono, em especial na Amazônia, em função das grandes extensões de florestas e do intenso processo de desmatamento.

A instituição, no ano de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabeleceu os instrumentos atuais de criação e gestão das UCs, bem como suas categorias. No âmbito federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), criado em 2007, é o principal executor das atividades do SNUC. Cabe ao instituto propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

Lógica de Intervenção

O programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) é considerado um dos maiores do mundo na esfera de conservação ambiental. A primeira fase, executada entre 2002 e 2009, apoiou a criação e a consolidação de 43 unidades de conservação, totalizando 24 milhões de hectares, além de ter apoiado a consolidação de outros 8,5 milhões de hectares de unidades de conservação anteriormente criadas.

Adicionalmente, o programa apoiou a criação e a implementação do SisARPA – sistema informatizado de coordenação e gerenciamento do Programa Arpa – e realizou 14 projetos comunitários nos entornos de unidades de conservação de proteção integral. Também capitalizou em cerca de US\$ 29,7 milhões um fundo (FAP – Fundo de Áreas Protegidas) que atuará, no futuro, como um mecanismo financeiro para prover sustentabilidade financeira de longo prazo para as unidades de conservação consolidadas no âmbito deste programa.

Resultados Esperados

- Novas UCs criadas (abrangendo 13,5 milhões de hectares) em áreas de representatividade biogeográfica;
- UCs consolidadas (abrangendo 31,6 milhões de hectares), com construção de infraestrutura básica, sinalização, proteção, monitoramento da biodiversidade, elaboração de plano de manejo e formação e manutenção de conselhos consultivos/deliberativos;
- Estruturação das UCs integrantes do programa que envolve a gestão integrada e participativa;
- Planejamento estratégico do conjunto de UCs elaborado e estimulada a criação de mosaicos de gestão; e
- Sustentabilidade financeira promovida, com estratégias de captação e preservação do capital do fundo fiduciário no longo prazo e da identificação dos mecanismos adequados à geração de receita.

FIGURA 47: LÓGICA DE INTERVENÇÃO

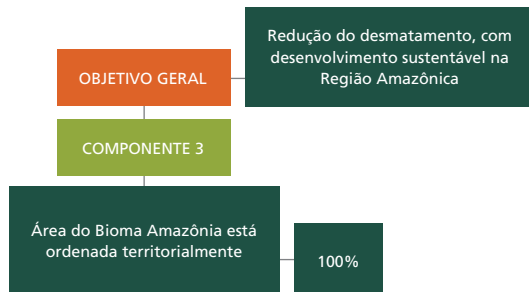
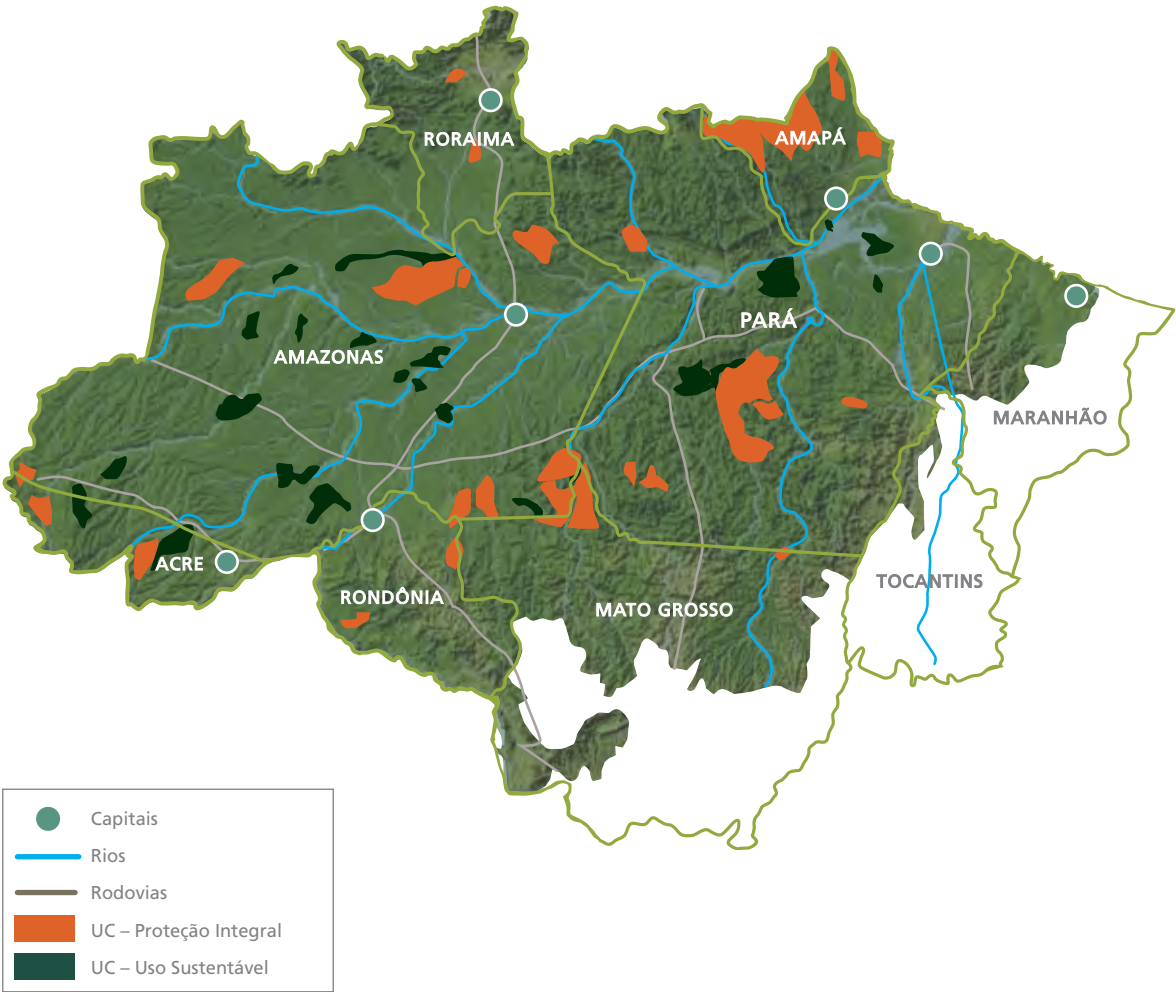


FIGURA 48: ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA) – FASE 2



SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto de 12 categorias de UCs, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e aos usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, por sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

Unidades de Proteção Integral

Estação Ecológica: área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas. Pode ser visitada apenas com objetivo educacional.

- Reserva Biológica: área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual são aplicadas medidas de recuperação dos ecossistemas alterados para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica. Pode ser visitada apenas com objetivo educacional.
- Parque Nacional: área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de incluir a realização de pesquisas científicas.

- **Monumento Natural:** área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC.
- **Refúgio da Vida Silvestre:** área destinada à proteção de ambientes naturais, em que se objetiva assegurar condições para a existência ou a reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no Monumento Natural.

Unidades de Uso Sustentável

- **Área de Proteção Ambiental:** área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída de terras públicas e privadas.
- **Área de Relevante Interesse Ecológico:** área com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída de terras públicas e privadas.

- Floresta Nacional: área com cobertura florestal em que predominam espécies nativas, visando ao uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e à pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação.
- Reserva Extrativista: área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais na qual exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes. Permite visitação pública e pesquisa científica.
- Reserva de Fauna: área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas. Adequada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais. Permite visitação pública e pesquisa científica.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural: área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica; são permitidas a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC.

Projeto: Bolsa Floresta

Abrangência territorial	20 unidades de conservação (UCs) estaduais no Amazonas, abrangendo cerca de dez milhões de hectares
Responsável pelo projeto	Fundação Amazonas Sustentável (FAS) <www.fas-amazonas.org>
Beneficiários	População das UCs atendidas pelo projeto, passando de 14 para 20 UCs até 2013
Objetivo	Promover a contenção do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas
Valor total do projeto	R\$ 29.934.645,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 19.169.087,00
Prazo de execução	60 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 31.3.2010
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 7.109.501,00

Contextualização

O estado do Amazonas mantém cerca de 98% de sua cobertura florestal. O chamado “coração florestal” do bioma permaneceu bastante preservado, em boa medida pela baixa presença das pressões de desmatamento usualmente vindas de projetos de colonização, eixos rodoviários e atividades predatórias de exploração madeireira e pecuária. Por outro lado, a ocupação por populações tradicionais e indígenas de áreas expressivas desempenha um papel ativo na conservação de seus territórios. No estado do Amazonas, quase metade da superfície do estado encontra-se sob alguma categoria de proteção.

No entanto, a criação de uma unidade de conservação não garante per si sua preservação ambiental. São necessárias várias outras iniciativas, de gestão, fiscalização e, principalmente, valorização do ativo florestal, para que seja atrativa sua manutenção. No caso das unidades de uso sustentável, isso depende do envolvimento e da melhoria da qualidade de vida de suas populações, por meio de políticas sociais adequadas a sua realidade, fortalecimento comunitário e incremento nas possibilidades de geração de renda em atividades sustentáveis.

É preciso levar em conta que existem pressões de atividades predatórias, representadas pelo arco do desmatamento, principalmente no sul do estado. Além disso, a falta de alternativas econômicas sustentáveis faz da derrubada da floresta uma das estratégias de sustento na região.

Lógica de Intervenção

O Programa Bolsa Floresta (PBF) reconhece, valoriza e recompensa as populações tradicionais, que assumiram o compromisso formal do desmatamento zero.

O PBF promove a transferência direta de renda às famílias que aderem ao acordo de não mais desmatar, sendo um sistema amplo de concessão dos benefícios, estruturado de modo a incentivar o associativismo, a renda, a produção sustentável e os serviços sociais básicos, por meio de seus quatro componentes: Renda, Social, Associação e Familiar.

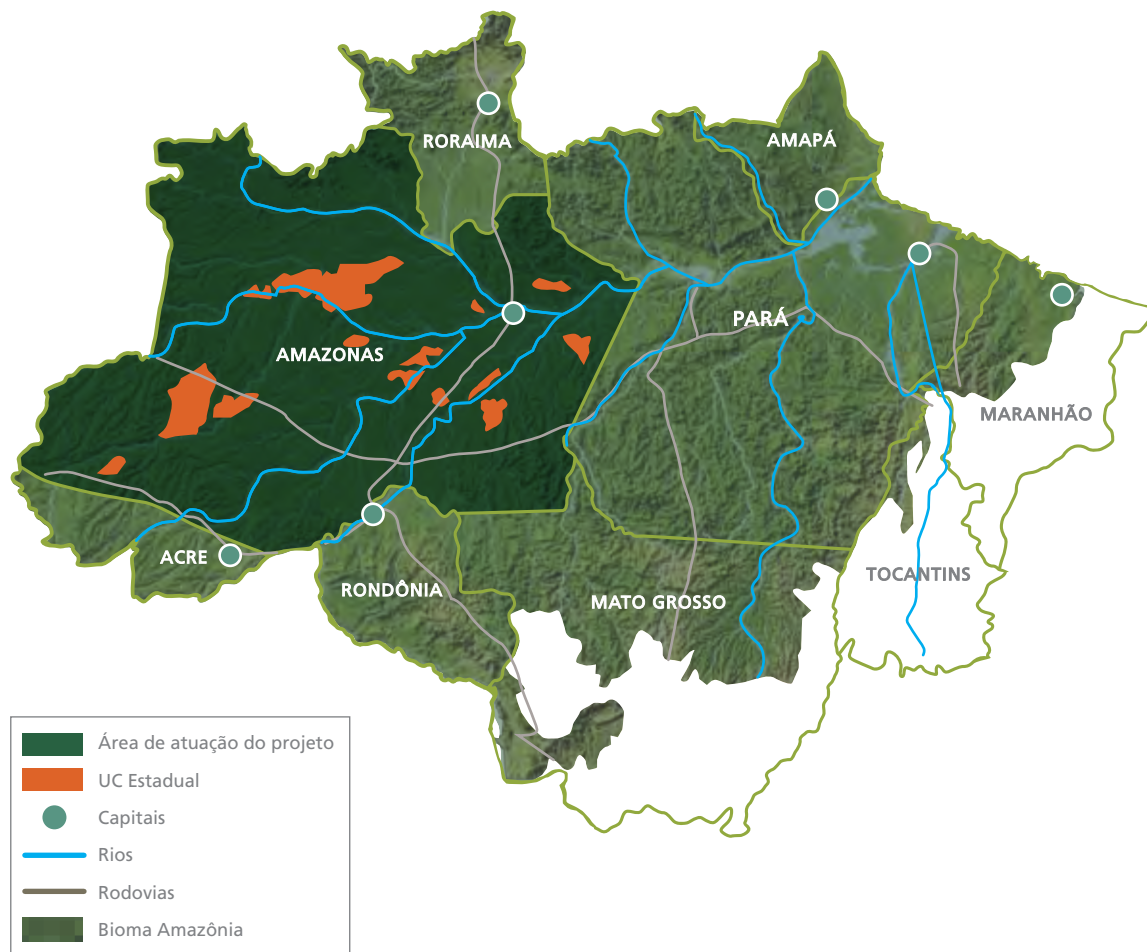
Além disso, estão sendo implementados programas de apoio que têm a função de realizar ações de caráter estruturante, divididas em cinco eixos temáticos: produção sustentável, saúde e educação, fiscalização e monitoramento, gestão de unidades de conservação e desenvolvimento científico.

Os aportes ao projeto distribuem-se da seguinte forma: 58% para o componente Renda, 10% para o componente Associação, com apoio do Fundo Amazônia, e 32% para as ações dos programas de apoio, com recursos da contrapartida.

Resultados Esperados

- 3.950 novas famílias atendidas, totalizando 10 mil famílias beneficiadas pelo Bolsa Floresta; e
- Ampliado de 14 para 20 o número de UCs contempladas pelo programa.

FIGURA 49: BOLSA FLORESTA



OS QUATRO COMPONENTES DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA

BOLSA FLORESTA RENDA (BFR):

Destina-se ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, mel e castanha, entre outros. A meta é promover arranjos produtivos e certificação de produtos que aumentem o valor recebido pelo produtor. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento, que estejam legalizadas e que valorizem a floresta em pé. Exemplos de investimento: infraestrutura de armazenamento, barcos e tratores para escoamento da produção.

BOLSA FLORESTA SOCIAL (BFS):

Dedicado à melhoria da educação, da saúde, da comunicação e do transporte, componentes básicos para a construção da cidadania dos moradores da floresta. As ações são desenvolvidas em parceria com os órgãos governamentais responsáveis e outras instituições. Exemplos de investimento: rádios, para facilitar o atendimento de emergência, e ambulanchas, para locomover pacientes de localidades isoladas.

BOLSA FLORESTA ASSOCIAÇÃO (BFA):

Voltado às associações dos moradores das UCs, equivale a 10% da soma de todas as Bolsas Floresta Familiares. Sua função é promover a gestão participativa por meio do fortalecimento da organização co-

munitária, do fortalecimento das comunidades e do controle social do Programa Bolsa Floresta, visando à implementação da UC.

Exemplos de investimento: construção da sede e kit associação (computador, impressora, kit energia solar e voadeira).

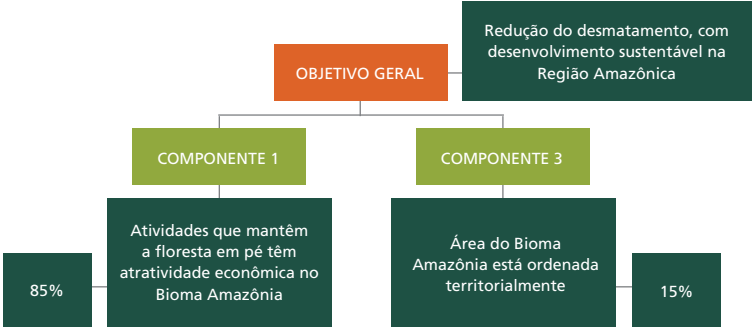
BOLSA FLORESTA FAMILIAR (BFF):

Tem como objetivo envolver as famílias moradoras e usuárias das UCs estaduais na redução do desmatamento e na valorização da floresta em pé. Essa modalidade também procura promover o entendimento da realidade socioeconômica e ambiental para melhorar a eficiência na aplicação dos recursos e na avaliação dos resultados dos investimentos. Na prática, é o pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50 por mês, entregue às mães de famílias residentes em UCs, que estejam dispostas a assumir um compromisso de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. O BFF não é um salário e não pretende ser a principal fonte de renda das famílias. É um complemento de renda pago a título de recompensa pela conservação da floresta.

Obs.: Entre os componentes do Programa Bolsa Floresta, o Fundo Amazônia aporta recursos no BFR e o BFA.

Fonte: FAS.

FIGURA 50: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



Projeto: Imazon

Abrangência territorial	11 municípios do estado do Pará
Responsável pelo projeto	Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) <www.imazon.org.br>
Beneficiários	População total dos 11 municípios (cerca de 482 mil habitantes, segundo Censo 2008, IBGE)
Objetivos	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações objetivando acelerar a adesão ao CAR (Cadastro Ambiental Rural); monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e restauração de áreas degradadas na bacia do rio Uraim em Paragominas
Valor total do projeto	R\$ 9.736.473,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 9.736.473,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 29.7.2010
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 3.576.456,36

Contextualização

O estado do Pará é uma das unidades da federação com maior índice de desmatamento, conforme dados de 2009 do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O desmatamento no estado compreende uma área de 245 mil km², correspondendo a 20% de seu território. Serão beneficiados pelo projeto 11 municípios do estado: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis.

Os municípios referentes a esse projeto pertencem à mesorregião Sudeste Paraense (exceto Tailândia). A pecuária de corte, com um rebanho bovino de pouco mais de dois milhões de cabeças, se destaca como uma das principais atividades econômicas na região. O estado do Pará possui o quinto maior rebanho bovino do país, com aproximadamente 17 milhões de cabeças, sendo os produtos agrícolas de destaque arroz, feijão, milho e soja (IBGE, 2009).

Cabe ressaltar, ainda, que seis dos 11 municípios contemplados pelo projeto foram incluídos na lista do Ministério do Meio Ambiente de municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia.

Lógica de Intervenção

O projeto desenvolvido pelo Imazon no estado do Pará baseia-se no incentivo à adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) por parte dos produtores rurais, tornando possível a regularização ambiental das propriedades e o acesso ao crédito.

Além disso, o CAR permitirá aos órgãos ambientais estadual e municipais conhecer, com mais exatidão, as áreas rurais de seus territórios. A adesão ao CAR implica o compromisso dos proprietários rurais – mediante a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – de recuperar áreas degradadas, o que também auxiliará a exclusão desses 11 municípios, aos quais estas áreas rurais pertencem, da relação dos municípios que mais desmatam na Amazônia.

O projeto prevê o monitoramento do desmatamento nesses municípios por meio de imagens de satélite. O Imazon utilizará o seu sistema de monitoramento mensal de desmatamento, baseado no Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), com o objetivo de orientar as ações de apoio à fiscalização e redução de desmatamento.

Vale destacar que no território de Paragominas – que é um dos municípios beneficiados pelo projeto –, encontra-se a Bacia do Uraim, atualmente com grande parte de suas áreas de preservação permanente degradada, o que coloca em risco o abastecimento de água do município. Com aproximadamente 185 km de extensão, o rio Uraim fornece cerca de 80% da água de Paragominas, e um dos objetivos do projeto é o planejamento da paisagem da Bacia do Uraim no município, para restauração das áreas degradadas.

Por meio da análise de imagens de satélite, serão identificados os graus de degradação da área para definição das linhas de ação mais indicadas. Baseado nessas informações, será produzido o plano de recuperação da bacia que será útil para: (i) orientar a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta dos imóveis dessa região para fins de regularização ambiental do CAR; (ii) auxiliar a implantação do programa de plantio de mudas da prefeitura; e (iii) subsidiar a análise do potencial de negócios com sequestro de carbono via recuperação florestal nessa região.

Resultados Esperados

- Municípios capacitados para que consigam sair da lista do Ministério do Meio Ambiente de áreas prioritárias para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia;
- Pactos ambientais para redução do desmatamento estabelecidos;
- Transparência da regularização ambiental e fundiária aumentada;
- Planejamento para recuperação de áreas degradadas na Bacia do Uraim elaborado.

FIGURA 51: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



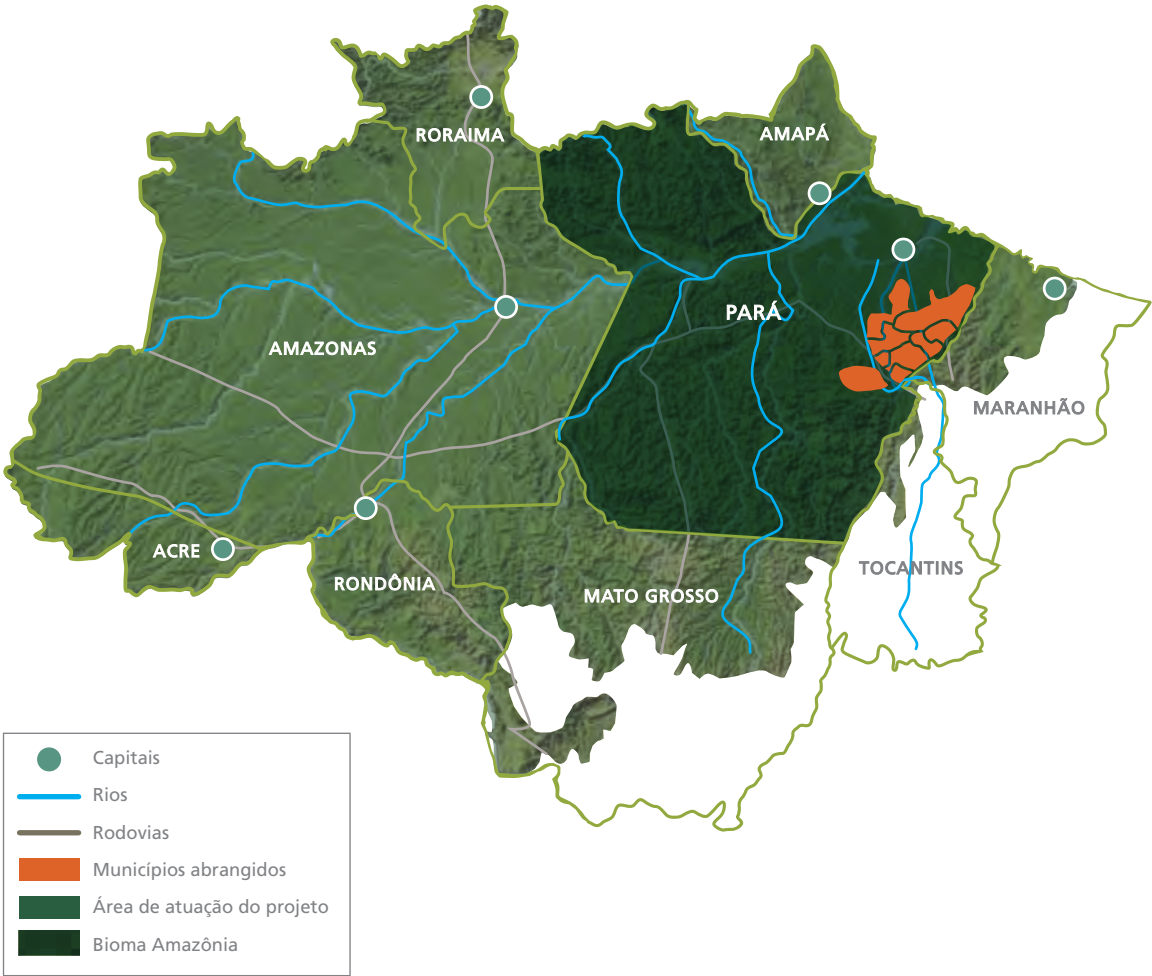
MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS NO PROJETO

Os municípios de Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis totalizam uma área de 66.640 km². Seis desses municípios integram a lista do Ministério do Meio Ambiente dos municípios de áreas prioritárias para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia. Destes, nove foram incluídos em 2009 no programa Arco Verde Terra Legal do Governo Federal, que alia três componentes: incentivos a atividades sustentáveis, adequação ambiental e regularização fundiária de imóveis rurais.

Apenas dois dos 11 municípios desse projeto não fazem parte dos programas mencionados – Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins –, mas foram incluídos como área de atuação por possuírem mais de 50% de sua área desmatada e por estarem conectados espacialmente aos outros municípios, o que é uma oportunidade de ampliar a abrangência do projeto e aproveitar o interesse dos municípios em desenvolver atividades de prevenção ao desmatamento e degradação florestal.



FIGURA 52: IMAZON



Projeto: Sementes do Portal

Abrangência territorial	Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte do estado de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá
Responsável pelo projeto	Instituto Ouro Verde <www.ouroverde.org.br>
Beneficiários	Agricultores familiares e comunidade indígena Terena do estado de Mato Grosso
Objetivo	Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de preservação permanente e reserva legal) e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do território Portal da Amazônia, por meio da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda.
Valor total do projeto	R\$ 5.433.450,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 5.433.450,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 25.3.2010
Valor desembolsado (até 31.12.2011)	R\$ 3.357.817,86

Contextualização

A ocupação de terras na Região Amazônica demonstra, em muitos casos, certo padrão, caracterizado pelo desmatamento, uso inadequado e abandono das áreas. Essa ocupação das áreas ocorre de forma desordenada e intensa, por meio de uma atividade específica (madeira, garimpo, pecuária) com geração temporária de valor e atração populacional, para depois ser praticamente abandona-

da. Na região do Portal da Amazônia, localizada no extremo norte de Mato Grosso, esse processo de ocupação não foi diferente, passando pelos ciclos do ouro, da madeira e da pecuária.

Esse desmatamento comprometeu até áreas de preservação permanente, com graves danos aos serviços ambientais prestados, especialmente no que se refere aos recursos hídricos, concentração de renda e de terras e fragilidade econômica e social de toda a região. Estima-se, por exemplo, que mais de 30% das áreas de pastagens da região (cerca de 300 mil hectares) estejam completamente degradadas, com redução significativa de sua capacidade de suportar a atividade pecuária.

Nos assentamentos rurais, essa dinâmica soma-se ao modo inadequado e desorganizado com que foram implantados, sem um diagnóstico ambiental das áreas a serem ocupadas, muitas delas extremamente degradadas, sem apoio técnico e de crédito que possibilitasse aos agricultores adotar práticas agrícolas mais adequadas à região e também aprender a valorizar e manejar os recursos florestais.

Outros problemas enfrentados por esses agricultores são a desarticulação social, a pressão de venda das terras pelos grandes fazendeiros e o desconhecimento de alternativas econômicas sustentáveis. O crescente esforço das autoridades públicas pelo cumprimento da legislação ambiental tornou aparente o passivo ambiental de boa parte dessas propriedades, o que representa um desafio adicional, por causa da falta de apoio técnico para a elaboração dos projetos de recuperação ambiental e dos custos associados.

Lógica de Intervenção

O projeto Sementes do Portal pretende atuar nesse contexto, visando à recuperação de áreas degradadas por meio da estruturação das bases sociais e tecnológicas que possibilitem aos agricultores familiares envolvidos continuar por conta própria o processo de recuperação ambiental.

Trata-se de uma ação que está em sintonia com as recentes discussões realizadas no estado de Mato Grosso envolvendo a recuperação e o reflorestamento de áreas degradadas (plano estadual de combate ao desmatamento e às queimadas).

A utilização de Sistemas Agroflorestais (SAFs) para promover a recuperação ambiental das áreas degradadas busca adequar as propriedades rurais à legislação ambiental; proteger e valorizar os serviços ambientais prestados por essas áreas, em especial a manutenção dos cursos d'água; desenvolver uma alternativa econômica de atividade na propriedade; e fortalecer a segurança alimentar das famílias.

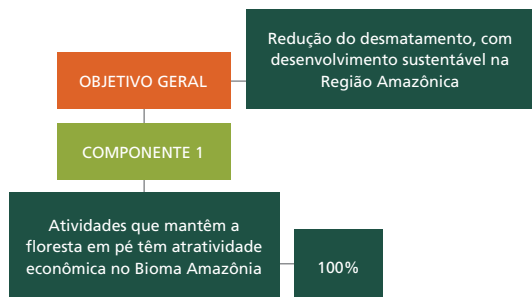
No longo prazo, o projeto busca fortalecer outro modo de relação dos agricultores com a terra, por meio da valorização da floresta, da introdução de conceitos e técnicas como a muvuca (técnica de implantação de agroflorestas por meio do plantio conjunto e do manejo de várias espécies de sementes florestais e agrícolas) e da discussão da necessidade de práticas nocivas ao meio ambiente, como a queimada e o uso intensivo de pesticidas e fertilizantes.

De forma complementar, o projeto também visa fomentar a coleta de sementes nativas como uma alternativa econômica importante na região, dentro de práticas e parâmetros ambientais adequados à reprodução sustentável dos recursos florestais, minimizando os impactos causados pela atividade. Isso se dará por meio da implantação de casas de semente e do fortalecimento de uma rede de coletores que compartilhem conhecimento técnico e tradicional sobre o assunto. A participação da etnia Terena nessa atividade será de fundamental importância, já que sua área é bastante preservada e mantém muitas espécies florestais difíceis de serem encontradas na região.

Resultados Esperados

- 1.200 hectares de áreas degradadas entre APPs e reserva legal recuperados; e
- Rede de coleta, armazenamento e distribuição de sementes implantada.

FIGURA 53: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



TÉCNICA DE MUVUCA

Na técnica de muvuca, ou mistura de sementes, as árvores são semeadas em alta densidade, de modo que se estabeleçam dez árvores por metro quadrado. As sementes das árvores, após a “quebra de dormência”, são misturadas com terra e umedecidas, na consistência de uma farofa, que é então distribuída, em linhas, no terreno. Para uma boa distribuição no campo, a mistura de sementes que tenha sido preparada, por exemplo, para seis linhas de plantio pode ser dividida em seis montinhos, de modo que, a cada linha, um montinho seja distribuído.

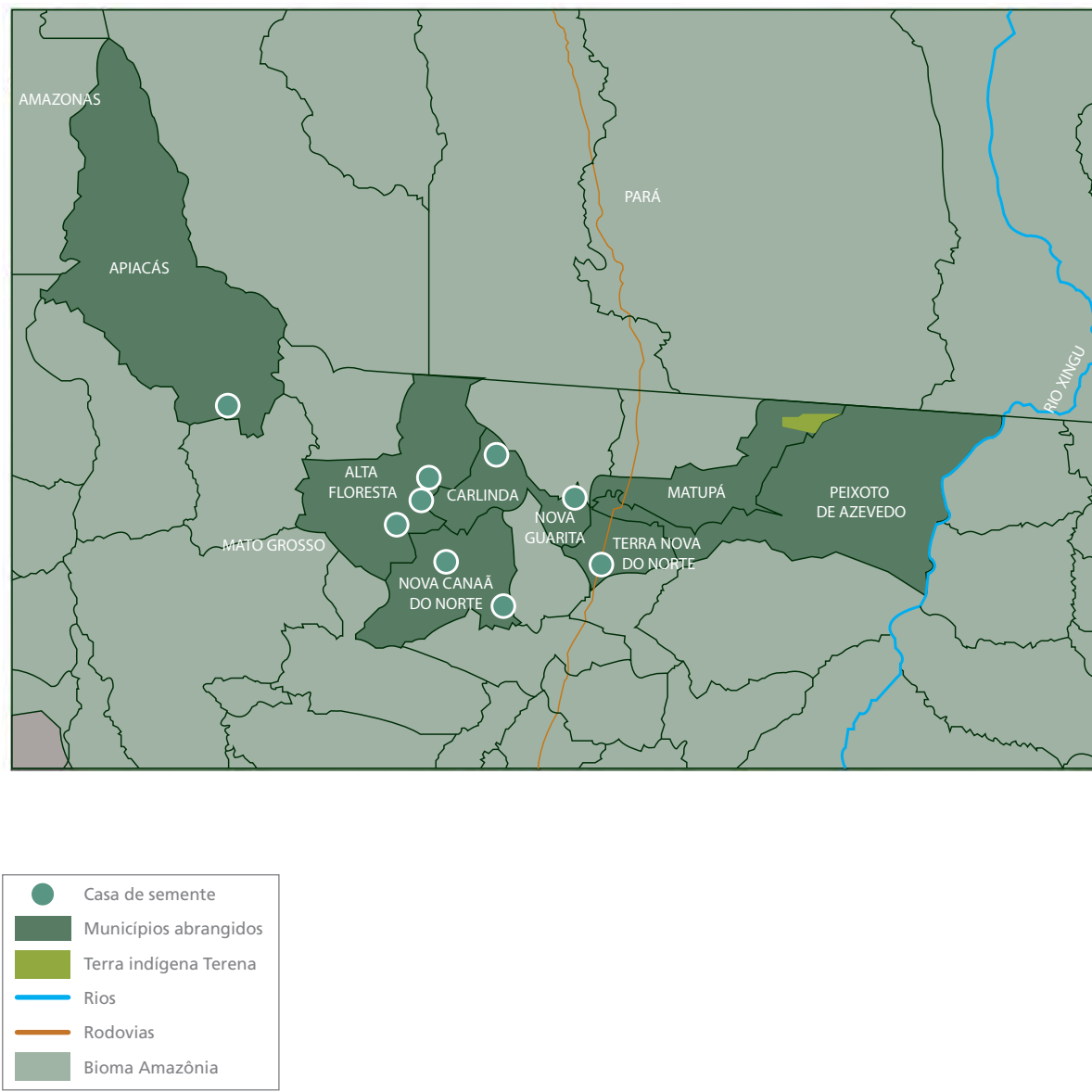
As sementes das árvores podem germinar facilmente ou demorar muito tempo para germinar, o que é chamado de dormência. Essa é a maneira que as plantas têm para que as sementes sobrevivam por muito tempo no chão, esperando as melhores condições ambientais para germinar. Para acelerar a germinação, existem maneiras de “quebrar a dormência” das sementes. Para as sementes duras, recomenda-se lixar, ralar ou cortar com cuidado a casca, criando uma pequena abertura. O corte deve ser feito sempre no lado oposto ao arilo (o “olho” de onde sai o broto). Outra maneira é provocar um choque térmico na semente, mergulhando-a por um minuto em água quente (até 80°C) e em água fria em seguida. Para todos os casos, recomenda-se deixar a semente 24 horas em água antes de plantar, à temperatura ambiente, para que a água seja absorvida pela semente.

Fonte: Cartilha liberdade e vida com agroflorestas.

FIGURA 54: SEMENTES DO PORTAL



FIGURA 55: DETALHAMENTO DO PROJETO



Projeto: Virada Verde

Abrangência territorial	12 municípios dos estados de Mato Grosso e do Pará
Responsável pelo projeto	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) < www.nature.org/brasil >
Beneficiários	Prefeituras municipais e produtores rurais em geral dos municípios abrangidos pelo projeto
Objetivo	Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios dos estados de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao CAR e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite
Valor total do projeto	R\$ 19.200.000,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 16.000.000,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)
Situação em 31.12.2011	Contratado em 13.4.2010
Valor desembolsado	R\$ 6.772.778,00

Contextualização

A área de abrangência do projeto contempla 12 municípios no Bioma Amazônia, sendo alguns localizados em área de transição com o Cerrado. São sete municípios em Mato Grosso (Campos de Júlio, Cotriguaçu, Juruena, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Sapezal e Tapurah) e cinco no Pará (Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã). Majoritariamente, esses municípios abrigam atividades econômicas ligadas à exploração madeireira, ou à pecuária e/ou à soja, sob forte pressão de desmatamento.

Nova Ubiratan, Tapurah, Nova Mutum, Sapezal e Campos de Julio fazem parte do polo da soja no Mato Grosso, onde parte das propriedades rurais tem pendências relacionadas à legislação ambiental.

Os municípios de Cotriguaçu e Juruena localizam-se na região noroeste do estado de Mato Grosso, onde a exploração madeireira ainda é muito forte, tendo sido essa região área prioritária de execução do Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI).²⁰

Os municípios de São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Tucumã, Cumaru do Norte e Bannach localizam-se na região de São Félix do Xingu, no estado do Pará, onde a pecuária bovina representa a principal forma de uso do solo. Essa região destaca-se na lista do Ministério do Meio Ambiente dos municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento. Entretanto, apesar de liderar as taxas de desmatamento na Amazônia em relação à área total, a região ainda detém o maior remanescente florestal e um dos mais importantes mosaicos de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação) do estado do Pará.

Lógica de Intervenção

Esse projeto busca sensibilizar, mobilizar e integrar atores – como os governos estaduais e municipais, associações, sindicatos e produtores rurais –, para a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico pautado na adequação ambiental e na sustentabilidade socioambiental do território, por meio da promoção do CAR e do incentivo aos processos de regularização ambiental de propriedades rurais em sete municípios do estado de Mato Grosso e cinco do estado do Pará.

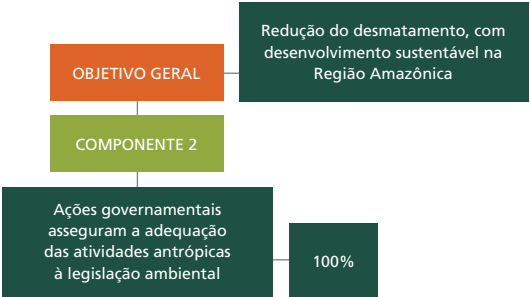
²⁰ O PGAI é o principal braço executor do Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN), parte integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7).

Resultados Esperados

- Adesão de pelo menos 50% dos proprietários acima de 150 hectares ao CAR;
- Portal do cadastro das propriedades, com dados necessários ao processo de adequação ambiental;
- Pelo menos dez milhões de hectares com base cartográfica atualizada e imagens de satélite de alta resolução disponíveis;
- Pelo menos 20% das propriedades inseridas no CAR das Semas PA e MT em processo de licenciamento final; e
- Sistema customizado de monitoramento de reserva legal e APPs gerando mapas e relatórios para propriedades cadastradas.



FIGURA 56: LÓGICA DE INTERVENÇÃO



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro dos imóveis rurais na Secretaria de Meio Ambiente do estado em que se encontra o imóvel rural, por meio de georreferenciamento da área total, contemplando a identificação da reserva legal, da área de preservação permanente, da parte de uso alternativo do solo e o que deve ser recuperado dentro da propriedade.

O CAR é o primeiro passo para a obtenção do licenciamento ambiental. Está vinculado ao imóvel rural, independentemente de transferência de propriedade, posse ou domínio. Permite dar continuidade ao processo de regularização ambiental do empreendimento rural e abre possibilidades para obtenção de empréstimos bancários. Esse ato formal cria as condições para o monitoramento do desmatamento ilegal e é um importante instrumento para a proteção da Floresta Amazônica.

FIGURA 57: VIRADA VERDE





ANEXO 1

Membros e suplentes do COFA em 2011

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Teixeira
Mauro Oliveira Pires

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Alexandre Comin
Demétrio Florentino de Toledo Filho

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

André Odenbreit Carvalho
Maximiliano da Cunha Henrique Arienzo

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Caio Tibério Dornelles da Rocha
Erikson Camargo Chadoha

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Marco Aurélio Pavarino
César José de Oliveira

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Carlos Afonso Nobre
Carlos Alfredo Joly

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Rodrigo Lofrano Alves dos Santos
Leiza Martins Mackay Dubugras

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Cibele Fernandes Dias Knoerr
Arnaldo Carneiro Filho

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Elvio Lima Gaspar
Sergio Eduardo Weguelin Vieira

ESTADOS AMAZÔNICOS

ACRE

Carlos Edegard de Deus
Carlos Ovídio Duarte Rocha

AMAZONAS

Nadia Cristina D'Avila Ferreira
João Henrique Talocchi

AMAPÁ

Juliano Del Castelo Silva
Fabrício de Paula Santos Gomes

MARANHÃO

Fábio Gondim Pereira da Costa
Maria Olindina Medeiros Moreira

MATO GROSSO

Vicente Falcão de Arruda Filho
Ernandy Maurício Bacarat de Arruda

PARÁ

Teresa Lusía Mártires C. Cativo Rosa
Maria de Nazaré Imbiriba Mitschein

RONDÔNIA

Nanci Maria Rodrigues da Silva
Francisco de Sales Oliveira dos Santos

RORAIMA

Sérgio Pillon Guerra
Luís Emi de Souza Leitão

TOCANTINS

Divaldo José da Costa Rezende
Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues

SOCIEDADE CIVIL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)

Justiniano de Queiroz Neto
Mario Augusto de Campos Cardoso

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB)

Lúcio Paiva Flores
Joênia Batista de Carvalho

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)

Rosicleia dos Santos
Eliziário Noé Boeira Toledo

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE (FBOMS)

Adriana Ramos
Joana Carlos Bezerra

FÓRUM NACIONAL DAS ATIVIDADES DE BASE FLORESTAL (FNABF)

Geraldo Bento
Ramiro Azambuja da Silva

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)

Helena Bonciani Nader
Ennio Candotti

**Durante o ano de 2010, tiveram também em
exercício os seguintes integrantes:**

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Thais Linhares Juvenal
Suplente até 17 de outubro de 2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Armando de Mello Meziat
Titular até 3 de outubro de 2011
Marcos Otávio Bezerra Prates
Suplente até 3 de outubro de 2011

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Renato Barros de Aguiar Leonardi
Suplente até 3 de outubro de 2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Derli Dossa
Titular até 3 de outubro de 2011
Helinton José Rocha
Suplente até 3 de outubro de 2011

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luiz Antonio Rodrigues Elias
Titular até 5 de outubro de 2011
Maria Luiza Braz Alves
Suplente até 5 de outubro de 2011

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello
Titular até 3 de outubro de 2011
Johaness Eck
Suplente até 3 de outubro de 2011

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Alberto Carlos Lourenço Pereira
Titular até 3 de outubro de 2011
Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo
Suplente até 3 de outubro de 2011

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**
Eduardo Rath Fingerl

Titular até 16 de maio de 2011
Julio César Maciel Ramundo
Titular até 13 de setembro de 2011

ESTADOS AMAZÔNICOS

ACRE

Fábio Vaz de Lima
Titular até 29 de março de 2011
Eufan Ferreira do Amaral
Suplente até 29 de março de 2011

AMAZONAS

Graco Diniz Fregapani
Suplente até 10 de fevereiro de 2011
Natalie Unterstell
Suplente até 13 de setembro de 2011

AMAPÁ

Antônio Pinheiro Teles Júnior
Titular até 5 de outubro de 2011
Raimundo Nonato Pires
Suplente até 5 de outubro de 2011

MATO GROSSO

Vivaldo Lopes Sias
Titular até 5 de janeiro de 2011
Alexander Torres Maia
Titular até 5 de outubro de 2011

PARÁ

Aníbal Pessoa Picanço
Titular até 18 de julho de 2011
Rodolfo Fernando Moraes Pereira
Suplente até 18 de julho de 2011

RONDÔNIA

Paulo Roberto Ventura Brandão
Titular até 5 de outubro de 2011
Maria Dolores dos Santos da Costa
Suplente até 5 de outubro de 2011

RORAIMA

Haroldo Eurico Amóras dos Santos
Titular até 5 de outubro de 2011
Sérgio Pillon Guerra
Suplente até 5 de outubro de 2011

TOCANTINS

David Siffert Torres
Titular até 5 de outubro de 2011
Marcelo Olímpio Carneiro Tavares
Suplente até 5 de outubro de 2011

SOCIEDADE CIVIL

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB)
Antonio Marcos de Oliveira Alcântara Apurinã
Titular até 3 de outubro de 2011
Sonia Boné de Souza Silva Santos
Suplente até 3 de outubro de 2011

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA
AGRICULTURA (CONTAG)**

Fani Mamede
Suplente até 3 de outubro de 2011

**FÓRUM NACIONAL DAS ATIVIDADES DE BASE
FLORESTAL (FNABF)**

João Carlos Baldasso
Titular até 5 de outubro de 2011
Fernando Castanheira Neto
Suplente até 25 de outubro de 2011

**SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O
PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)**

Marco Antonio Raupp
Titular até 3 de outubro de 2011
Helena Bonciani Nader
Suplente até 3 de outubro de 2011

ANEXO 2

Equipe BNDES/Fundo Amazônia

ÁREA DE MEIO AMBIENTE DO BNDES

SUPERINTENDENTE

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA (DEFAM)/ÁREA DE MEIO AMBIENTE

CHEFE DO DEPARTAMENTO

Claudia Soares Costa

EQUIPE QUE, AO LONGO DE 2011, INTEGROU O DEFAM

Ana Luiza Landim, Ana Paula de Almeida Silva, Anderson Ana Luíza Pinto Ferreira Landim, Ana Paula de Almeida Silva, Anderson Márcio de Oliveira, André Banhara Barbosa de Oliveira, Angela Albernaz Skaf, Bernardo Martim Ferreira Saavedra Félix, Bernardo Von Haehling Braune, Daniel Rossi Soeiro, Dílson Ojeda Pires, Eduardo Bizzo de Pinho Borges, Eduardo Fonseca Brasil, Fábio Maciel Plotkowski, Gil Vidal Borba, Guilherme Arruda Accioly, Jorge Reis de Vasconcellos Sandes, Jose Eduardo Rocha Pinto, Júlio Salarini Guiomar, Marcos Vinicius da Silva Rocha, Mariana Bloomfield Coutinho, Mariana Guimarães Lima, Mauricio Busnello Furtado, Natália Faria de Souza, Renata Del Vecchio Gessulo, Roberto Pereira Riski, Rubem Carlos de Souza Studart, Simone Marafon Schneider, Telma de Castro Guimarães, Vivian Tavares da Costa e Wagner Gonzalez de Oliveira.

ESTAGIÁRIOS

Luís Fernando Correa Pinto e Emanuelle Makiyama Bezerra

ANEXO 3



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22^a, 25^a e 26^a andares
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Administrador do
Fundo Amazônia
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES)
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2012


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

FUNDO AMAZÔNIA

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.200	85.994
Total do Ativo		<u>41.200</u>	<u>85.994</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Recursos de projetos	5	39.934	84.394
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit acumulado		1.266	1.600
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>41.200</u>	<u>85.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
RECEITAS			
Receita de doações para investimentos	5	59.740	11.106
Receita de doações para custeio	4	219	1.687
Receita financeira	4	8.344	5.244
DESPESAS			
Despesas com doações para investimento	5	(59.740)	(11.106)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	5	(8.184)	(5.086)
Despesas administrativas	6	(713)	(1.350)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(334)	495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Superávit acumulado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.105
Superávit do exercício de 2010	495
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.600
Déficit do exercício de 2011	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit /Déficit do exercício		(334)	495
Despesa com remuneração de recursos de projetos	5	8.184	5.086
Remuneração sobre antecipação de recursos pelo BNDES		-	(143)
Recursos oriundos das atividades operacionais		7.850	5.438
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos captados para projetos	5	7.096	54.557
Recursos aplicados em projetos	5	(59.740)	(11.106)
Recursos oriundos de atividades de financiamentos		(52.644)	43.451
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(44.794)	48.889
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		85.994	37.105
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	41.200	85.994
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(44.794)	48.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

O Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que também se incumbe da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados.

O Fundo Amazônia conta com um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos.

O Fundo Amazônia começou a operar efetivamente em 9 de outubro de 2009, mediante recebimento de recursos de doação.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo as suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos, em conformidade com a NBC – 10.19 (Norma Brasileira de Contabilidade), aprovada pela Resolução nº 877, de 18 de abril de 2000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicação financeira de liquidez imediata e com insignificante risco de variação no valor de mercado. Essas aplicações estão classificadas como títulos e valores mobiliários para negociação e são contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, e ajustadas ao valor de mercado, e estão classificadas no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Recursos de Projetos

Refere-se ao saldo de doações recebidas ainda não aplicados em projetos. Conforme o Decreto 6.527 de 1º de agosto de 2008, somente 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Os valores são registrados no passivo, uma vez que os mesmos não resultam em aumento ou redução do Patrimônio Líquido da Entidade, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

Doações para custeio e Despesas Administrativas

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto 6.527/2008, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A parcela das doações para custeio é contabilizada como receita do período quando efetivamente recebida. As despesas administrativas são contabilizadas pelo regime de competência.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pela metodologia indireta na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades de financiamento, tendo em vista que o Fundo apenas atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Recursos não aplicados (*)	3	6.647
Aplicação financeira	41.197	79.347
Fundo Gaia	39.934	77.949
BNDES	1.263	1.398
Total	<u>41.200</u>	<u>85.994</u>

(*) O Fundo mantém uma média de R\$3 (três mil reais) em conta corrente, não aplicados, para eventuais despesas administrativas debitadas pelo BNDES. Em 2010, a conta apresentava o saldo de R\$6.647 (seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil reais), referente à doação recebida pelo KFW em 31 de dezembro de 2010, que permaneceu na conta corrente bancária até 03 de janeiro de 2011.

Conforme o Decreto 6.527 de 01 de agosto de 2008, o percentual de 97% das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segrega estes recursos em conta de investimento específica. Os recursos estão aplicados no Fundo Exclusivo Gaia, gerido pelo Banco do Brasil DTVM, lastreados em títulos públicos e são remunerados com base no índice de rendimento do Fundo Gaia.

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	<u>2011</u>		
	Total	Recursos para projetos (Fundo Gaia)	Recursos para custeio
Saldo em 31 de dezembro de 2010	85.994	84.394	1.600
Rendimento	8.344	8.184 (*)	160
Despesa Administrativa	(713)	-	(713)
Recursos Liberados	(59.740)	(59.740)	-
Doação recebida da Petrobrás	7.315	7.096	219
Saldo em 31 de dezembro de 2011	41.200	39.934	1.266

(*) Neste valor constam R\$ 11 (onze mil reais) referentes a ajuste de remuneração sobre antecipação dos recursos pelo BNDES, registrado em 2010.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	2010		
	Total	Recursos para projetos (Fundo Gaia)	Recursos para Custeio
Saldo em 31 de dezembro de 2009	37.105	35.989	1.116
Rendimento	5.244	5.099	145
Remuneração sobre antecipação de recursos pelo BNDES	(143)	(143)	
Despesa Administrativa	(1.350)	-	(1.350)
Recursos Liberados	(11.106)	(11.106)	
Doações recebidas do Ministério Norueguês de Relações Exteriores	49.600	48.111	1.489
Doações recebidas do KFW	6.644	6.444	200
Saldo em 31 de dezembro de 2010	85.994	84.394	1.600

5. RECURSOS DE PROJETOS

O saldo de recursos de projetos foram recebidos dos doadores Ministério Norueguês de Relações Exteriores, KFW e Petrobras e se destinam a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia.

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos:

	<u>2011</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	84.394
Rendimentos	8.184
Recursos liberados	(59.740)
Doações recebidas em 2011	<u>7.096</u>
Total	<u>39.934</u>

	<u>2010</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	36.000
Rendimentos	5.086
Remuneração sobre antecipação de recursos pelo BNDES	(143)
Recursos liberados	(11.106)
Doações recebidas em 2010	<u>54.557</u>
Total	<u>84.394</u>

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

O montante de R\$ 59.740 em 2011 (R\$11.106 em 2010) está registrado em conta de resultado nas rubricas Receita de doações para investimentos e Despesas com doações para investimentos se anulando pelo fato do Fundo Amazônia não ter fins lucrativos.

Os recursos de projetos são remunerados com base no mesmo índice de atualização de caixa e equivalentes de caixa.

Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2011, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

<u>Doador</u>	
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	83.468
KFW	6.444
Petrobrás	<u>7.096</u>
Total	<u>97.008</u>

Os valores acima correspondem a 97% das doações.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

Os valores liberados para projetos são apresentados no quadro abaixo:

Beneficiário	Valor do apoio contratado	Valor liberado em 2010	Valor liberado em 2011	Total liberado	Saldo a liberar
Estado do Acre	60.000	-	31.557	31.557	28.443
Município de Alta Floresta/MT	2.781	-	2.352	2.352	429
Estado do Amazonas	20.000	-	1.129	1.129	18.871
Estado do Mato Grosso / Bombeiros / MT	12.625	-	-	-	12.625
Município de Carlinda/MT	1.871	-	1.160	1.160	711
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	19.169	3.999	3.110	7.109	12.060
Fundo DEMA	9.347	-	591	591	8.756
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) / ARPA	20.000	4.999	-	4.999	15.001
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) / KAYAPO	16.900	-	-	-	16.900
Instituto Floresta Tropical (IFT)	7.449	-	1.726	1.726	5.723
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)	9.736	-	3.577	3.577	6.159
Instituto Ouro Verde (IOV)	5.433	1.335	2.023	3.358	2.075
Município de Marcelândia / MT	669	-	-	-	669
Museu da Amazônia (MUSA)	8.454	-	2.437	2.437	6.017
Município de Porto dos Gaúchos/MT	134	-	121	121	13
Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará	15.923	-	3.216	3.216	12.707
Instituto de Conservação Ambiental "The Nature Conservancy do Brasil" (TNC)	16.000	773	6.000	6.773	9.227
Fundação MURAKI/Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	4.615	-	741	741	3.874
Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) / Universidade Federal do Pará	2.704	-	-	-	2.704
Total	233.810	11.106	59.740	70.846	162.964

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Segue abaixo a abertura das despesas administrativas em 2011 e 2010:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Viagens e Diárias	510	474
Auditoria	113	68
Comitês	8	16
Seminários e Eventos	16	483
Publicidade	55	304
Outras Despesas	<u>11</u>	<u>5</u>
Total	<u>713</u>	<u>1.350</u>

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)



SELMO ARONOVICH
SUPERINTENDENTE DA ÁREA FINANCEIRA



CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador
CRC-RJ 087956/O-8

ANEXO 4



REGRAS APLICÁVEIS À UTILIZAÇÃO E SOLICITAÇÃO, PELO BNDES, DOS RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DAS DOAÇÕES DESTINADAS AO FUNDO AMAZÔNIA

1. Siglas e Definições Utilizadas

VDCI	Valor Disponível em Caixa para uso imediato (recursos alocados para semestres anteriores e que não foram utilizados)
VDCIA	Valor Disponível em Caixa para uso imediato Atualizado (parcela do saldo disponível do Fundo Gaia alocada para uso no semestre seguinte)
NR	Necessidade de Recursos
NRA	Necessidade de Recursos Ajustada
PTRNS	Pontuação Total dos Recursos Não Solicitados
Contrato Diferido	Contrato que prevê a efetiva entrada dos recursos doados ao longo do tempo de sua vigência, mediante solicitações de desembolsos por parte do BNDES.
Doações Instantâneas	Valores depositados no Fundo Gaia, oriundos de doações de varejo, campanhas de arrecadação, ou contratos com a entrada dos recursos desvinculada de solicitação para fim de desembolso por parte do BNDES.
RNS	Recursos Não Solicitados (valor remanescente dos contratos diferidos)
Fundo Gaia	Fundo de investimento em renda fixa, mantido em nome do BNDES, administrado pelo Banco do Brasil, onde os recursos doados permaneçam até o momento de serem desembolsados para os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

2. Escopo

As regras a seguir descritas são aplicáveis à solicitação e utilização, pelo BNDES, dos recursos financeiros oriundos das doações destinadas ao Fundo Amazônia. Os recursos disponíveis no Fundo Gaia deverão ser utilizados de acordo com as regras ora definidas, que buscam atingir o equilíbrio entre as chamadas de recursos dos Contratos Diferidos e das Doações Instantâneas.



3. Alterações

Qualquer alteração do disposto nestas regras deverá ser aprovada por meio de manifestação escrita favorável de todos os doadores com Contratos Diferidos vigentes.

4. Princípios Básicos

i) Os desembolsos para os projetos do Fundo Amazônia previstos para cada semestre devem ser atendidos pelos recursos que estão no caixa do Fundo Gaia (oriundos das transferências de Contratos Diferidos e das Doações Instantâneas já realizadas e ainda não utilizadas pelo BNDES), que estejam alocados para uso no semestre (na forma apresentada abaixo), e, se necessário, por recursos dos Contratos Diferidos que estejam disponíveis, mas ainda não foram solicitados;

ii) Os recursos ingressados no Fundo Gaia devem, sempre que possível, ser desembolsados para os projetos do Fundo Amazônia em, no máximo, 2 (dois) anos contados de sua entrada.

iii) Ao invés de serem utilizados imediatamente, os recursos das Doações Instantâneas deverão ser alocados para desembolso aos projetos do Fundo Amazônia nos três semestres subsequentes ao de seu recebimento.

iv) O montante total a ser solicitado dos Contratos Diferidos vigentes deve ser dividido entre estes atribuindo-se maior prioridade aos contratos mais antigos.

5. Regras

i) Todos os recursos do Fundo Gaia provisionados para uso nos projetos do Fundo Amazônia durante um determinado semestre (semestre 0), mas que não tenham sido desembolsados no semestre em questão, deverão ser usados no semestre subsequente (semestre 1) e comporão o Valor Disponível em Caixa para uso imediato (VDCI).

ii) Todas as Doações Instantâneas recebidas durante um semestre (Semestre 0) deverão ser mantidas no Fundo Gaia até o final de tal semestre, quando elas deverão ser distribuídas para uso nos três semestres subsequentes. Para calcular o valor alocado para cada semestre (Semestres 1, 2 e 3), as Doações Instantâneas deverão ser divididas em três partes proporcionais ao desembolso esperado nos projetos para os três semestres em questão. A parcela das Doações Instantâneas alocada para o Semestre 1 deverá ser adicionada ao VDCI. A essa soma, dar-se-á o nome de Valor Disponível em Caixa para uso imediato Atualizado (VDCIA).



iii) Caso o desembolso dos projetos do Fundo Amazônia previsto para o Semestre 1 exceda o VDCIA, a diferença entre o VDCIA e o desembolso previsto será chamada de Necessidade de Recursos (NR).

iv) A NR deverá ser dividida por 0,97 (noventa e sete centésimos) de forma a compensar o efeito da segregação de 3% (três por cento) que é realizada de todas as doações recebidas pelo Fundo Amazônia para cobertura de seus custos e despesas operacionais relacionadas. O valor obtido pela divisão da NR por 0,97 é chamado de Necessidade de Recursos Ajustada (NRA). A NRA deverá ser solicitada dos doadores que possuam Contratos Diferidos em vigor e cujas condições para desembolso estejam atendidas.

iv.1) Um Contrato Diferido pode ser composto de diversos "subcontratos", cujos recursos podem tornar-se disponíveis em datas diferentes e que, para efeitos de priorização, serão tratados como Contratos Diferidos independentes.

iv.2) Da mesma forma, os Contratos Diferidos podem ser aditados, de forma a aumentar o valor da doação inicial. Nestes casos, os aditivos serão considerados como novos Contratos Diferidos. O valor adicionado em aditivo, para efeitos de priorização, será tratado, portanto, como um contrato independente.

v) Contratos Diferidos com valor de Recursos Não Solicitados (RNS) menor que R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) deverão ser inteiramente desembolsados antes dos demais.

vi) Contratos Diferidos com recursos associados a restrições orçamentárias que demandem suas transferências dentro de um determinado ano fiscal, de acordo com regras aplicáveis aos doadores ou estipulações específicas nos contratos de doação, deverão ser utilizados antes dos demais.

vii) Se a NRA não tiver sido atendida após a aplicação dos itens 'v' e 'vi' acima, recursos do Contrato Diferido Noruega/2009 (primeiro valor estipulado para doação pela Noruega, de acordo com o "Donation Agreement" firmado em 25.03.2009) deverão ser solicitados. Até que este Contrato Diferido seja integralmente desembolsado, nenhuma solicitação de recursos de outros Contratos Diferidos deverá ser realizada.

viii) Se a NRA não tiver sido atendida após a aplicação dos itens 'v' a 'vii' acima, a proporção da NRA que deverá ser solicitada de cada Contrato Diferido deverá ser definida de acordo com as seguintes regras:

- a. Um peso deverá ser atribuído para cada Contrato Diferido, de acordo com o semestre em que seus recursos tornaram-se disponíveis. Para efeitos de atribuição de peso, a data de disponibilidade dos recursos de um contrato é



aquela em que as condições de utilização estejam implementadas, com exceção daquelas atribuídas para cumprimento pelo BNDES ou pelo Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA). No primeiro semestre em que os recursos de um Contrato Diferido estejam disponíveis (semestre 1), o peso associado ao contrato será 1. A cada semestre, o peso será dobrado, de forma que no segundo semestre após a sua disponibilidade seja 2, no terceiro semestre 4, no quarto semestre 8 e assim sucessivamente. Contratos Diferidos com peso 32 passarão a ter, no semestre seguinte, peso 1000.

- b. Para cada Contrato Diferido, o valor do RNS deverá ser calculado. O RNS será equivalente ao valor comprometido no contrato de doação subtraído dos valores que tenham sido desembolsados para o Fundo Amazônia.
- c. O RNS de cada Contrato Diferido deverá ser multiplicado pelo peso do contrato. Realizando-se essa multiplicação para todos os contratos e somando-se os resultados, chegar-se-á à Pontuação Total dos Recursos Não Solicitados (PTRNS).
- d. A parte da NRA que deverá ser solicitada de cada Contrato Diferido deverá ser calculada proporcionalmente à razão entre o valor obtido pela multiplicação do RNS do Contrato Diferido por seu peso e a PTRNS (ou seja, o valor a ser solicitado de cada contrato será $(NRA * RNS * \text{Peso}) / PTRNS$).
- e. Caso o valor a ser solicitado a um ou mais contratos seja maior que o seu RNS, o valor total do RNS de tal contrato deverá ser solicitado. Neste caso, o valor da NRA deverá ser reduzido do valor do RNS do contrato em questão e o procedimento do item "d" deve ser repetido para os outros Contratos Diferidos.
- f. Caso haja mais de um Contrato Diferido em vigor e com condições de utilização atendidas entre o BNDES/Fundo Amazônia e um determinado doador (por exemplo, quando um doador comprometeu recursos por meio de diversos "subcontratos" com disponibilidades diferenciadas, caracterizando mais de um Contrato Diferido), o valor a ser solicitado de cada um desses contratos deverá ser calculado separadamente, mas os montantes apurados deverão ser somados e solicitados do Contrato Diferido do doador em questão que possua maior peso. Caso o valor total seja maior que o RNS do Contrato Diferido sob comento, o excesso deverá ser solicitado do Contrato Diferido com o segundo maior peso entre os contratos do doador.



6. Exemplo de Aplicação das Regras

6.1.1 Exemplo de Cálculo dos Pesos dos Contratos Diferidos

Semestre em que os recursos tomaram-se disponíveis	Semestre atual: Ano t, semestre 2
Ano t-3, semestre 1	1000
Ano t-3, semestre 2	1000
Ano t-2, semestre 1	32
Ano t-2, semestre 2	16
Ano t-1, semestre 1	8
Ano t-1, semestre 2	4
Ano t, semestre 1	2
Ano t, semestre 2	1

6.1.2 Exemplo de Aplicação das regras (valores e datas meramente ilustrativos)

i) Supondo que, no final do primeiro semestre de 2011 (fim de 2011/1, início de 2011/2), o Fundo Gaia tenha R\$ 40 milhões disponíveis, dos quais R\$ 25 milhões são recursos ainda não utilizados recebidos de Contratos Diferidos que deveriam ter sido usados em semestres anteriores (VDCI), e R\$ 15 milhões são de Doações Instantâneas. Destas últimas, R\$ 10 milhões foram doados em 2011/1 (semestre 0) e R\$ 5 milhões correspondem a Doações Instantâneas realizadas em semestre anteriores. Neste exemplo, assume-se que os R\$ 5 milhões doados através de Doações Instantâneas em semestres anteriores foram integralmente alocados para uso em 2011/2.

ii) Os valores esperados dos desembolsos aos projetos do Fundo Amazônia em 2011/2, 2012/1 e 2012/2 serão, respectivamente, R\$ 80 milhões, R\$ 170 milhões e R\$ 150 milhões. As Doações Instantâneas recebidas em 2011/1 (R\$ 10 milhões) deverão ser distribuídas pelos três semestres subsequentes de forma proporcional ao desembolso previsto para cada um deles, da seguinte forma:

$$2011/2: R\$ 10 \text{ milhões} \cdot 80 / (80 + 170 + 150) = R\$ 2 \text{ milhões}$$

$$2012/1: R\$ 10 \text{ milhões} \cdot 170 / (80 + 170 + 150) = R\$ 4,25 \text{ milhões}$$



2012/2: R\$ 10 milhões * 150 / (80 + 170 + 150) = R\$ 3,75 milhões

O VDCIA para 2011/2 será o resultado da soma da VDCI, da parte das Doações Instantâneas recebidas em 2011/1 que foi alocada para uso em 2011/2 (R\$ 2 milhões) e das Doações Instantâneas realizadas em semestres anteriores e que tenham sido alocadas para uso em 2011/2 (R\$ 5 milhões).

VDCI	R\$ 25 milhões
Parte das Doações Instantâneas recebidas em 2011/1 (alocada para 2011/2)	R\$ 2 milhões
Doações Instantâneas recebidas anteriormente e alocadas para 2011/2	R\$ 5 milhões
VDCIA	R\$ 32 milhões

iii) Como o desembolso previsto para 2011/2 é de R\$ 80 milhões e R\$ 32 milhões dos recursos que já estão no Fundo Gaia serão utilizados, a NR será R\$ 48 milhões (R\$ 80 milhões menos R\$ 32 milhões).

iv) Ajustando-se a NR para compensar a retirada de 3% (três por cento) utilizados para cobrir os custos operacionais e despesas do Fundo Amazônia, obtém-se a NRA, que será de, aproximadamente, R\$ 49,5 milhões (48 / 0,97).

v) Assumindo que os casos especiais previstos nas regras 'v', 'vi' e 'vii' do Item 5 acima não sejam aplicáveis, a NRA será dividida entre os Contratos Diferidos e com condições de utilização atendidas. No exemplo, assume-se que estejam em vigor cinco Contratos Diferidos. A tabela utilizada para definir o peso de cada contrato será a seguinte:

Semestre em que os recursos tornaram-se disponíveis	2011/2
2008/1	1000
2008/2	1000
2009/1	32
2009/2	16
2010/1	8
2010/2	4
2011/1	2
2011/2	1



Os cinco Contratos Diferidos em vigor e cujas condições para desembolso estão atendidas são:

Contrato	Doador	Recursos Não Solicitados (RNS) (R\$ mil)	Data da disponibilidade (Peso)	RNS * Peso
C1	D1	60.000	2010/1 (8)	480.000
C2	D2	40.000	2010/1 (8)	320.000
C3	D3	120.000	2010/1 (8)	960.000
C4	D1	20.000	2011/1 (2)	40.000
C5	D4	15.000	2011/1 (2)	30.000
Total		255.000	-	1.830.000

A PTRNS, obtida através da soma do RNS multiplicada pelo peso de cada contrato, será, no caso, R\$ 1.830.000.000,00 (aplicação da regra III.2.viii, "b" e "c"). A NRA é de R\$ 49.500.000,00.

O valor a ser solicitado do contrato C1 será $NRA * (RNS * Peso / PTRNS)$, ou:

$$\text{Valor (C1)} = 49.500.000 * (480.000.000 / 1.830.000.000) = \text{R\$ } 12.983.606,56$$

Repetindo o cálculo para os outros contratos, temos:

$$\text{Valor (C2)} = 49.500.000 * (320.000.000 / 1.830.000.000) = \text{R\$ } 8.655.737,71$$

$$\text{Valor (C3)} = 49.500.000 * (960.000.000 / 1.830.000.000) = \text{R\$ } 25.967.213,11$$

$$\text{Valor (C4)} = 49.500.000 * (40.000.000 / 1.830.000.000) = \text{R\$ } 1.081.967,21$$

$$\text{Valor (C5)} = 49.500.000 * (30.000.000 / 1.830.000.000) = \text{R\$ } 811.475,41$$

Como os contratos C1 e C4 são do mesmo doador, o valor total dessas duas solicitações, R\$ 14.065.573,77, deverá ser solicitado do contrato com maior peso, C1, ao invés de se realizar duas solicitações para o mesmo doador.



O valor total para cobrir os desembolsos previstos para 2011/2 será dividido, portanto, da seguinte forma:

Fonte	Valor (R\$)
Contrato C1	14.065.573,77
Contrato C2	8.655.737,71
Contrato C3	25.967.213,11
Contrato C4	n/a
Contrato C5	811.475,41
Solicitação Total referente aos Contratos Diferidos	49.500.000,00
- 3% desconto (aprova)	1.500.000,00
Parcela da solicitação dos Contratos Diferidos a ser aplicada em projetos do Fundo Amazônia	48.000.000,00
VDCIA	32.000.000,00
Total	80.000.000,00

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRA DO MEIO AMBIENTE

Izabella Teixeira

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Fernando Pimentel

BNDES

PRESIDENTE

Luciano Coutinho

VICE-PRESIDENTE

João Carlos Ferraz

DIRETOR DAS ÁREAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL; MEIO AMBIENTE; E AGROPECUÁRIA E DE INCLUSÃO SOCIAL

Elvio Lima Gaspar

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Claudia Soares Costa

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Gerência de Editoração do BNDES

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

Gerência de Relações Institucionais do Fundo Amazônia

PROJETO GRÁFICO

Refinaria Design

PRODUÇÃO EDITORIAL

Expressão Editorial

CRÉDITOS DAS FOTOS

Fotos da capa e das páginas 34, 65, 71, 75, 98, 108, 141, 163 e 203: banco de imagens Shutterstock

Fotos das páginas 12, 23, 24, 72, 197 e 206 cedidas por Marcelo Skaf

Fotos das páginas 7, 28, 62, 80 e 192 por Araquém Alcântara

Fotos das páginas 27 e 50 por Ana Paula de Almeida Silva

Fotos das páginas 66 e 187 por Daniel Rossi Soeiro

Foto da página 130 por José Eduardo Rocha Pinto



Editado pelo Departamento de Divulgação do BNDES

www.fundoamazonia.gov.br
FundoAmazonia-FaleConosco@bndes.gov.br



BNDES

*O banco nacional
do desenvolvimento*